



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA- PPGSS**

**Movimento Orquídeas: as mulheres como sujeitos coletivos na luta por
moradia em Manaus**

ALESSANDRA DO AMARAL SALES

**MANAUS
2015**

ALESSANDRA DO AMARAL SALES

Movimento Orquídeas: as mulheres como sujeitos coletivos na luta por moradia em Manaus

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.

Orientadora: Prof^a Dra. Iraildes Caldas Torres

Manaus/AM
2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S163m	Sales, Alessandra do Amaral Movimento Orquídeas: as mulheres como sujeitos coletivos na luta por moradia em Manaus / Alessandra do Amaral Sales. 2015 129 f.: il. color; 31 cm. Orientadora: Profª Dra. Iraídes Caldas Torres Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Movimento de Mulheres. 2. Sujeitos Coletivos. 3. Participação. 4. -----. I. Torres, Profª Dra. Iraídes Caldas II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	---

ALESSANDRA DO AMARAL SALES

Movimento Orquídeas: as mulheres como sujeitos coletivos na luta por moradia em Manaus

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Linha de Pesquisa Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.

Aprovada em 25/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Iraildes Caldas Torres – Presidente

Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dra. Elenise Farias Scherer – Membro

Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dra. Cristiane Bonfim Fernandez – Membro

Universidade Federal do Amazonas

Para:

*Meu pai, **Seu Edvar** que na sua simplicidade me ensinou a ser uma pessoa melhor;*

*Ao meu eterno **Felipe Sorriso** que nos ensinou que amar aos outros independente de sua condição é uma virtude;*

*Ao companheiro **Matos do Mundo** por sua dedicação a luta por uma cidade melhor e por todo carinho dedicado a mim.*

in memoriam

AGRADECIMENTOS

Ao Meu Deus por me dar forças e me colocar no colo nos momentos mais difíceis.

A meus filhos Isabela, Victoria e Otton Gabriel, que entenderam a importância deste momento e compartilharam comigo noites sem dormir, as tarefas domésticas, as alegrias e as tristezas e que abriram mão dos “momentos em família” para que eu pudesse produzir;

A Minha Mãe, Semíramis, mulher forte, guerreira, que me inspirou e que, do seu modo, torceu para que este momento acontecesse;

À minha amiga e orientadora Dra. Iraildes Caldas Torres que em nenhum momento deixou de acreditar que eu era capaz, confiando no meu potencial e na minha capacidade de superação sempre.

A minha irmã, Cristiane, que me inspirou e possibilitou a experiência da luta das mulheres incentivando-me em todos os momentos;

Aos meus irmãos Perla, Fabíola e Célio que dividiram comigo tantos momentos difíceis, mas que nunca perderam a fé e a força.

Aos membros da minha banca de qualificação, professores Dr. Ricardo Gonçalves Castro e Dra. Elenise Faria Scherer, que com extrema maestria contribuíram para o aprimoramento do resultado desta pesquisa;

As colegas do Movimento Orquídeas, Marília, Laura, Marisa e Janete que dividiram comigo as angústias da pesquisa e do medo de não conseguir cumprir tudo no tempo necessário;

À companheira Francisca Leite que, com sua simplicidade e força, transformou-se na figura emblemática da luta das mulheres do Movimento Orquídeas;

Aos amigos feitos no decorrer do mestrado, em especial Antonia Cosmo, Andreza Weil, Ingrid Areque, Maria Joseilda “Branka”, Maria das Neves, Patrício, Keuryanne, Jeffeson, Ronisson, Karina Freire que, em momentos de angústia, nunca deixaram de acreditar em mim;

Aos companheiros da UNMP – AM pelas reflexões e debates que levaram à construção deste trabalho.

À todas as mulheres do Movimento Orquídeas que constroem a luta por moradia em Manaus.

À FAPEAM que com a concessão da bolsa permitiu-me maior dedicação à pesquisa;

Aos meus colegas do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder - GEPOS que compartilharam comigo de pesquisas, estudos e palavras de incentivo contribuindo com o meu fortalecimento como pesquisadora;

Aos colegas da Universidade Anhuera, em especial à amiga Maria Loiola, por compreender que minhas ausências era essenciais para o alcance deste resultado;

À todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o alcance dos meus objetivos e a realização desta pós-graduação *strictu sensu*, especialmente aos professores e professoras do Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade que contribuíram, fundamentalmente, para a minha formação, meus agradecimentos auspiciosos.

RESUMO

A participação das mulheres nas lutas sociais junto ao movimento feminista ou de mulheres sempre foi um fato recorrente na história. Neste sentido este trabalho tem como objetivo precípua verificar o surgimento da mulher como sujeito político na sociedade brasileira, dando especial relevo à organização das mulheres do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas na luta por moradia em Manaus, pautando-se na análise de sua prática política no movimento de luta por políticas públicas, especialmente a de habitação. Sabe-se que a problemática habitacional torna-se, nos dias atuais, um dos grandes problemas a serem dirimidos pelo Estado, fazendo com que os movimentos sociais atuem como eixo aglutinador da luta que vai garantir a efetividade da política pública de habitação pautando algumas conquistas, entre as quais, o reconhecimento das mulheres como sujeitos coletivos e principais signatárias do direito à moradia. A pesquisa foi realizada junto a 30 mulheres signatárias do Movimento Orquídeas, bem como com assistentes sociais que atuam junto as famílias do projeto Loteamento Residencial Orquídeas, lideranças dos movimentos de luta por moradia em Manaus e da União Nacional por Moradia Popular – UNMP. Dentre os múltiplos aspectos constatados pode-se verificar que a invisibilidade de sua atuação deve-se, primordialmente, ao ditames patriarcais historicamente inseridos no seio da sociedade, além de que sua participação nos movimentos sociais permite construir novos olhares sobre sua presença no espaço público como sujeito coletivo de direitos. Por fim, acredita-se que a participação das mulheres nos movimentos sociais permite seu reconhecimento e de suas demandas enquanto sujeitos coletivos que possuem condições políticas de reconstruir sua história contradizendo o discurso dominante que considera a mulher como um ser frágil e submisso e por isso, sem condições de participar das instâncias de decisão e poder na sociedade.

Palavra – chaves: Movimento de Mulheres; Sujeitos Coletivos; Participação;

ABSTRACT

The participation of women in social struggles with the feminist movement or women has always been a recurring event in the history. In this sense this work has as main objective to verify the emergence of women as political subject in Brazilian society, with special emphasis on organization of women of the Women's Movement for House Orchids in the fight for housing in Manaus, and are based on the analysis of their political practice the movement for public policies, especially housing. It is known that the housing problem becomes, today, one of the major problems to be resolved by the state, causing social movements act as the glue to the fight that will ensure the effectiveness of public housing policy guiding some achievements, including the recognition of women as collective subjects and main signatories of the right to housing. The research was conducted with 30 women signatory Orchids Movement, as well as social workers who work with families in the division Residential Orchids project, leaders of the house by fighting moves in Manaus and the National Union for Popular Housing - UNMP. Among the multiple aspects observed can be seen that the invisibility of its performance is due, primarily, to the patriarchal values historically inserted in society, and that their participation in social movements allows to build new looks on their presence in public space as collective subject of rights. Finally, it is believed that women's participation in social movements allows its recognition and its demands as collective subjects that have political conditions to reconstruct its history contradicting the dominant discourse that considers women as weak and submissive and therefore, unable to participate in decision-making and power in society.

Keywords : Women's Movement; Collective subject; Participation;

LISTA DE SIGLAS

CAO	Comissão de Acompanhamento da Obra
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAW	Convenção de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CEF	Caixa Econômica Federal
CMP	Central de Movimentos Populares
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
COMANAUS	Conferência das Cidades de Manaus
CONCIDADES	Conselho Nacional das Cidades
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
COOPERAM	Cooperativa de Produtores de Assentamentos Rurais do Estado do Amazonas
CRE	Comissão de Representantes
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FUCVAM	Federacion Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
GAM	Guerreiras Amazônicas em Movimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPLURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
MCIDADES	Ministério das Cidades

MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MMMO	Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNRU	Movimento Nacional da Reforma Urbana
MST	Movimento dos Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OGU	Orçamento Geral da União
ONGS	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAISM	Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PMM	Prefeitura Municipal de Manaus
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAD	Programa Nacional de Amostras por Domicílio
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNPM	Plano Nacional de Política para as Mulheres
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROSAMIM	Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus
SELVIP	Secretaria Latino Americana de La Vivienda Popular
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPM	Secretaria de Política para as Mulheres
TTS	Trabalho Técnico Social
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Terreno do Projeto Loteamento Orquídeas	68
Figura 2 - 3ª Conferência das Cidades de Manaus	72
Figura 3 – Participação na 5ª Conferência das Cidades.....	78
Figura 4 - Protesto do dia 01 de maio de 2014	79
Figura 5 - Mulheres em visita ao terreno da obra	88
Figura 6 - Mobilização do dia 08 de abril de 2014	95
Figura 7 - Oficina de formação de lideranças	98
Figura 8 - Visita a obra pela CAO.....	100
Figura 9 - Audiência pública	103
Figura 10 – Francisca dos Santos Leite	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades habitacionais de acordo com a faixa de renda.....	61
Quadro 2 - Número de unidades habitacionais a serem produzidas.....	63
Quadro 3 - Quantitativo de homens e mulheres no Concidades.....	76
Quadro 4 - Mulheres Chefes de Família por Unidades da Federação.....	84
Quadro 5 - Participação das famílias nas assembleias mensais do MMMO...	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estado Civil	83
Gráfico 2 – Situação no Mercado de Trabalho	86
Gráfico 3 – Condições de Moradia	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – Mulheres em ação: a luta por reconhecimento	22
1.1 – O sujeito mulher e a luta por seu reconhecimento	22
1.2 - A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e o reconhecimento do sujeito feminino.....	31
1.3 – O protagonismo feminino na Conferência das Cidades.....	38
CAPÍTULO II – Vozes de mulheres: a história do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO	45
2.1 –O início da história: violência, desapropriação de terra e falta de moradia ...	45
2.2 – União Nacional por Moradia Popular: ocupar, invadir, resistir.....	55
2.3 – Moradia não é sonho, é direito: persistência e militância	68
CAPÍTULO III – Movimento Orquídeas: expressão política da organização feminina em Manaus	80
3.1 – Caracterização dos beneficiários.....	80
3.2 – Organização e formação das mulheres	92
3.3 – Trajetória de vida e militância de Francisca Leite	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da sua história e de seu papel. Recusa acomodarse, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.

(Paulo Freire)

O presente estudo, que ora vem a público, assume o propósito de verificar o surgimento da mulher como sujeito político na sociedade brasileira, dando especial relevo à organização das mulheres pelo Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas na luta por moradia em Manaus.

O interesse em realizar uma pesquisa sobre o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas está associado à nossa história de militância em movimentos sociais na cidade de Manaus, por longos anos, assim como pelo fato de atuarmos como assistente social do referido Movimento. Assoma-se a isso o fato de ser mulher, mãe, chefe de família e trabalhadora que vê na luta pelo reconhecimento das mulheres a possibilidade de construção de uma cidade mais justa e igualitária, com ampliação de políticas públicas com qualidade para todas e teórico-crítico sobre o tema dos movimentos sociais, ideia fortalecida com o ingresso no mestrado que proporcionou-me a delimitação da temática e as discussões teóricas acerca do tema.

A intensa luta dos movimentos feministas e dos vários movimentos de mulheres traz para o centro das discussões algumas pautas por elas apontadas, tais como a conquista do espaço público que se abre para elas com muito esforço, permitindo afirmarem-se como cidadãs e assim tornarem-se sujeitos dotados de autonomia e direitos. Este estudo se reveste de singular significação simbólica na medida em que discute o sujeito mulher como protagonista e gestor de políticas públicas, o que requer o aporte das relações de gênero como categoria central do trabalho.

As discussões conceptuais das relações de gênero encontram âncora nos estudos da Sociologia, da Antropologia e do Serviço Social, incluindo as noções de esfera pública e privada, feminismo e movimento de mulheres no campo da Ciência Política que aponta o sujeito como aquele cuja significação não está dada, mas que será constituída a partir do seu processo histórico. Para Torres (2014, p.22), “trata-se de uma construção social que envolve valores, culturas e determinações históricas que são assimiladas no processo de educação dos sujeitos.”

A construção histórica das relações de gênero encontra nas relações de poder sua primeira significação (SCOTT,1991). Esses significados estão entrelaçados a discursos,

práticas, normas e valores, não transparecendo sua imposição. Foucault (1993, p.8), afirma que “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito, é simplesmente que ele não pesa como uma força[...], mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos”. Para ele o poder sempre está relacionado com a liberdade, “pois ao mesmo tempo que produz dominação, produz focos de resistência, pelos quais os grupos e o indivíduo podem operar transformações, sendo esse o espaço que deve ser apropriado pelo sujeito para sua constituição como sujeito livre” (FOUCAULT, 1993,p.8).

Fraser (2006) sugere que no caso das relações de gênero a grande questão centra-se no não reconhecimento da mulher como sujeito o que implica necessariamente a satisfação das condições objetivas e subjetivas deste grupo. Para ela, existem grupos que ao mesmo tempo “podem sofrer de má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural[...]. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois” (FRASER, 2006, p. 233).

O reconhecimento torna-se a categoria chave para os grupos que mobilizam-se em torno da reivindicação de gênero, raça e etnia, substituindo os interesses de classe pela identidade coletiva como fator de mobilização política. Trata-se de um tempo contemporâneo onde a luta é organizada tendo como pano de fundo a necessidade de reconhecimento enquanto sujeito mulher, negro, homossexual ou indígena, e como tais, que suas diferenças também sejam reconhecidas.

Indiscutivelmente, as mulheres sempre empreenderam lutas sociais importantes que, apesar de não terem emergido de uma consciência efetivamente feminista, já a colocam na arena política, por sua manifestação, posicionamento e disputa de poder. Conforme Castells (1999, p.223-224), “as mulheres faziam parte da produção social [...]. Elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca de múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino”.

O horizonte da luta de gênero sempre foi o reconhecimento da mulher como sujeito coletivo. A luta partiu do sufrágio passando pela redemocratização do país até questões ligadas à sua reprodução físico-social (moradia, transporte, creches), direitos reprodutivos, contracepção, combate à violência, trazendo para o centro das discussões a inclusão do corte de gênero na agenda política governamental com o intuito de construir políticas públicas que ampliem a cidadania e a qualidade de vida das mulheres. No entanto, apesar de todos os avanços conquistados para garantir a qualidade de vida

para as mulheres e ampliar seus espaços na sociedade, ainda há muito o que conquistar para suprir o atendimento das necessidades específicas das mulheres.

O Programa Minha Casa, Minha Vida- PMCMV¹ é um exemplo claro de política pública voltada para as mulheres. Criado em 2009 como iniciativa do Governo Federal, este programa tem as mulheres como sujeito central desta política habitacional. De acordo com Torres (s/d, p.1) trata-se de “ações afirmativas como estratégia de política social voltada para a resolutividade dos problemas que atingem as minorias sociais”.

Para as mulheres, que são consideradas um dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, o acesso à casa própria representa um salto frente à exclusão social na medida em que garante o acesso à proteção social, à vida em família, a direitos como educação, trabalho, saúde e serviços básicos de água e energia. Behring (2007, p.13), afirma que “não devemos esquecer que as políticas sociais mais do que simplesmente garantir acesso a bens e serviços, são importantes mecanismos de realização de direitos de cidadania”.

O Programa Minha Casa, Minha Vida- PMCMV, tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. Neste estudo, a nossa atenção está concentrada no Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, que envolve projetos habitacionais desenvolvidos por entidades da sociedade civil.

Para o acesso ao Programa, as famílias partícipes devem ter uma renda mensal familiar de, no máximo, R\$ 1.600,00, auferida pelo Programa Cadastro Único – CADÚNICO do Governo Federal. Uma de suas principais condicionalidades, além da renda, é a preferência da mulher como principal beneficiária da propriedade, inclusive nos casos de divórcio².

As organizações da sociedade civil só poderão construir no PMCMV-E se forem reconhecidas juridicamente como pessoas físicas e, comprovadamente, desenvolverem ações na área da habitação e/ou do direito às cidades. Dependendo do porte de cada uma poderão construir até 1000 unidade habitacionais por projeto.

É dentro desse contexto que escolhemos para objeto de estudo o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MIMO, enquanto movimento social de mulheres que desenvolve ações de militância na luta por moradia na cidade de Manaus e que

¹ Lei 11.977 de 07 de julho de 2009

² Medida Provisória 561, de 08 de março de 2012.

encontra-se executando um projeto habitacional que irá beneficiar 600 famílias em situação de vulnerabilidade social.

Suas atividades iniciaram em meados dos anos 2000 no acompanhamento de mulheres vítimas de violência doméstica no bairro de Santa Etelvina e adjacências, tendo como missão promover a reflexão na sociedade sobre a desigualdade de gênero, do *déficit* habitacional e do direito a cidade³.

No decorrer do tempo observamos que a maioria das mulheres era oriunda de ocupações irregulares ou elas moravam em condições de aluguel, casas cedidas, e que um dos grandes motivos para a permanência delas no ambiente violento era não ter um outro local para aonde elas pudessem ir após a agressão. Tornava-se necessário garantir, então o acesso dessas mulheres à política de habitação, fato que tornou o direito à moradia uma das bandeiras de luta do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas.

Assim, após o acompanhamento de várias ocupações, desapropriações, prisões e até mortes pela garantia do direito à moradia é que em 2009, com o lançamento do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida pelo Governo Federal, o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas vê a possibilidade de efetivamente desenvolver uma ação que pudesse contribuir com a qualidade de vida daquelas mulheres, dando início a um processo de qualificação técnica e administrativa que garantisse seu acesso ao referido programa.

Filiado nacionalmente à União Nacional por Moradia Popular - UNMP⁴, atualmente o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas encontra-se desenvolvendo o Projeto Loteamento Residencial Multifamiliar Orquídeas – Módulos I, II e III que atenderá 600 famílias com renda mensal de até R\$1.600,00 pelo Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida – Entidades, no qual as mulheres são as principais beneficiárias⁵ e responsáveis pela propriedade a ser adquirida.

Nesse sentido, a grande questão que preside este estudo consiste em sabermos porque o sujeito político feminino demorou a ser reconhecido pelo Estado brasileiro, mesmo diante de seu forte protagonismo no movimento feminista e de mulheres? Como ele é atualmente compreendido pelos atores sociais que fazem a luta por moradia no

³Conforme descrito em material informativo fornecido pela Direção da Entidade.

⁴ Entidade Nacional de luta por moradia que agrega outras entidades locais

⁵ Beneficiárias é o termo empregado pelo Governo Federal nessa política pública de habitação. Somos críticas e contrárias ao uso deste termo dada a sua conotação positivista e a-crítica, preferimos empregar o termo signatárias de direitos, mas aqui ainda figura o termo beneficiárias.

Brasil? De quais estratégias tais movimentos tem se apropriado para garantir seu espaço de luta e destaque como sujeito político?

Estas são as questões centrais que procuramos, na medida do possível, responder neste estudo que assume as orientações das abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos, atendo-se tanto à informações obtidas em contato direto com objeto de estudo mediante a aplicação de instrumentais de campo, bem como através da leitura detida de documentos e da literatura especializada, inspirada nos anelos da teoria crítica.

O trabalho de campo assentou-se numa unidade amostral de 30 mulheres integrantes do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas e partícipes do projeto habitacional para sabermos sua opinião sobre a forma de inserção e participação no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. A captura de dados ocorreu por intermédio da aplicação de formulários contendo perguntas abertas e fechadas. Também foram ouvidas sob a técnica de entrevista semiestruturada: 01 liderança do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas, 01 liderança do Movimento Feminista, 03 profissionais de Serviço Social atuantes do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas e 01 liderança da União Nacional por Moradia Popular.

Interessa-nos destacar que durante o processo de construção do objeto houve necessidade de obtermos informações acerca do processo histórico das ocupações de terra na cidade de Manaus, nas décadas de 80 e 90, daí ser necessário a aplicação de entrevista semiestruturada com 01 das lideranças da época.

Em termos didáticos, este trabalho encontra-se seccionado em 03 capítulos que se conectam num entrelaçamento analítico do objeto em questão. O primeiro capítulo traz a trajetória de conquistas da luta feminina em nível macro, optando-se por evidenciar as conferências mundiais das mulheres como instrumentos decisivos no reconhecimento do sujeito mulher por parte dos Estados Nacionais, com ênfase no Brasil. Situamos a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o reconhecimento das mulheres como sujeitos coletivos pelo Estado brasileiro como fruto do protagonismo feminino na luta pelo direito à cidade, em especial, a partir de sua atuação nas Conferências Nacionais das Cidades.

O segundo capítulo estabelece uma discussão sobre o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas, apontando sua atuação inicial no combate à violência contra mulher e, posteriormente, como referência na luta por moradia na cidade de Manaus.

Apresenta ainda sua atuação como movimento social que luta pelo direito à cidade para todos e todas, tendo na questão habitacional sua centralidade.

O terceiro e último capítulo apresenta os sujeitos da pesquisa centrados nas mulheres partícipes do Movimento Orquídeas e a forma pela qual elas percebem a atuação do Movimento na efetivação do direito à moradia. Tornou-se oportuno empreendermos a caracterização das signatárias de direitos à moradia que são as mulheres. Damos a conhecer as principais estratégias de atuação do MMMO utilizadas com as famílias para garantir a identidade e a luta do grupo. Apresentamos, por último, a trajetória de vida e militância de Francisca Leite, mulher que representa emblematicamente a história do Movimento por Moradia Orquídeas e sua luta pelo direito à moradia na cidade de Manaus.

Ademais, deve-se reconhecer que este estudo poderá contribuir sobejamente, para o reconhecimento da mulher como sujeito político, capaz de atuar na formulação, execução e avaliação de políticas públicas que levem em consideração as desigualdades de gênero, especialmente ao próprio Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas que poderá aperfeiçoar as suas estratégias de atuação. Espera-se, com isso, contribuir com a produção de subsídios teóricos que possam nortear novas ações a serem desenvolvidas pelo MMMO, remetendo para o empoderamento das mulheres na luta por moradia em Manaus.

CAPÍTULO I – MULHERES EM AÇÃO: A LUTA POR RECONHECIMENTO

Vive dentro de mim uma cabocla velha de mau-olhado, acorada ao pé do borralho, olhando. Vive dentro de mim a lavadeira do Rio Vermelho. Seu cheiro gostoso de água e sabão. Vive dentro de mim a mulher roceira, a trabalhadeira, a analfabeta. Vive dentro de mim a mulher da vida. Minha irmãzinha... tão murmurada... Todas as vidas dentro de mim: na minha vida – a vida mera das obscuras.

(Cora Coralina)

1.1 – O sujeito mulher e a luta por seu reconhecimento

É fato incontestável que o século XX é marcado pelas diversas conquistas e avanços na luta feminina, em especial, aquelas relacionadas ao uso do espaço público. Os questionamentos sobre a imanência das mulheres no espaço privado e, conseqüentemente, suas atribuições como mãe, esposa e cuidadora, somado à sua entrada no mercado de trabalho e sua participação no mundo da política, são fatores que contribuíram para fortalecer a luta pela (re)configuração de uma nova identidade feminina.

Relegadas ao espaço privado as mulheres tornaram-se submissas ao papel que a ela foi designado pela sociedade patriarcal. Assim “a sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFIOTTI, 1988, p.8). Mas como ser pensante as mulheres tecem a história humana, construindo-se como sujeitos protagônicos na luta por direitos e pela afirmação de sua cidadania.

Numa sociedade fundada numa cultura machista⁶ as mulheres deparam-se com a opressão e a subjugação de todas as formas. Conforme Christo (2001, p.16)

Ninguém sofre uma opressão tão prolongada ao longo da história como a mulher. Mutiladas em países da África com a supressão do clitóris, censuradas em países islâmicos onde são proibidas de exhibir o rosto, subjugadas como escravas e prostitutas em regiões da Ásia, deploradas como filha única por

⁶ Nessa cultura a mulher é considerada como inferior ao homem. O patriarcado atribui ao homem maior capacidade e reconhecimento social enquanto a mulher assume posição de subordinação.

famílias chinesas, são as mulheres que carregam o maior peso da pobreza que atinge, hoje, 4 dos 6 bilhões de habitantes da Terra.

Podemos afirmar que um dos grandes avanços nesse processo de construção da cidadania da mulher diz respeito a construção e afirmação do conceito de gênero que, aos poucos, vai desnaturalizando a situação vivida pelas mulheres no mundo. Somente a partir do uso do conceito de gênero enquanto categoria de análise é que foi possível entendermos a posição de desigualdade das mulheres em relação aos homens, e como ocorreu a afirmação do poder deles sobre elas.

Quando Scott (1991,p.21) define gênero como sendo “ um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” pode-se concluir que as características e atribuições designados aos homens e às mulheres nada mais são do que o resultado das construções sociais tecidas em cada sociedade. O patriarcado assume capilaridade em todas as sociedades ocidentais e, dependendo das dinâmicas específicas de cada sociedade, ele é mais visível ou não. E, esta dinâmica é propícia para a construção do protagonismo das mulheres na luta pelo reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania.

A luta das mulheres baseia-se não apenas na busca da igualdade econômica e política, mas também pelo reconhecimento de sua identidade na construção de uma sociedade livre das amarras do preconceito e da discriminação, merecendo expressivo destaque a atuação dos movimentos feministas e de mulheres.

O movimento feminista constitui-se no grande fator de enfrentamento das desigualdades sofridas pelas mulheres. Foi, outrossim, com a luta pelo direito ao voto, a partir do final do século XIX, que o feminismo dá um salto qualitativo rumo às mudanças primordiais que afetavam as mulheres. No Brasil, no início do século XX, a bióloga Bertha Luz, que iniciará a luta pelo voto e pelos direitos das mulheres. Note-se que,

Com o Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, estabeleceu-se no país o voto secreto e o voto feminino. Com o isso, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina (depois do Equador) a estender as mulheres o direito de voto; nisso também foi pioneiro com relação a países da Europa tidos, em outros aspectos, como mais desenvolvidos, como a França e a Itália. (SOIHET, 2012, p.226)

O movimento feminista foi o grande responsável em pautar os problemas das mulheres, por isso é considerado como o fenômeno mais significativo do século XX.

Seu caráter combativo e contribuiu para impulsionar outros movimentos sociais sobretudo na segunda metade do século passado.

Castells (1999) chama a atenção para o fato de que nos últimos 25 anos tem se observado um processo diferente de conscientização dos sujeitos coletivos que é de rápida difusão e com caráter eminentemente irreversível. Há uma organização contínua e em massa das mulheres.

As mulheres aos poucos foram construindo seus próprios espaços, cavando espaços de poder na perspectiva foucaultiana de exercício do poder de forma capilar e entrelaçado a um saber feminino utilizado como estratégia de construção do sujeito e da cidadania. Trata-se da luta pela liberdade, pela equiparação de direitos e pelo respeito e reconhecimento delas enquanto sujeito que constrói a História em condições de igualdade com os homens. Christo (2001, p.16) assinala que,

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Corresponde à busca de igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana e tão sujeito frente ao homem quanto o homem frente à mulher.

A luta das mulheres pela igualdade de direitos e pela afirmação da sua cidadania constituiu-se no marco do feminismo no mundo inteiro. O feminismo alicerçou a identidade desse novo sujeito, entendida aqui como aquele cuja significação é construída a partir de seu contexto histórico, a mulher construída no seio da cultura e da história.

Ocorre que, apesar de todos os avanços e conquistas, do sujeito exige um marco legal e normativo. Torna-se necessário fortalecer a luta pelas modificações necessárias na estrutura social que consolidassem o seu reconhecimento enquanto sujeito coletivo, capaz de exercer transformações sociais necessárias à sua emancipação.

Os estudos sobre o reconhecimento das diferenças que são relativamente recentes nas sociedades contemporâneas podem contribuir para interpretar a mobilização das minorias sociais que se organizam em movimentos sociais para reivindicar o seu reconhecimento como sujeito histórico – político. De acordo com Fraser (2008, p.167-168),

O discurso da justiça social, até então centrado na distribuição, está agora crescentemente dividido entre demandas por redistribuição, de um lado, e demandas por reconhecimento, de outro. Cada vez mais as demandas por reconhecimento tendem

a predominar. A derrocada do comunismo, o ressurgimento da ideologia do livre mercado, o aumento da política da identidade [...] todos esses desenvolvimentos tem conspirado para retirar da posição central [...] a política da redistribuição

As identidades grupais estão substituindo os interesses de classe enquanto princípio ativo de mobilização desses grupos. Os princípios dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa ganham novos sentidos. Para Gonh (2010,p.16),

A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual mas coletivo; autonomia entendida como inserção e inclusão social na sociedade, com autodeterminação, com soberania.

Desde a sua inserção, em 1789, na luta da Revolução Francesa⁷ as mulheres acreditaram que iniciava-se um processo de construção de um novo cidadão. Ocorre que, ao contrário do que se esperava, as diferenças de gênero foram intensificadas fazendo aparecer as novas cidadãs.

Observe-se, pois, que a nova cidadania centrava-se no cidadão masculino, no homem branco, hetero e de posses e que, como tal, considerava-se que as mulheres não poderiam usufruir dos benefícios da Revolução na medida em que elas possuíam uma cidadania de segunda nos moldes do patriarcado. “Limitada ao cuidado do lar e da família, maximizou o imaginário da segregação sexual dos espaços públicos e privados, reforçou concepções tradicionais da inferioridade feminina, negou às mulheres muitos direitos e impôs muitos obstáculos à sua independência”(PINSK; PEDRO, 2013, p.272).

Olímpia de Gouges tornou-se a grande referência da época pelo lançamento da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, a qual atribuía às mulheres os mesmos direitos dirigidos aos homens denunciando as contradições existentes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, motivo pelo qual foi guilhotinada.

Foi assim que as mulheres conseguiram ampliar historicamente os instrumentos para a proteção e expansão dos direitos conquistados. Elaboraram planos, tratados, acordos e protocolos no âmbito local e mundial estabelecendo diálogo com o Estado rumo ao reconhecimento dos direitos sociais das mulheres. Estas foram as primeiras experiências de abertura de diálogo e interlocução com o Estado e com os organismos

⁷ As mulheres marcharam sobre Versalles, durante a Revolução Francesa, em 1789, fazendo surgir o sujeito do feminismo (TORRES, 2005)

governamentais e não- governamentais voltados para o reconhecimento de sua cidadania.

A Carta das Nações Unidas⁸, de 1945, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹, de 1948, podem ser consideradas os primeiros instrumentos jurídicos legais a nível internacional que trazem claramente a ideia de igualdade entre os seres humanos. Com base nestes marcos regulatórios é que foi criada, em 1946, a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher enquanto parte integrante do Conselho Econômico e Social e com objetivo de “preparar recomendações sobre os direitos da mulher” (SANCHES, 2012).

Com a realização das Conferências Mundiais sobre as Mulheres a partir da década de 70 ocorre a necessidade de se incluir no contexto das políticas públicas a questão de gênero, haja vista a mobilização dos diversos grupos que lutam para dar visibilidade aos problemas decorrentes das desigualdades de gênero.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas - ONU institui o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e, neste mesmo ano é realizada I Conferência Mundial da Mulher, ocorrida na cidade do México. Conforme Haddad (2007, p.72),

O estabelecimento de um ano internacional para as mulheres refletia o fortalecimento do movimento feminista no mundo e consolidava o entendimento do feminismo em sua forma coletiva, pela conscientização do compartilhamento dos problemas e dificuldades por diferentes mulheres de diferentes partes do globo. Seguiu-se, com isso, para a superação da dicotomização entre o “público” e “privado” nas questões de gênero. Era a transformação do individual em coletivo que fornecia agora as bases do movimento feminista.

Na Conferência do México, pela primeira vez, as mulheres são consideradas elementos importantes da transformação com condições de igualdade para participar dos processos de desenvolvimento das nações com distintas ações políticas. Essa perspectiva de disposição para a luta é visível na presença delas nesta Conferência, pois das 113 eram encabeçadas por mulheres, demonstrando seu compromisso com a participação na luta por igualdade de direitos.

Além da participação das comitativas oficiais, criou-se um foro paralelo que reuniu cerca de 6.000 mulheres de organizações não-governamentais denominado *International Women's Year Tribune*. Esta Conferência “favoreceu a consciência coletiva internacional das dificuldades das mulheres: os problemas levantados eram

⁸ É o acordo que cria e estabelece a Organização das Nações Unidas em substituição à Liga das Nações.

⁹ É a declaração adotada pela ONU em 1948 que delinea os direitos humanos básicos.

compartilhados por mulheres de todo o mundo e a cooperação internacional era o instrumento capaz de reunir e organizar suas necessidades” (HADDAD, 2007, p. 73).

Como resultado dessa Conferência, além da criação dos documentos oficiais¹⁰ e da proclamação da Década das Nações Unidas para as Mulheres¹¹, iniciava-se um período de exposição em primeiro plano das demandas femininas, fato que iria contribuir para a valorização da mulher e a afirmação de seus direitos, bem como com a legitimação do movimento internacional das mulheres.

A II Conferência realizada na cidade de Copenhague, em 1980, traz consigo a responsabilidade de avaliar os progressos alcançados após a implementação dos objetivos da Conferência do México e atualizar o Plano de Ação construído naquela Conferência. Priorizou-se três áreas específicas (educação, emprego e saúde) da vida cotidiana das mulheres, pois tinha-se o entendimento de que o alcance do desenvolvimento, da paz e da igualdade dependeriam da satisfação das necessidades básicas das mulheres.

Sem alcançar a mesma repercussão da conferência anterior, a Conferência de Copenhague encerra suas atividades com um alerta sobre a deterioração das condições de vida das mulheres em todo o mundo. Chama a atenção para a necessidade da utilização de medidas mais enérgicas que contribuíssem com a garantia dos direitos das mulheres.

A Convenção de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher- CEDAW adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 1979, foi um tratado que trouxe consigo uma nova forma de se pensar sobre as mulheres. Sua premissa principal versa sobre o fato de que as mulheres são livres, assim como os homens, e como tal podem fazer suas próprias escolhas. Vejamos em seu art. 3º:

Os Estados Partes tomarão, em todos os campos e, em particular, no político, social, econômico e cultural, todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e o progresso das mulheres, com vistas a garantir-lhes o exercício e gozo dos direitos humanos e da liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem. (CEDAW, 1979, s.p)

¹⁰ Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz e o Plano de Ação para Implementação dos Objetivos do Ano Internacional das Mulheres.

¹¹ Período compreendido entre 1976 a 1985.

A assinatura formal dessa Convenção deu-se na Conferência de Copenhague, sendo designada por muitos como a Carta dos Direitos Humanos das Mulheres, por sustentar a tese da superação da prevalência do público sobre o privado e por reafirmar a importância do acesso de mulheres e homens à vida política, ao mercado de trabalho e a educação em iguais condições. Propôs estratégias de monitoramento das situações de violações de direitos com a criação de um comitê que terá como papel primordial receber denúncias e acompanhar os dados que deveriam ser encaminhados para a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher a cada quatro anos pelos países signatários desse protocolo.

A III Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Nairóbi, em 1985, traz subjacente a ideia do estabelecimento de medidas concretas que pudessem levar os países signatários a alcançarem as metas estipuladas na Conferência anterior, haja vista que os objetivos previstos para o Decênio das Mulheres não haviam sido atendidos.

Assim como nas últimas conferências, a realização dos foros paralelos também ocorreram em Nairóbi, registrando a presença de cerca de 15 mil participantes das organizações não-governamentais, que contribuíram com a consolidação da organização da sociedade civil no âmbito da ONU.

Ao inserir as relações de gênero nas discussões mundiais o movimento feminista e de mulheres presentes nas Conferências garantiram maior visibilidade e concretude às suas reivindicações, levando-as a serem incluídas numa agenda social internacional das conferências convocadas pela ONU De acordo com Alves (1996, p.81)

Mais do que os demais foros multilaterais, da ONU ou de outros sistemas, a modernidade contemporânea da Agenda Social leva em conta, além dos Estados, os demais atores crescentemente protagônicos no domínio social. Sob esse prisma, é significativo que cada uma das grandes conferências governamentais da década de 90 se faça acompanhar de reuniões paralelas de organizações não-governamentais, cuja participação e influência nas deliberações dos governos vêm crescendo acentuada e incessantemente.

Acompanhando os estudos de Prá e Epping (2012, p.35) podemos perceber que as conferências realizadas no período de 1992 a 1996 constituíram-se em componentes essenciais da conhecida Agenda Social da ONU, a saber: Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92 (Rio de Janeiro – 1992), Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Copenhague, 1995), IV Conferência Mundial sobre a Mulher

(Beijing, 1995) e II Conferência sobre Assentamentos Urbanos ou Habitat – II (Istambul – 1996).

Para o escopo deste estudo não nos interessa pormenorizar detalhes desses eventos, mas sim chamar a atenção para o fato de que a realização destas Conferências que as agendas feministas fossem visibilizadas e discutidas, admitindo-se que as questões de gênero eram essenciais a todos os temas, pois “não fossem a presença e intervenção de mulheres com uma agenda política clara e uma enorme habilidade de argumentação e de negociação”(CORREA, 1995,p.28) os resultados obtidos teriam assumido outros caminhos.

Nos interessa ainda apontar, especificamente, as contribuições advindas da realização da IV Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em Beijing, de 04 a 15 de setembro de 1995, que representou o crescimento vertiginoso e o fortalecimento dos movimentos feministas e das organização de mulheres no mundo. “Até a IV Conferência sobre a Mulher, ainda não havia acontecido um evento com tamanho grau organizativo e político de movimento social e articulações regionais e globais sobre as mulheres no mundo.” (SCHWARTZ, 2003, p.1).

A Conferência de Beijing representou o marco de afirmação do sujeito mulher na medida em que “obrigou” ou compeliu os países signatários a adotarem o corte de gênero nas políticas públicas, pois não poderiam mais conter a pressão das próprias mulheres quanto ao atendimento de suas demandas. Reunir em seu foro paralelo¹² realizado na periferia chinesa, aproximadamente cinquenta mil pessoas, das quais 2/3 eram mulheres, tornando-se o maior fórum de discussões organizado pela ONU.

No México prevaleceram os temas referentes às políticas de trabalho, educação e saúde, em Nairóbi, a discussão incluiu temas como violência, conflitos armados, ajustes econômicos, poder de decisão e, em Beijing, vemos despontar temas relacionados aos meios de comunicação, meio ambiente e situação das meninas.

Como podemos visualizar a ampliação da agenda temática revela o amadurecimento das posições e reivindicações femininas que foram trazidas para o centro das discussões durante as conferências. Contando com a presença de 184 países e 5 mil organizações Beijing teve, no conjunto de participantes “uma afluência mais de duas vezes e meia maior que a Cúpula de Copenhague ou a Conferência de Cairo e mais de cinco vezes superior à Conferência de Viena sobre Direitos Humanos” (ALVES,

¹² Conhecido como Fórum Não-Governamental de Huairou.

2001, p.218). Isto mostra o poder articulador das mulheres e de suas organizações representativas.

Estudos de Basterd e Herman (1999) apontam que na Conferência de Beijing as diversas organizações de mulheres articularam-se em Beijing para que as conquistas advindas das Conferências anteriores fossem ratificadas e que ocorresse um avanço maior na direção da definição de direitos e da construção de estratégias efetivas e necessárias para a concretização da cidadania da mulher.

A Plataforma de Ação, assinada e adotada por 189 países signatários da ONU tinha como principal objetivo auxiliar os Estados na construção de políticas públicas que comportassem no seu escopo a perspectiva de gênero. Reuniu os principais debates e ações propostas na Conferência, traduzindo para cada país o que de melhor poderia ser realizado para garantir a mulher o acesso às estruturas de poder e decisão em igualdade de condições com os homens. Marcadamente a ideia consistia em “promover o pleno respeito pela dignidade humana e alcançar a igualdade e a equidade entre homens e mulheres através do aumento da participação e da liderança da mulher na vida política, civil, econômica, social, cultural e no desenvolvimento” (NAÇÕES UNIDAS, 1995, p.31).

No Brasil, o movimento feminista já desenvolvia algumas ações desde a década de 70 no sentido de trazer para o cenário político questões inerentes à desigualdades de gênero. Mas, foi outrossim no período preparatório da Conferência de Beijing que elas tiveram a possibilidade de apresentar a nível mundial um relatório sobre a vida das mulheres brasileiras. Ferreira (2007,p. 52) aponta que

A percepção do direito a vez e a voz, a quebra do isolamento no mundo do privado que se fez de forma irreverente nas passeatas, nossa atos públicos, nos debates, foram formas novas de fazer política e de se tornar sujeito de sua própria história, história, esta, que a partir de então passou a ser contada pela voz das mulheres. Assim, o feminismo foi ampliando a esfera pública, engendrando uma revolução aparentemente invisível nos anos setenta e meados dos anos oitenta, para se tornar visível no final dessa mesma década e na década seguinte, com as conquistas traduzidas em leis e instrumentos.

É fato que como sujeito e objeto desse processo, o movimento feminista somou-se aos diversos movimentos de mulheres, para em rede, capitanear nacional e internacionalmente, forças para a defesa e garantia dos direitos humanos das mulheres, materializando-se em uma agenda pública que tinha como centro da discussão as questões de gênero. Gonh (2010, p.35) faz a seguinte consideração sobre essa nova forma de articulação dos movimentos sociais que é realizada em rede dizendo que,

Para nós, a questão é complexa e diz respeito à luta político-cultural de diferentes grupos sociais, na busca de ressignificação dos conceitos e criação de novas representações e imagens sobre a sociedade. [...] Na prática, ela caracteriza-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais. Estes níveis vão dos grupamentos de base às lutas políticas mais amplas, transnacionais.

Tamanha articulação mobilizou capital social nos mais variados aspectos (sociais, políticos, culturais e legais) das organizações de mulheres e feministas resultando em tratados, acordos, convenções e as Conferências. Trata-se de documentos oficiais que, mesmo sendo observância facultativa aos países, serviram para promover e defender os direitos das mulheres.

Passados quase 20 anos de realização da Conferência de Beijin, o Brasil, como país signatário, de sua Plataforma de Ação tem, na última década, envidado forças para garantir que as deliberações ali adotadas fossem efetivamente colocadas em prática. O movimento feminista reconhece, outrossim, que a conquista de políticas para as mulheres não é uma tarefa fácil, que a missão é árdua, que muito ainda precisa ser feito para a efetivação de suas demandas.

Dentre as importantes conquistas das mulheres em determinados períodos da história brasileira admite-se que a criação da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM foi um grande marco, pois ela surge como um espaço estratégico de diálogo do Governo brasileiro com o feminismo para discutir as formas de inclusão das demandas de gênero nas políticas públicas, como resultado da luta e organização das mulheres frente ao seu reconhecimento como sujeito de direitos.

1.2 – A Secretaria Especial de Política para as Mulheres e o reconhecimento do sujeito feminino

No Brasil, a pressão exercida pelos movimentos de mulheres e feministas desde meados da década de 70, vai garantir que algumas de suas demandas sejam institucionalizadas pela instância governamental. Essas demandas eram dirigidas ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985. Depois, com a Criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, em 2002, vinculada ao Ministério da Justiça elas puderam ser ouvidas por mais um órgão governamental.

Torres (2005,p.202-203) em seus estudos sobre as mulheres operárias em Manaus aponta que

É lugar comum a constatação de que, com a efervescência dos novos movimentos sociais no período do pós-64, as mulheres assumiram a dianteira das luta social na sociedade brasileira. Elas foram se colocando como sujeito político numa conjuntura de efetiva aspiração por transformações sociais e ruptura com a ordem política vigente. No âmbito do trabalho fabril, as mulheres operárias são os sujeitos políticos responsáveis pela realização e manutenção das grandes greves operárias.

Nesse período, as demandas das mulheres estavam voltadas para o combate à violência contra a mulher, sua participação no cenário político do país e sua inserção no mercado de trabalho. As conquistas eram muito rarefeitas, quase inexpressivas, com raras exceções como o PAISM – Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

A contenção de gastos públicos com programas dos anos 1990, atingiu fortemente as ações voltadas para os direitos das mulheres. Graça, Malagutti e Vieira (s.d, p.12-13) apontam que a não priorização da superação das desigualdades, em especial as de gênero e raça, definiu o perfil dos gastos com os programas destinados às mulheres.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, operário e líder sindical, chega ao poder central do Brasil após uma forte mobilização social, com a responsabilidade de construir um governo que possibilitasse a participação da sociedade civil na construção e implementação das políticas públicas. Dulci (2003, p.46) destaca que,

Nós adotamos uma atitude muito defensiva perante o Estado, mas agora ele tem a hegemonia política de um presidente de esquerda, de uma aliança eleitoral vitoriosa, liderada pela esquerda. Isso nos obriga a fazer uma renovação da nossa própria cultura política, da cultura política dos movimentos sociais, para disputar criativamente o sentido das políticas públicas [...] nosso objetivo é socializar a política, socializar o poder político, sem que o Estado abra mão de suas responsabilidades.

É com esse espírito inovador que no primeiro dia de governo é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, vinculada ao Gabinete da Presidência da República com *status* de Ministério. Sua estrutura abarcou o Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM como órgão consultivo, sendo seus conselheiros indicados pelas redes de movimentos feministas e de mulheres e pelos diversos ministérios federais.

Com a criação da SPM o Governo brasileiro avança no reconhecimento legaldo sujeito mulher e de suas demandadas, pondo em prática as recomendações de Beijin no

sentido de garantir na construção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas o corte de gênero. É assim que a mulher passa a ser o sujeito central das políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, mais tarde também no Programa Minha Casa, Minha Vida, além da implementação das políticas de gênero no âmbito da SPM, o que representou um salto na luta feminista.

Uma de suas primeiras ações foi a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no período de 17 a 19 de julho de 2004, com o tema “Política para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”. A ideia principal da Conferência era colher subsídios para a formulação do I Plano de Políticas para as Mulheres, conforme demonstra seu Regulamento:

Art.1º - A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo Decreto Presidencial de 18 de dezembro de 2003, terá por objetivo propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a ser apresentado ao Presidente da República (BRASIL,2004)

Com a participação (direta e indireta) de cerca de 120 mil mulheres que reuniram-se em plenárias municipais e estaduais, a Conferência Nacional demarcou institucionalmente o sujeito mulher, deu um passo inédito na vida democrática brasileira, pois pela primeira vez o Governo reuniu os diversos níveis institucionais e a sociedade civil para traçar diretrizes rumo à construção de um Plano Nacional de Política para as Mulheres. A Conferência veio coroar toda uma trajetória histórica do feminismo que tinha a mulher como sujeito protagônico da luta por direitos, por mudanças de comportamento e de mentalidade, com o intuito de alcançar a equidade de gênero.

Sua realização comprovou o poder de mobilização e organização das mulheres. A apresentação de 3.844 propostas de diversos lugares do Brasil, abarcando as especificidades regionais, de raça, de etnia e de orientação sexual são reflexo dessa mobilização. Cristiane Telles, pedagoga e líder do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas assim posiciona-se:

Eu sou da União Nacional por Moradia Popular, da UNMP e eu tenho certeza que a grande maioria dos participantes nessa história, nessa construção da luta dos sem teto, da luta por uma cidade mais justa, pela Reforma Urbana, pela moradia é feito pelas mulheres [...]. De fato, desde a 2ª Conferência, desde quando eu começo a participar, tanto no Estado Amazonas como nos outros Estados que culmina na Nacional que é em Brasília, a grande maioria de participantes são mulheres, a grande maioria que faz a luta na base, nas cidades, nas ocupações é feita por mulheres. (entrevista 2014).

Note-se que a participação política das mulheres vinha crescendo paulatinamente, em decorrência de sua entrada nos diversos espaços de mobilização, fato que implicou a reformulação do espaço público. De acordo com Torres (2005, p.186),

As mulheres vem se organizando para reivindicar direitos de participação ativa na vida da sociedade, buscando reverter a situação de enclausuramento à esfera privada que historicamente as segregou. Os sujeitos sociais encontram na política os sentidos da vida. Agem politicamente para serem livres, para serem iguais, enfim, para viverem a sua individuação como sujeitos. Enquanto força motriz que move os seres humanos em sua sociabilidade, a política não pode ser compreendida num feixe de harmonia e, sim, na extensão dos conflitos e dos paradoxos.

A I Conferência demonstrou sua excelência pois conseguiu estabelecer um diálogo entre as várias instâncias do poder público com as diversas organizações de mulheres sob a centralidade das questões de gênero na elaboração das políticas públicas brasileiras. Camurça (2003, p.80) destaca que “o momento coloca a exigência, para o movimento de mulheres e para todos os movimentos sociais democráticos e emancipatórios, de conseguir[...] fazer com que o pensamento feminista e as mulheres estejam nos espaços de pactuação, estejam convidados a Mesa de Concertação.”

Nesse sentido, o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM traduziu o compromisso do Governo em fazer o enfrentamento às desigualdades de gênero através da elaboração de ações governamentais em conjunto com as mulheres. O Plano é composto por 199 ações, distribuídas em 26 prioridades que vão desde a autonomia e igualdade no mundo do trabalho até o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Apesar de todas as perspectivas referentes à execução do PNPM, a pactuação que fazem Estados e municípios não logrou muito sucesso. Dados de 2007 demonstram que no Brasil o acordo de adesão ao Plano foi assinado por 256 gestores municipais e estaduais (BRASIL, 2006), ou seja, dos 5.563 municípios brasileiros, apenas 4,6% aderiram ao referido Plano. Ferreira (2007, p.35) destaca que,

Percebemos que ao mesmo tempo que o movimento avança, dando visibilidade e tornando pública a problemática da mulher, pressionando o Estado a incorporar algumas de suas propostas – como se verifica na própria Constituição, o Estado não cumpre o que está institucionalizado.

A II Conferência foi realizada no período de 17 a 20 de agosto de 2007 e teve como objetivo central avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as

Mulheres. Participaram 2.559 delegadas, sendo que destas apenas 425 eram das esferas governamentais em suas diversas instâncias. Sua fase preparatória ocorreu de março a julho de 2007, envolvendo 1.616 municípios na realização de conferências municipais e estaduais. Em seu discurso de abertura a ministra Nilcéa Freire (2007, s/p) desenha o seguinte quadro:

Somos mais que em 2004 e sabemos também um pouco mais aquilo que deve ser feito para assegurar que mulheres sejam efetivamente iguais em direitos, tratamento e oportunidade[...] Sabe também muito bem que tudo que as mulheres conquistaram ainda não foi para todas e que, por isso, a responsabilidade das que estão aqui agora é enorme. Não podemos desperdiçar a oportunidade de estarmos juntas discutindo o Brasil e as nossas questões específicas com disputas menores. Devemos valorizar a diversidade existente entre nós como aquilo que nos aproxima e não que nos afasta.

A partir da realização da II Conferência acontece a revisão e publicação do II Plano Nacional de Política para as Mulheres que traz no seu escopo 94 metas com 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação (BRASIL, 2008).

Em 2009, a SPM é elevada ao *status* do Ministério e com isso passa a ter dotação orçamentária própria e autonomia para elaborar e monitorar as políticas públicas de gênero, podendo ser considerada uma unidade independente da Presidência da República.

Passada uma década da criação da SPM podemos afirmar que diversas pautas dos movimentos de mulheres e feministas conseguiram avançar. A criação da Lei Maria da Penha, o atendimento com prioridade as mulheres em programas como Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, o investimento na construção de novas creches, o aumento significativo de secretarias e diretorias de mulheres nas instâncias governamentais (municipal e estadual) são bons exemplos do esforço coletivo na elaboração de políticas públicas para as mulheres.

Ao nos determos nos avanços da política de gênero até esse momento podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que foi a organização coletiva das mulheres que garantiu as principais conquistas. Gonh(2010,p.16) considera que os movimentos sociais,

Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. Questões como a diferença e a multiculturalidade tem sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos[...] Finalmente, os movimentos sociais a atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, tem grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo portanto virem a ser matriz geradora de saberes.

Para os propósitos do nosso estudo convém chamar a atenção para os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e sua abrangência quanto às conquistas no que refere-se ao direito à moradia para as mulheres brasileiras. No Capítulo 7 do II PNPM consta a moradia como um direito e que, como qualquer cidadão, a mulher deve ter acesso em igualdade de condições com os homens do direito à terra, à moradia digna e à infra- estrutura social nos meios rural e urbano, atingindo as comunidades tradicionais.

Enquanto no I Plano a problemática da moradia figurava como fator coadjuvante junto no âmbito da cidadania e do trabalho, no Plano seguinte opta-se por dar visibilidade substancial a esta política por compreender que ela está associada à outras políticas que garantem a segurança, o bem- estar, a autonomia, e a geração de renda da mulher, enfim, sua qualidade de vida.

O III Plano reitera a pauta definida anteriormente e dá ênfase à necessidade de realizar ações que levem em consideração a facilidade do acesso às formas de financiamento que possam atender mulheres em situação de vulnerabilidade social, pressupondo a expansão dos programas habitacionais tanto no espaço urbano quanto no rural. A moradia digna é concebida, então, como condição *sine qua non* para a efetivação do desenvolvimento sustentável.

Importa pontuar que a inclusão do direito à moradia digna adotado nos Planos Nacionais para as Mulheres é resultado das discussões e proposituras das Conferências de Mulheres realizadas mundialmente , bem como das deliberações das Conferências Habitat (Vancouver – 1976, Istambul – 1996) e dos Fóruns Urbanos Mundiais (Nairóbi – 2002, Barcelona – 2004, Vancouver – 2006) que trazem para o centro das discussões mundiais problemas relacionados com a moradia, infra- estrutura, saneamento básico e meio ambiente.

O resultado das discussões encontra-se formatado em diversos documentos como a Declaração de Vancouver Sobre Assentamentos Humanos, Agenda Habitat, Declaração de Istambul Sobre Assentamentos Humanos, Declaração sobre Cidades e Outros Assentamentos Humanos no Novo Milênio.

Atualmente a Agenda Habitat está voltada exclusivamente para o alcance das metas dos Estados-membros, entre eles o Brasil, que tem como objetivo principal contribuir para elevar a qualidade de vida de pelo menos 100 milhões de moradores de favela até o ano 2020. Maricato (2000,p. 131) ressalta que

A Agenda Habitat II constitui um texto pleno da defesa do direito à cidade para todos, contra a exclusão social urbana, mesmo levando em

conta a forma vaga do texto. Ela foi assinada por todos os governos que tinham representação em Istambul (os que respeitam e os que não respeitam os direitos humanos) e foi aprovada também pelas organizações não-governamentais[...]. A referida agenda está repleta de demandas, reivindicações e bandeiras que são tradicionalmente do campo da esquerda democrática.

Como podemos perceber o século XXI traz consigo um novo formato de movimentos sociais, de cidadania, de formulação de políticas públicas, pois ao se defrontarem com o Estado nos espaços de negociação, os movimentos sociais apresentam uma nova forma de fazer política. Alves (1996, p. 25) deixa claro o fato de que,

Existe um movimento real, concreto, histórico, amplo, quase universal de luta pelos direitos humanos, no mundo inteiro. É um movimento pluralista, polissêmico, variado, polêmico, divergente, mas é um movimento histórico concreto com uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras nacionais, tanto horizontalmente, através de redes, quanto verticalmente|: do bairro as Nações Unidas.

A participação das mulheres na luta por moradia sempre foi ininterrupta na realidade brasileira, fato que se dava por dentro das pautas dos movimentos de mulheres e feministas, algumas vezes mais nítidas e intensas, outras vezes mais esmaecidas, mas a moradia sempre esteve lá porque a casa própria sempre embalou o sonho das mulheres.. Laura Shelly da Rocha, assistente social do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MIMO pontua que

Essa casa para essas mulheres, eu consigo resumir em duas palavras: emancipação e autonomia, porque como a grande maioria, elas vem fragilizadas[...], cheias de problemas, de mazelas, sua auto-estima lá embaixo[...].Então a casa (eu sei que a gente rebate muito que a casa não é sonho é direito!) mas pra ela é vista como um sonho que vai ser realizado. (entrevista / 2014)

A construção do sujeito só se efetiva a partir do coletivo, enquanto movimento social, que se ergue como porta-voz de um segmento, de uma comunidade, etc. “As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas mudar a vida, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais” (TOURAINÉ, 1998, p.262).

Aos poucos a organização política foi se aperfeiçoando, se refinando. Hoje são adotadas novas estratégias de reivindicação e de diálogo com o Estado, sem perder de

vista a sua condição de sociedade civil autônoma e livre. Torres (2007,p. 163) afirma que,

Estamos vivenciando um protagonismo socioeducativo que busca respeitar os ideais republicanos do respeito às diferenças e da construção de uma nação equânime e sem apartheid social[...]. Houve um deslocamento no tabuleiro da sociedade civil. Agora é hora do protagonismo dialógico, propositivo e construtor de um novo demiurgo brasileiro.

Estamos vivendo um novo período na construção da cidadania, onde os conflitos entre sociedade civil e o Estado foram substituídos por novos instrumentos de cidadania, entre os quais podemos citar o plebiscito, o referendo, as mesas de negociação, os conselhos e as conferências, e onde a luta e a organização dos movimentos sociais tornam-se fundamentais para a equidade e a universalização dos direitos.

A trajetória de conquistas da luta feminista foi construída em meio a impasses, negociações e conflitos e resultou na formulação e implementação de políticas públicas que atendessem suas especificidades e demandas.

O acesso das mulheres com prioridade à moradia própria, possibilidade de financiamento público para elas e a titularidade da propriedade são consideradas conquistas significativas.

A participação das mulheres nas Conferências das Cidades e no Conselho das Cidades garantiu que a pauta de gênero fosse incluída nas propostas sobre as políticas de saneamento básico, mobilidade urbana, acessibilidade, e moradia do Brasil no contexto do Governo Lula.

Podemos afirmar, por fim, que a luta das mulheres brasileiras nas últimas décadas tem sido gloriosa naquilo que, emergencialmente, elas necessitavam. Necessita, pois, consolidar as conquistas e avançar nos direitos.

1.3 - O protagonismo feminino na Conferência das Cidades

A questão urbana no Brasil, direcionado aqui para o direito à cidade e à moradia digna, tem passado por diversas e intensas transformações tanto no que refere-se a seus marcos regulatórios quanto ao envolvimento de diferentes instituições e sujeitos.

Deve-se reconhecer que a problemática urbana surgiu no Brasil como consequência do processo de industrialização e urbanização que produziu durante décadas desigualdades sócio- espaciais, degradação ambiental e um avassalador *déficit*

habitacional. Deve-se reconhecer que foi em razão da organização e mobilização de diversos grupos da sociedade que esta problemática veio a tona, pautando o Governo para seu enfrentamento.

Os movimentos sociais que emergem a partir da década de 90, trazem consigo novas formas de se fazer política com novas estratégias. Apresenta-se como um novo modo de mobilização popular baseado no *empowerment* da sociedade civil com base na construção de uma agenda emancipatória. Conforme Gonh (2010, p. 13-14),

Eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força – tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes criadoras e inovações socioculturais (...). Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em ‘fazeres propositivos.

Com relação às mulheres pode-se afirmar que elas sempre estiveram presentes nas lutas urbanas, apesar do pouco ou quase nenhum destaque a ela conferido. Sharpe (1992,p.40) chama a atenção para o fato de que “tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezenove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite”.

Castell (1999,p.170) ao tratar da participação das mulheres nas lutas urbanas afirma que “ muitas lutas urbanas, antigas ou contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária” e que esses esforços coletivos não resultaram apenas no impacto causado sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas e instituições, “mas também no surgimento de uma nova identidade coletiva, na forma de mulheres capacitadas”.

As mulheres tem contribuído com a coletivização dos espaços escondidos. Ao lutarem por um teto, por moradia, por escolas, creches, iluminação, água e postos de saúde elas dão visibilidade às diversas faces da desigualdade do qual são uma das grandes vítimas. Castells (1999, p.223) chama a atenção para o fato de que,

O progresso mais importante a partir dos anos 80 foi o extraordinário aumento no número de organizações de base popular, em sua grande maioria criadas e dirigidas por mulheres nas áreas metropolitanas dos países em desenvolvimento. Essas organizações foram estimuladas por explosões demográficas urbanas, crises econômicas e políticas de austeridade ocorridas simultaneamente, que deixaram as pessoas, e particularmente as mulheres frente a frente com o simples dilema entre lutar ou morrer.

É dentro deste contexto que poderemos visualizar a participação das mulheres na construção da política de habitação no Brasil, configurada nas proposituras advindas das Conferências das Cidades. Abriu-se um espaço de discussão entre a sociedade civil e o Estado com o intuito de construir alternativas para alcançarmos uma cidade para todos.

Lauschnner (2013,p 60.) acrescenta que

É através da luta dos movimentos sociais que as políticas públicas foram conquistadas. E essa organização e mobilização contou com a presença maciça das mulheres que se tornaram as principais protagonistas da luta pela terra e de outros direitos sociais no Brasil. As lutas e ocupações sem as mulheres dar-se-iam pela metade já que elas são aguerridas, destemidas e organizadas

A Constituição de 1988 adota como um de seus princípios fundamentais a institucionalização de mecanismos e instrumentos de gestão democrática da cidade. É perceptível, segundo Santos (2011, p.32), “que a ampliação de atribuições referentes à gestão das políticas sociais para a esfera do município facilita a participação e o exercício da cidadania, tendo em vista a proximidade do cidadão com as instâncias de poder.”

Ocorre que apesar de todos os instrumentos legais de descentralização de poder, a participação, requerida e legitimada pela Constituição de 1988, resultante das lutas dos diversos movimentos sociais pela redemocratização do país, a participação na elaboração e implementação das políticas ainda é frágil e incompleta, haja vista que

em algumas políticas setoriais, como é o caso da política urbana (envolvendo as políticas de habitação, de uso e ocupação do solo, de saneamento ambiental e de transporte e mobilidade), nem mesmos os conselhos e as conferências haviam sido instituídos, o que ocasionava uma enorme lacuna no projeto de democratização das cidades (SANTOS, 2011, p. 32).

No âmbito federal podemos aferir que o direito à cidade não era uma prioridade governamental. A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, ocorrida 13 anos após a promulgação da Constituição, é uma prova inconteste desse fato.

Com a criação do Estatuto da Cidade¹³ após forte pressão dos movimentos sociais, as diretrizes de participação ganham objetividade. No seu Capítulo IV, Art.43 estão listados os seguintes instrumentos de gestão democrática da cidade:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- II – debates, audiências e consultas públicas;

¹³ Lei nº10.257 de 10 de julho de 2001.

- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (BRASIL, 2010, p.33)

É com esse sentido desafiador de inserir a sociedade civil nas discussões e formulações de políticas urbanas que é criado, em 2003, no Governo Lula, o Ministério das Cidades - MCIDADES, órgão responsável de coordenar, gerir e formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU que envolveria de forma integrada as políticas relacionadas à cidade.

Com uma população predominantemente urbana, segundo dados do Censo 2010 (IBGE), a criação do MCIDADES representou a ocupação pelo poder público federal de um espaço anteriormente excluído que tratava da política urbana, bem como das políticas sociais de habitação, saneamento, mobilidade urbana e acessibilidade. Bentes (2014, p. 56) ao analisar os indicadores sociais na cidade de Manaus aponta que,

Manaus, com uma população superior a 1 milhão e oitocentos mil habitantes no ano de 2010, traz na estruturação de seu espaço e se sua população as marcas dessa acelerada e desmesurada urbanização, perceptível nos bairros que compõem a cidade, pois são as caixas de ressonância dos problemas existentes nos municípios.

A partir da criação do MCIDADES as forças mobilizadoras se aglutinam para a realização das Conferências das Cidades em suas diversas instâncias. A conferência é o espaço próprio de discussão e de elaboração das políticas para a área urbana. Conforme Herlain (2010, p.82),

As Conferências das Cidades são construções coletivas permanentes da Política de Desenvolvimento Urbano. Suas realizações, se elevadas a potencialidades de promoção responsáveis de acesso a cidadania ativa, podem mudar as relações de respeito mútuo entre gestores públicos e militantes sociais de interesse difusos. Podem fazer evoluir na Administração Pública para uma eficácia natural das políticas públicas.

A 1ª Conferência foi realizada em 2003 contou, aproximadamente, com cerca de 2095 delegados advindos dos diversas regiões brasileiras. Sua discussão pautou-se no estabelecimento de diretrizes para a construção da Política de Desenvolvimento Urbano com o propósito de atender aos princípios inerentes ao Direito à Cidade que vão desde o cumprimento da função social da cidade e da propriedade até a participação social na formulação, decisão, implementação e avaliação da PNDU.

Importa pontuar que foi durante a realização da I Conferência das Cidades que se instituiu o Conselho Nacional das Cidades – CONCIDADES constituído pelo critério da proporcionalidade de

42,7% de gestores públicos e 57,3% de representantes da sociedade civil, sendo assim distribuídos: 26,3% de movimentos populares, 10% de entidades de empresários, 10% de sindicatos de trabalhadores, 6,3% de entidades de pesquisa e 8,7% de organizações não – governamentais e 42,7% de gestores públicos federais, estaduais e municipais, incluídos o Executivo, Legislativo e Judiciário (HERLAIN, 2010, p.77).

Ainda ao tratar sobre a constituição do CONCIDADES o autor¹⁴, assim descreve aquele momento histórico:

Políticos, matemáticos e militantes guerreiros construíram, na “Festa da Democracia”, a reengenharia política que já ganhou até prêmio da ONU, tal a grandeza do altruísmo e de dedicação daqueles cerca de três mil heróis presentes naquele grande mutirão cívico da inteligência brasileira. Nasce assim, meio a ferro e fogo, em uma grande revolução política institucional jamais vista, o que viria a ser a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, sem similar em lugar nenhum do mundo. (HERLAIN, 2010, p.77-78)

E assim como sua criação, a instituição do Conselho Nacional das Cidades – CONCIDADES na 1ª Conferência Nacional das Cidades será resultado da pressão popular e terá caráter consultivo e deliberativo, sendo mais um instrumento que congrega a sociedade civil organizada em torno do debate de temas referentes à política urbana.

As mulheres participantes da Conferência traziam consigo os questionamentos sobre o reconhecimento de seu direito, enquanto mulher, advindas das diversas Conferências Mundiais de Mulheres realizadas anteriormente. Garantir que seu direito a ter uma cidade organizada e saudável fosse reconhecido também não se configurou como uma tarefa simples, assim como também não foi simples e fácil a entrada das mulheres nos movimentos sindicais conforme relata Torres (2005, p. 57):

A saída das mulheres da esfera privada para a esfera pública possibilitou-lhe o contato com uma rede de relações que implicariam novos saberes e novas informações que redefiniriam suas relações com as famílias. A participação política da mulher teve o seu preço e exigiu coragem para enfrentar um universo assaz dominador.

A 2ª Conferência realizada em 2005 tinha como temas principais a participação e o controle social, a questão federativa, a política urbana regional e metropolitana além

¹⁴ Luiz Herlain, escritor e militante, foi Conselheiro das Cidades no período de 2004 a 2006 pela Central de Movimentos Populares - CMP

do financiamento do desenvolvimento urbano. Trouxe como elemento inovador a proposta de criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e a instituição do Conselho Gestor do Fundo¹⁵.

A 3ª Conferência reconhece que apesar de todas as conquistas muito ainda necessita ser articulado e concretizado para minimizar as desigualdades em nosso país, sendo necessário “a construção de uma Política de Desenvolvimento Urbano com participação e justiça” (BRASIL,2007, p.6) orientado para o atendimento das especificidades dos grupos. Líder do movimento de moradia e Conselheira Nacional das Cidades, Cristiane Telles aponta que

Essa discussão da habitação, essa discussão da mobilidade urbana, essa discussão do saneamento básico, da regularização fundiária, ela vai ter participação coletiva, ela vai ter participação social, ela vai ser construída, pelo menos, ouvindo os usuário, os atores históricos desse momento na construção dessa cidade, uma cidade que se quer para todos.

Em seu material preparatório para a realização da Conferência podemos encontrar os primeiros avanços no reconhecimento do direito das mulheres à moradia digna quando assim se posicionam:

Os programas habitacionais passaram a considerar a especificidade territorial e a identidade cultural de diversos grupos sociais tais como comunidades quilombolas e indígenas, mulheres e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, levando em consideração a necessidade de diferentes tipologias construtivas. Porém na aprovação dos empreendimentos, estas questões não são consideradas. (BRASIL, 2007, p.7)

Ao todo o Brasil realizou 5 Conferências Nacionais das Cidades das quais saíram materiais para a elaboração de planos, programas e projetos direcionados para a implementação de uma Política de Desenvolvimento Urbano sensível e comprometida com a equidade e a justiça social, resultado da luta e mobilização dos movimentos sociais de diversos matizes, reforçando o tema da 5ª Conferência que assim diz: “A cidade que queremos: Reforma Urbana Já!”.

Cristiane Telles sobre os resultados das Conferências afirma que,

Com certeza a bola não é do Governo somente, a bola é com o Conselho, a bola é com o Ministério, é com todos, é com a sociedade que participa. Daí de 2003 para cá se vão 05 Conferências das Cidades, com a participação massiva da população dos vários

¹⁵ Propostas aprovadas através da Lei 11.124 de 16 de junho de 2005.

municípios do Estado brasileiro, e isso é sem dúvida uma conquista do movimento, do povo organizado. (entrevista 2014)

Da Conferência do México, passando por Copenhague, Nairóbi e Beijing, além da realização da I e II Conferência Nacional do Direitos da Mulher e da configuração dos Planos Nacionais de Direitos das Mulheres muitas discussões e proposituras decorreram; É assim que, atualmente, a inserção de demandas femininas passam por momentos de grandes avanços nas Conferências das Cidades.

Suas conquistas ficaram mais perceptíveis na política habitacional quando ocorreu a criação de um sistema próprio que conduziria a política habitacional no Brasil e de onde originou-se o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV no Governo Lula. Este Programa possui três vertentes (poder público, construtoras e entidades) e tem como centralidade o atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, conforme demonstra a Lei 2.977 quando afirma

Art. 3º - Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos:

IV – prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar(BRASIL, 2009)

Entendemos que as conquistas até aqui apontadas não foram resultado apenas da nova forma de gerir as políticas públicas no âmbito de um governo popular, mas, principalmente advém da atuação dos movimentos sociais que atuaram na defesa dos direitos de pessoas mais vulneráveis de nosso país, sendo as mulheres as grandes protagonistas desse processo.

É preciso reiterar o pensamento de Lefebvre (2001) quando aponta a necessidade de combater a ideia hegemônica do discurso oficial de que os movimentos sociais são criminosos, quando na verdade eles organizam a luta para construir uma sociedade com menos desigualdades sociais, sendo co-partícipes do processo democrático de construção de uma cidade igualitária onde todos possam ter direito a ela.

CAPÍTULO II – VOZES DE MULHERES: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES POR MORADIA ORQUÍDEAS- MMMO

Quando o homem compreende a sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e suas circunstâncias

(Paulo Freire)

2.1 – O início da história: violência, desapropriação de terra e falta de moradia

Para pensarmos na democratização do espaço urbano não podemos deixar de ter a compreensão de ser a moradia uma unidade central nas discussões. Esta moradia não é simplesmente o espaço de morada, é condição basilar para a satisfação das necessidades humanas. Representa o abrigo físico, de seus moradores, seu espaço de segurança, lugar de sua intimidade, da vida em família e de suas memórias.

Santos (1998, p.136) em seus estudos sobre os movimentos de moradia em Manaus ressalta que a “habitação é entendida como *habitat*, ou seja, como direito à moradia com qualidade de vida e democratização do espaço urbano, concebendo o morar como um fator de desenvolvimento humano e cidadania.”

Reconhecida como um dos direitos sociais sua importância cresce mundialmente quando, na década de 90, a ONU realiza Conferências e Fóruns Mundiais¹⁶ que tratam exclusivamente de questões relacionadas à moradia, infraestrutura, saneamento básico e meio ambiente. Em seu capítulo 7 a Agenda Habitat (1997, p.2) assim se posiciona:

O acesso a uma habitação sadia e segura é essencial para o bem-estar econômico, social, psicológico e físico da pessoa humana e deve ser parte fundamental das ações nacionais e internacionais[...]. O direito à moradia é um direito humano básico, que está inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e estima que pelo menos 1 bilhão de pessoas não tem acesso a uma habitação sadia e segura.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, prevê em seu art.6º que a moradia é um direito social e, apesar de todo o aparato legal que norteia esse direito, ainda existem milhões de brasileiros sem acesso a ele. Dados da Fundação João Pinheiro apontam que em 2010 existia um *déficit* de 6 milhões e 940 mil habitações, sendo que destas 85% concentravam-se nas áreas urbanas. Concentrando maior parte da população, os centros

¹⁶ Conferências UN – Habitat de Vancouver (1976), de Istambul (1996) e Fóruns Mundiais de Nairóbi (2002), Barcelona (2004) e Vancouver (2006)

urbanos tem na questão habitacional um dos grandes problemas a ser enfrentado. No Brasil são milhões de pessoas excluídas do acesso à moradia digna, principalmente, aquelas com renda inferior a 3 salários mínimos e, quando se soma a isso a ausência de infraestrutura e saneamento básico esses números crescem consideravelmente. Saule Jr. (1999,p.63) chama atenção para o fato de que,

A dimensão dos problemas urbanos no Brasil tem a questão habitacional como um componente essencial da atuação do Estado brasileiro, na promoção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, erradicação da pobreza, e na garantia do direito das pessoas que vivem nas cidades.

O atual quadro habitacional do país expressa de forma clara e inequívoca o fato de o Estado brasileiro ter excluído as classes subalternas do acesso à moradia, problema que ganha vulto desde o primeiro quartel do século XX. Durante muito tempo os aglomerados, as favelas, os cortiços, as invasões¹⁷ e os bairros periféricos existentes no ambiente urbano, foram as alternativas encontradas pela população mais vulnerável para enfrentar a exclusão a que são relegadas. Para Santos (1998, p.10),

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes as periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas resultado do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Como podemos perceber a política de habitação permaneceu relegada a uma posição subalterna em relação a outras políticas públicas durante várias décadas. Gonçalves (2000, p. 256), assinala que a “trajetória histórica das principais medidas adotadas, ao longo de diferentes conjunturas e dos distintos governos, permite-nos inferir que a questão habitacional aparece muito mais como uma questão secundária que não ocupa o lugar que merece”.

Com uma população estimada em 2.020.301 habitantes (IBGE,2010) Manaus não foge a essa realidade. Comporta um *déficit* de moradia que soma um total de 105.587 unidades¹⁸, sendo que destas 105.044 estão localizadas na zona urbana e 543 na zona rural.

Manaus que, no período da *belle époque*, recebeu o codinome de Paris dos Trópicos comporta um conjunto de problemas sociais que transformam a vida em sociedade em espaços socialmente desiguais. Scherer (2009, p.132) aponta que “ao

¹⁷ Termo comumente utilizado para denominar as ocupações irregulares.

¹⁸ Dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro - 2013

contrário, o avesso do progresso se materializa pelo desemprego, pobreza e miséria de segmentos expressivos da população vivendo em situações que, a grosso modo, se convencionou chamar de vulnerabilidade social”.

A partir de 1890, além do modelo urbanístico¹⁹ adotado que contribui para as desigualdades sócio -espaciais vivenciadas até os dias atuais, Manaus depara-se com dois grandes surtos de expansão urbana. O primeiro momento ocorre no período áureo da borracha com a vinda de grandes contingentes populacionais de outros Estados para trabalhar nos seringais do Amazonas e que viam na comercialização da *hevea basiliensis* a possibilidade de melhorar de vida. Nesta ordem o espaço urbano é pensado, construído e gerenciado, favorecendo alguns segmentos em detrimento de outros, revelando o avesso da cidade das fotografias e cartões postais. Oliveira (2003, p. 72) afirma que,

O espaço urbano que se produziu em Manaus no período de 1920 a 1967 não é único, pois está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados.

Com o advento do modelo econômico Zona Franca de Manaus a partir de 1967 sob a égide do regime autocrático ocorreu um novo *boom* de modernização voltado, agora, para o processo de industrialização. Não diferente do período da borracha, Manaus sofre novamente um inchaço populacional com densidade tamanha desencadeado pela vinda da população do interior do Estado para a capital, deixando para trás suas terras de várzeas na busca por acesso à políticas públicas e às benesses da industrialização.

Esse contingente populacional passa a engrossar as fileiras dos sem direitos que vão compor o número do *déficit* habitacional no Amazonas especificamente, em Manaus, o que perdura até os dias atuais. O crescimento da riqueza não reduziu os níveis de pobreza. A desigualdade social manauense cinde a vida cotidiana dos habitantes da cidade de forma avissal determinando a existência da luta pela moradia. “O mais grave é que essas disparidades são banalizadas, as desigualdades sociais são naturalizadas. Tudo parece normal numa cidade tão desigual”(SCHERER, 2009,p.160).

¹⁹ Aqui entendido como o predomínio de novos padrões de uso do espaço e das relações ambientais entre os seres humanos e seu entorno

As desigualdades sociais assumem capilaridade diversificada no âmbito da questão social com contornos assustadores no que diz respeito à pauperização, proliferação de doenças em razão da ausência de esgoto, da improvisação de barracos dentre outros problemas sociais. Esta é a veia aberta das contradições produzidas pelo capital que se expandiu na região de forma livre e exacerbada do ponto de vista da exploração e do acúmulo de riqueza.

O fator de expulsão/atração, determinado pelos diversos processos econômicos implantados na região, associado ao processo de mobilidade social em busca de melhores oportunidades de emprego constituíram-se nos fatores condicionantes para colocar em curso o processo de migração para a cidade e com ele o aumento da demanda por novas moradias. Bentes (2014,p.45-46) aponta que

Essa intensa dinâmica possibilitou que, em 1980, a população de Manaus saltasse para 642.492 pessoas, concentrando 44,3% dos habitantes do Estado do Amazonas. E na década de 90 a capital amazonense é elevada à posição de metrópole da Amazônia Ocidental²⁰, momento em que alcançou o percentual de 48,1% do quantitativo da população do Amazonas, ou seja, 1.010.544 habitantes registrados no Censo Demográfico de 1991.

As ocupações²¹ tornaram-se a estratégia mais utilizada pelas classes subalternas manauense para suprir a necessidade de moradia, as quais inicialmente foram construídas às margens dos igarapés. Um grande exemplo dessa ocupação urbana em Manaus ocorreu com o surgimento da cidade flutuante que se ergueu na frente da cidade, às margens do Rio Negro estendendo-se até a foz do igarapé de Educandos. Em razão do alto custo da moradia na cidade os segmentos populares que chegaram a Manaus no processo de êxodo rural foram compelidos a ocupar áreas de risco como foi o caso do leito dos igarapés e dos rios. Oliveira (2003, p. 79-80) aponta que,

Um aspecto relevante para o surgimento e a ampliação da cidade flutuante é que a água, ao contrário da terra, não se constitui propriedade privada, portanto, não é, no sentido da custos de moradia, visto que não havia a necessidade de compra moradia, mercadoria. Como tal, o surgimento de moradia sobre a água foge à lógica da produção da moradia na perspectiva do capital. Isso representa para a população um meio de diminuição dos de lotes.

A partir da década de 70 a expansão da malha urbana da cidade envereda para as zonas administrativas Leste e Norte. Nesse período grandes ocupações marcam o

²⁰ Manaus aparece como o 12º maior centro urbano do país, sendo considerada uma metrópole regional. (PNUMA/MMA, 2002, 21)

²¹ São estratégias de moradia adotadas pelas classes subalternas, a partir da organização de “invasões” de lotes urbanos vazios, para o acesso imediato ao lote e a construção da moradia.

cenário habitacional de Manaus e são elas que originam bairros como São José, Jorge Teixeira, Zumbi dos Palmares, Coroado, Novo Israel, Santa Etelvina, Mauzinho, dentre outros, conforme relata uma das lideranças da época:

Eu estou nessa luta desde 77. Em 1986 nós fizemos o São Sebastiao com a Irmã Helena. Eu fui lá pedir um terreno pra ela pra minha cunhada e ela gostou muito do meu trabalho e ela me chamou pra ajudar a coordenar a invasão. Esse foi um passo, ali começou nossa carreira com Irmã Helena. Nós fizemos Nova Jerusalém, depois do São Sebastião em 1986. [...] Em 1999 foi feito o Zumbi e dali começou essas histórias das invasões. Chegamos no Cidade de Deus, ai fomos fazer o Nossa Senhora de Fátima com Irmã Helena também em 1990. Em 1992 nós fomos fazer Cidade de Deus ai a gente já foi individual porque a Irmã Helena foi trabalhar com um Secretário da época [...]. Era eu, Erenilde, Santa Branca e a Júlia então nós continuamos a fazer as invasões, a gente já sabia como fazer. E fomos fazendo...fizemos Alfredo Nascimento, Aliança com Deus. (Ana Santana, entrevista/2015)

Manaus acompanhava o que no âmbito nacional também se vivenciava, especialmente nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, capitais dão início à organização popular na luta por moradia no Brasil. Nesse período é criado o Movimento das Favelas, o Movimento de Invasões de Terras na Fazenda Itupu, a CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores, o Movimento de Luta pela Moradia das Associações Comunitárias, Movimento dos Mutuários do BHN, União dos Movimentos da Zona Leste de São Paulo que posteriormente deu origem a União Nacional por Moradia Popular – UNMP, entidade nacional de luta por moradia.

No contexto da organização popular por moradia deve-se reconhecer a importância singular de algumas lideranças que acompanharam as ocupações nesse período. Entre elas podemos pontuar a presença marcante da Irmã Helena Augusta Walcott, religiosa da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, Ana Santana, conhecida como “Santana Preta”, líder do Movimento por Moradia Digna, que participou de aproximadamente 20 bairros na cidade de Manaus criados no processo de ocupação de terra e Ismael Oliveira, atual líder da Cooperativa de Produtores de Assentamentos Rurais do Estado do Amazonas – COOPERAM que em virtude do processo de ocupações já esteve encarcerado por sete vezes.

E, assim o espaço urbano da cidade foi se produzindo em grande parte decorrente do processo de ocupações que ocorreram, sempre associado à carência na oferta de infraestrutura e serviços sociais para a população. Lauschnner (2013,p.20) aponta que “um dos fatores além da segregação social que determinou o processo de

ocupação era a situação de extrema pobreza na qual estavam submetidas grandes parcelas da população que não tinham condições dignas para morar”.

A última divisão territorial realizada pela Prefeitura Municipal de Manaus, a capital do Amazonas possui, atualmente, com 63 bairros oficiais e vários outros que ainda não são reconhecidos oficialmente e que estão inclusos dentro do perímetro de outros bairros.

Apesar de o maior número de bairros concentrar-se na Região Sul, é nas regiões Norte e Leste que estão situados os bairros mais populosos da cidade que são os bairros da Cidade Nova e Jorge Teixeira que, de acordo com o Censo (2010), apresentam mais de 100.000 habitantes. Vale informar que essas duas regiões foram as que, desde o final do século XX e início do século XXI, mais sofreram com as ocupações desordenadas²² do espaço urbano. Bentes (2014, p. 119) assinala que,

A negação do direito à moradia empurra a população para a busca de alternativas precárias e desprovidas de condições adequadas para uma vida digna, distantes do centro da cidade e/ou com baixa ou nenhuma oferta de serviços urbanos essenciais[...]. Isto amplia ainda mais os contrastes entre pobreza/riqueza e aprofunda a desigualdade social existente na capital do Estado do Amazonas.

Sobre as condições de moradia nas ocupações, Francisca Leite, liderança do Movimento Orquídeas e ex-ocupante, revela que,

A gente entrou na ocupação na madrugada pra amanhecer já na área, a gente era um grupo (eu acho!) de umas 30 pessoas, a maioria mulheres, eu acho que a gente tinha uns 10 homens. Então a gente entrou na área de madrugada e dormimos lá no relento e já amanhecemos na área. Amanhecemos medindo a área, quando a gente começou a medir a área o povo viu que era uma ocupação e em prazo de minutos foi jogado o muro embaixo, e cada um por si, procurou o seu local e lá mesmo se assentou. Então cada um de nós pegou um local pra fazer as nossas barracas E eu desde o dia que entrei na ocupação já morei lá. A gente morava lá mesmo no relento, era com chuva, com frio (entrevista/2015).

Nas reivindicações urbanas as mulheres sempre estiveram presentes, em sua grande maioria, como sujeitos ativos e combatentes nas manifestações e nas lutas. Nas ocupações de terra são elas que desafiam o poder da propriedade e dos aparelhos institucionais, tornando-se responsáveis pela produção do barraco, pelo levantamento e

²² Desordenada no sentido de não haver uma política fundiária e habitacional que planeje e estructure o crescimento urbano, fazendo com que as famílias tenham na “invasão” talvez a única alternativa de moradia possível para elas.

manutenção da estrutura básica de sobrevivência da ocupação, e, que por isso mesmo, elas tem que enfrentar a repressão policial.

Em Manaus as mulheres sempre se fizeram presentes na luta por melhores condições salariais e de qualidade de vida. Torres (2005, p.30) lembra que

As mulheres operárias do Distrito Industrial de Manaus foram pioneiras em conquistas sociais em todo o país. Um dos exemplos foi a ampliação da licença maternidade para 90 dias antes da Constituição de 1988, que não só garantiu os três meses como ampliou o prazo para 120 dias. Aos poucos elas foram se organizando no chão de fábrica como sujeito coletivo, revelando um grande potencial de liderança e capacidade organizativa.

Deve-se reconhecer que este processo de luta e conquista do direito à moradia do direito à moradia ocorreu de forma lenta e gradual, em meio a avanços e recuos, com ameaças, prisões e até derramamento de sangue, conforme relata uma das lideranças do movimento de moradia em Manaus que teve a vida de seu filho ceifada em função da luta pela terra. Vejamos:

No Aliança com Deus quando a gente recebeu o asfalto da rua nós fizemos uma caminhada com o prefeito da época e no meio da caminhada a dona do terreno, que se dizia que era dona da terra, atacou ele dizendo que ele tinha que pagar a terra dela. O prefeito afirmou que se ela estivesse com tudo em dia do terreno ela deveria procurar a prefeitura que o pagamento seria feito, porém se não estivesse não tinha como tirar o povo de cima da terra que já estava inclusive recebendo serviços de urbanização. No outro dia o filho dela pegou uma arma e deu cinco tiros no meu filho e matou meu filho de 19 anos. E tudo isso foi muito sofrimento pra mim(Ana Santana, entrevista/2015)

O Movimento Orquídeas – MMMO, como é popularmente conhecido, é um movimento social organizado e liderado por mulheres que tem como principal bandeira de luta a garantia do direito à cidade para todos, em especial às mulheres. Atualmente o MMMO vem desenvolvendo um projeto habitacional denominado Loteamento Residencial Multifamiliar Orquídeas – módulos I, II e III, financiado com recursos do Governo Federal através do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades e que vai assegurar a moradia para 600 famílias em situação de vulnerabilidade, das quais 374 são chefiadas por mulheres.

O MMMO nasceu da firme disposição de um grupo de mulheres com histórico de militância e atuação na defesa de direitos básicos do cidadão e da cidadã na cidade de Manaus. Em meados de 2006, algumas mulheres e participantes do Comitê Social de

Santa Etelvina²³, resolveram organizar-se para formar e enfrentar a violência contra as mulheres. Para isso buscaram maior compreensão dessa problemática junto ao GAM – Guerreiras Amazônicas em Movimento²⁴ passando, pois, a se apresentar na comunidade, especialmente nas escolas, no combate à violência contra a mulher, motivo que levou a serem procuradas por mulheres que eram ou que tinham sido vítimas de violência doméstica. Vejamos o relato de uma das lideranças do MIMO:

Nós estávamos indo para as reuniões e começamos a nos apresentar nas escolas do próprio bairro e dizer que nós estávamos iniciando um trabalho em defesa da mulher que sofria violência, e algumas mulheres passaram a nos procurar nas nossas próprias casas. Nós não tínhamos sede e elas traziam o problema da violência, que tinham apanhado do companheiro, de cabeça quebrada e pediam pra nós irmos lá na comunidade, elas estavam nas invasões. A gente foi nas casas delas pra conversar com o agressor, nós estávamos iniciando ainda na formação na questão de combater a violência e defender a Lei Maria da Penha. (Cristiane Telles, entrevista/2014)

Ao adentrar as ocupações, local de moradia de mulheres violentadas, as lideranças do MIMO deparavam-se também com a problemática do risco de despejo, da reintegração de posse e, em virtude de possuírem uma certa compreensão sobre os direitos, passaram também a acompanhar as mulheres e suas famílias no que diz respeito à defesa do seu espaço de moradia. A partir de então, passam a acompanhar algumas ocupações que se espraiavam no bairro Santa Etelvina, entre as quais a ocupação Deus é Fiel e a Comunidade Bom Jardim.

A ocupação Deus é Fiel, localizada na Rua 07 de maio no bairro Santa Etelvina, zona norte de Manaus, foi acompanhada pelas mulheres do MIMO e também por outros atores como o Movimento dos Sem Terra do Norte a Cáritas Arquidiocesana. Após 03 violentas ações de reintegração de posse e uma luta incessante, em 2008, consolidou-se como o primeiro projeto executado pelo Poder Público (Prefeitura Municipal de Manaus) com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, contemplando as famílias ocupantes daquela área com a construção de um condomínio residencial com 75 unidades.

Logo em seguida, este grupo de mulheres foi acompanhar a ocupação Bom Jardim, também no bairro de Santa Etelvina, onde conseguiram consolidar a referida

²³ Coletivo organizado pela Igreja Católica que reunia várias lideranças do bairro Santa Etelvina e adjacências para discutir e propor estratégias para o enfrentamento de diversas problemáticas que assolava o bairro.

²⁴ Grupo de mulheres que se reunião na Paróquia Santa Mônica no bairro Terra Nova, zona norte da cidade.

ocupação, graças ao empenho e luta desse grupo que já pensava em constituir-se formalmente denominando-se inicialmente como Movimento de Mulheres Vitória Régia.

Observe-se que a mobilização do Movimento Orquídeas teve início com a luta contra a violência doméstica como seu eixo fundante, porém, no decorrer de suas ações, as demandas por moradia foram assumindo relevância. Gonh(1991,p.40) ao tratar da prática que se estabelece nos movimento sociais assim se posiciona:

A busca de soluções e alternativas para as condições de vida cotidiana leva ao encontro de caminhos que apontam para a superação destas condições. O pensar articula-se ao fazer. E este processo não se realiza espontaneamente, mas é permeado por uma intencionalidade política, presente nos projetos que os movimentos delineam na história. [...]. O importante não é o fato de uma organização ser formal ou informal, mas saber como ela se estabelece, como se articula em relação as suas bases, qual sua direção, que sentido estabelece para o movimento.

Já em meados de 2008, esse grupo de mulheres já tinha se tornado referência no que concerne ao apoio e acompanhamento à luta pelo direito à terra, à moradia digna e na defesa da mulher vítima de violência, cujas lideranças foram chamadas a acompanhar uma ocupação que ocorria dentro do perímetro do bairro Santa Etelvina denominada Portelinha.

A ocupação Portelinha localizava-se em uma das principais vias do bairro, Av. 7 de maio, comportando 140 famílias de sem teto que sem ter onde morar ou morando em condições insalubres resolveram ocupar uma área de vazio urbano²⁵ que tinha sido desapropriada pelo Governo do Estado.

Cristiane Telles, líder do Movimento Orquídeas, relata este fato da seguinte forma:

Fomos chamadas pra outra ocupação e fomos para a Portelinha que ficava também na rua santa Etelvina, no Santa Etelvina, próximo à escola Arthur Virgílio. E lá eram 140 famílias e as terras eram desapropriadas pelo Governo do Estado e já tinham sido pagas aos proprietários, e um particular cercou e estava lá há anos a terra sem utilidade nenhuma. As famílias invadiram, mas o indivíduo, Sr. Edvar Malta, teve o apoio do Estado, mesmo a terra sendo paga a Justiça deu ganho de causa a ele e tirou os “invasores” com muita violência e como nós estávamos à frente, inclusive mulheres dessa própria ocupação como a Francisca Leite, a Estrela, a Ana Milena e tantas outras passaram a integrar essa comissão de mulheres que lutavam para conquistar esse direito à moradia, direito a terra(Entrevista/2014).

²⁵Por vazios urbanos nos referimos aos terrenos vagos e subutilizados, áreas desocupadas, terras devolutas e os terrenos alvos de especulação imobiliária.

Após 06 meses ocupando aquela área as famílias e as mulheres do então Movimento Vitória Régia, foram vilipendiadas com a reintegração de posse com extrema violência policial. Muitas delas perderam os poucos móveis e utensílios que possuíam, resultado de anos de suor e trabalho, conforme relata uma ex-integrante da ocupação Portelinha:

A segunda vez veio o comunicado e a gente não recebeu esse comunicado. A pessoa que pegou esse comunicado ela não entregou pra gente. Ai quando veio eles só deram o prazo de minutos pra gente sair da área então foi muito conflito, a gente sofreu bastante, tinha spray de pimenta, perdemos quase tudo que tinha[...] roupas, documentos, foi tudo pro espaço. (Francisca Leite, entrevista 2015)

Quando tratamos da situação de despejos e desapropriações é comum verificarmos o uso da força policial como estratégia para a retirada das famílias. Rodrigues (2007, p.8) ressalta que

O reconhecimento do direito à moradia como direito humano incluiria o fim de despejos forçados mas que continuam a ocorrer em todos os lugares do mundo. Na Plataforma de Direitos Humanos das Nações Unidas criam-se as “Relatorias” pelo Direito Humanos à Moradia Adequada (Plataforma DHESC), com uma rede que denuncia, acompanha e procura soluções para por fim aos despejos forçados, com o objetivo de garantir o direito à moradia.

A partir de então, esse grupo de mulheres passou a ser reconhecido como lideranças históricas na luta por moradia em Manaus entre os quais a líder Ana Ramos ou Santana Preta do Movimento Social pelo Direito a Moradia Digna - MDS, Ismael Oliveira do Movimento dos Sem Terra - MST e Júlio Ferraz do Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST, ampliando seu quadro com a entrada de algumas mulheres despejadas da ocupação.

É dentro de um cenário de segregação sócio -espacial, violência e arbitrariedades que se deu a atuação dos movimentos sociais que fazem a luta por moradia no Brasil. Essas pessoas constroem-se como sujeitos na produção do espaço urbano e na transformação sentida como necessária. Telles (1998,p. 248) considera que

Suas formas de organização e práticas associativas, a natureza dos direitos reivindicados e seus mecanismos de mobilização surgiram como características dotadas de sentido político. Pouco a pouco os movimentos populares iam construindo novos sujeitos políticos e novos espaços para fazer política, evidenciando dessa forma a constituição de novos atores sociais e políticos.

Esse novo sujeito que surge inaugura uma nova forma de olhar as práticas desenvolvidas, um sujeito que rompe com uma consciência individual para tornar-se um

sujeito coletivo que segundo Sader (1988,p.55) trata-se de “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, construindo-se nessas lutas”.

É inegável que no seio dos movimentos sociais o papel da mulher é redimensionado. Elas assumem a dianteira destes movimentos com altivez e determinação colocando-se na extensão do conflito no enfrentamento para garantir a sobrevivência. A luta que se desenvolve em função de uma cidade para todos coloca em evidência o agir do sujeito feminino de forma autêntica e destemida.

2.2 - União Nacional por Moradia Popular: ocupar, invadir, resistir

Em face a um cenário de negação do direito à moradia é que se erguem os movimentos sociais como sujeitos coletivos em busca da conquista dessa política. Nesse processo de construção da cidade como direito de todos há muita disputa e conflitos que envolvem interesse antagônicos e de classes. Nesta disputa o movimento de moradia tornou-se um ator central, demonstrando capacidade ímpar de mobilização e pressão. Gonh (2010,p. 47) afirma que “ dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia continuou a ter centralidade desde os anos de 1980, como a luta popular mais organizada nas grandes cidades, embora tenha perdido visibilidade nos anos de 1990, parcialmente recuperada nos anos 2000”.

Apesar de todos os entraves advindos com a implantação do modelo neoliberal na década de 90, pode-se perceber o surgimento e organização de novos sujeitos sociais que emergiram no processo de redemocratização dos espaços democráticos, especialmente, no período que antecedeu a promulgação da Constituição de 1988. Raichelis (2000,p.5) aponta que,

Este movimento põe em discussão não apenas o padrão histórico que tem caracterizado a realização das políticas sociais em nosso país – seletivo, fragmentado, excludente e setorizado – mas também a necessidade de democratização dos processos decisórios responsáveis pela definição de prioridades e modos de gestão de políticas e programas sociais.

Desde a década de 70, no Brasil, os movimentos sociais urbanos organizaram-se em torno de lutas voltadas a moradia, a regularização fundiária, a saúde e ao saneamento, tendo como um de seus principais incentivadores a ala progressista da Igreja Católica que contribuía com as causas populares através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

Na década de 80, com a mobilização para a redemocratização do país, os movimentos de moradia articularam-se com outras organizações como os sindicatos, universidades e organizações não-governamentais com o intuito de ampliar a luta para além do direito à moradia, pela conquista de uma cidade para todos. Formou-se, então, uma extensa rede de reforma urbana que desencadeou na criação do Fórum da Reforma Urbana²⁶ em 1987. Para Bastos (2000,p.33)

A partir da segunda metade da década de 1980, muitos dos Novos Movimentos Sociais reorientam sua forma de atuação no sentido de uma participação em redes mais amplas de pressão e resistência. Organizam-se redes entre movimentos políticos, culturais e organizações populares. Articulam-se sujeitos sociais dos mais diversos e atuam coletivamente para além de seus interesses particulares, tendo os singulares como razão de participar nas redes.

Será, então, a partir da demanda por habitação que vai se constituir na década de 80, os dois principais movimentos que organizarão a luta por moradia no Brasil: a União Nacional por Moradia Popular –UNMP e o Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM.

Nos anos 1990 mais dois movimentos de base popular surgirão para compor essa rede nacional de mobilização em torno da luta por moradia, a saber: a Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM e a Central de Movimentos Populares – CMP.

A atuação desses movimentos nacionais pautam a luta por moradia no Brasil, quebrando a lógica de ser a cidade um valor de troca. Trata-se de “estratégias de incidência política, utilizando-se de um repertório de ação diversificado, incluindo atuação tanto em esferas políticas institucionalizadas, como os conselhos de gestão pública, como em ações societárias, a exemplo das mobilizações e de processos de formação de base” (FERREIRA, 2012,p.5).

Juntos, a UNMP, o MNLM, a CONAM e a CMP tornaram-se nacionalmente movimentos organizados e articulados em redes e fóruns(nacionais e internacionais) que, a partir de sua experiência de interação conflitiva com o Estado, diversificaram as estratégias de ação, construindo um arcabouço de práticas e rotinas para a atuação dos movimentos de luta por moradia em todo o Brasil.

Na atuação em redes os movimentos sociais percebem a necessidade de se articularem com outros grupos que possuem a mesma identidade social ou política, a

²⁶ Esse Fórum agrega várias organizações brasileiras que empreendem a luta por cidades saudáveis para todos. Estão presentes em todos os Estados brasileiros e no Amazonas encontram-se representados pelo Fórum Amazonense da Reforma Urbana – FARU.

fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas. Gohn(2010, p.173) destaca que,

Todos juntos são os novos agentes estruturantes das redes movimentistas e mobilizatórias, construindo e definindo os espaços e os vínculos de sociabilidade e cultura política do país. Mobilização social transformou-se numa categoria de destaque[...]; Rede deixou de ser um recurso estratégico para se transformar numa forma e ferramenta de ação social coletiva.

Um caso ilustrativo de movimento em rede é a Marcha Mundial de Mulheres – MMM. Sua origem advém dos movimentos de mulheres e caracteriza-se por ser um projeto de mobilização no qual participam ONGs feministas, mas também comitês e organismos mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa do feminismo.

A União Nacional por Moradia Popular teve seu início e sua consolidação no processo de articulação dos movimentos de moradia dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, no final da década de 90. Era um momento de coleta de assinaturas em favor do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criaria o Sistema de Habitação, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil²⁷.

Passados 25 anos, a atuação deste Movimento tem sido difundida em 22 Estados brasileiros. Sua articulação tem sido fundamental para a garantia de algumas conquistas na área do direito à cidade como a construção do Sistema Nacional de Habitação e financiamento junto ao Ministério das Cidades para a construção de moradias no âmbito da autogestão através do Programa Crédito Solidário.

Sua atuação tem sido fundamental no processo de mobilização e conquista da inclusão do direito à moradia na Constituição Federal, na aprovação do Estatuto das Cidades e na realização das Conferências das Cidades. Atualmente a UNMP possui 13 assentos no Conselho Nacional das Cidades sendo que destes 8 são mulheres

Nos tempos atuais a emergência de novos sujeitos políticos nas mesas de pactuação das políticas públicas tem possibilitado a visibilidade das mulheres e de suas demandas, o que não significa dizer que o ideário machista tenha sido vencido. É o que revela uma das conselheiras nacionais do Conselho Nacional da Cidades, a saber:

No Conselho Nacional das Cidades participam além da União que tem assento nesse Conselho, a CMP, o MNLM, e a CONAM. Esses movimentos nacionais tem conselheiros em sua maioria mulheres, mas nos debates a frente nas plenárias do conselho são os homens que se sobressaem, as mulheres se acuam, se acomodam um pouco. É algo que temos que superar (Cristiane Telles, entrevista/ 2014).

²⁷ Lei 11.124 de 2005.

Pode-se afirmar que um dos fatores que mais contribui para a tímida presença da mulher na política, enquanto espaço de poder e decisão, refere-se a forma como ocorreu a construção social dos papéis ditos masculinos e femininos na sociedade. Moriére (2013,P.354) destaca que

Sendo a política uma atividade pública, e sendo o espaço público o espaço masculino, difundiu-se a ideia de que ela é uma atividade essencialmente masculina. Algo nada fácil de superar, já que a dominação masculina ultrapassa o campo da ação propriamente dita e permeia o campo do simbólico.

As ações da UNMP assentam-se na defesa da autogestão, do direito à moradia e à cidade, na participação popular nas políticas públicas desde a sua concepção até o processo avaliativo, bem como a radicalidade contra os despejos. Nas discussões resultantes dos estudos da *Secretaria Latino Americana de La Vivienda Popular – SELVIP*²⁸ a UNMP assim se posiciona:

La UNMP se organiza em torno a los principios comunes de una sociedad de igualdad de derechos, que se traducen en reivindicaciones, luchas en la práctica y por defender propuestas dirigidas al poder público en las tres esferas del gobierno, pues el Estado fuerte será fuente de recursos para los proyectos del pueblo. (SELVIP, 2013,p. 174).

No Brasil, as primeiras construções em autogestão começaram em 1984 na Zona Sul de São Paulo e no ABC Paulista, baseadas nas experiências do Uruguai, país que apresenta as primeiras experiências de construções autogestionárias na América Latina, a partir de 1966, com a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua – FUCVAM*.

A arquiteta e urbanista Luciana Lago relembra esta experiência nos seguintes termos:

O projeto autogestionário dos movimentos sociais em São Paulo não é um projeto de moradia, é uma nova forma de pensar a cidade [...]. Isso se deve as inovações e ao acúmulo de experiências, porque na verdade a capital paulista não começa sua experiência autogestionária no governo Lula com o Crédito Solidário, mas no governo da Luiza Erundina em 1989. Essa foi a grande diferença, e começou a partir da Igreja, das comunidades eclesiais de base. Quando a Luiza Erundina assume a Prefeitura de São Paulo, e ela era vinculada à Igreja, começa a doar terras para os movimentos populares construírem suas casas. E os movimentos começam a buscar informação, naquele período lideranças viajam para o Uruguai a fim de conhecer a experiência de autogestão que era inovadora. (LAGO, 2011,p.6).

²⁸ Rede Latino-americana de movimentos de luta por moradia fundada em setembro de 1991 na cidade de São Paulo. Reúne movimentos sociais da Argentina, Paraguai, Chile, Equador, Brasil e Venezuela.

A Escola de Formação da SELVIP (2013, p.4) ao tratar do tema autogestão considera ser “uma noção de construção de poder popular [...] de uma cultura de transformação, de desenvolvimento organizacional a partir da perspectiva de ser parte dos processos unitários do campo popular, para transformar a atual realidade socioeconômica e cultural e construir uma nova realidade”

Em uma discussão acerca da construção do conceito de autogestão com lideranças da União Nacional por Moradia Popular no Amazonas, uma das lideranças chama a atenção para o fato de que,

Eu acho assim, uma coisa que eu acredito e bato muito de que é o povo que constrói, mas é muito forte ainda entre nós a ideia de que nós vamos fazer pelo povo e para o povo. E é muito feliz quando Paulo Freire fala que não se faz para, a gente faz com. E quando aqui entre nós a gente tem a ideia que vai fazer para o povo e pelo povo está mal intencionado. Quando a gente aqui coloca que é para o povo e pelo povo ou está equivocado ou está mal intencionado. E a União é legal porque ou tu é com o povo ou tu não serve para estar na União Nacional [...]. Por isso não existe construir por pena, por dó. Isso não existe. (WeltonPimentel,entrevista/2015)

A autogestão representa uma nova forma de gerir organizações e empreendimentos. Na habitação, a autogestão é um processo em que a própria comunidade gerencia a produção de sua habitação, tendo controle sobre todas as etapas para produzir a moradia, desde a definição do terreno, projeto, da assessoria técnica que os acompanhará, a forma de construção, a compra de materiais, a contratação de mão de obra, a organização do mutirão, a prestação de contas e a organização da vida comunitária. Verardo (2005,p. 124) afirma que,

Autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões. A autogestão caracteriza-se como processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem. Em outras palavras, autogestão é uma administração democrática onde os trabalhadores devem ter acesso à informação de tudo o que acontece na empresa para poder definir metas de produção, política de investimentos, modernização e política de pessoal.

A filiação das mulheres do Movimento Orquídeas a União Nacional por Moradia Popular causou um certo estranhamento aos grupos que a ele estavam ligadas no Estado do Amazonas. Houve discordância entre aqueles que atuavam na questão da moradia

em Manaus. Monica Santos, assistente social do Movimento Orquídeas, que acompanhou o primeiro processo de eleição para escolha dos coordenadores que representariam os movimentos do Amazonas junto à Coordenação Nacional da UNMP, assim descreve o fato:

Eu lembro na época que a gente precisou organizar a União por Moradia Popular do Estado. A gente precisava colocar um representante e eu lembro da gente junto com a Cristiane, às 03 horas da madrugada, se reunindo pra ir pegar as pessoas pra levar pra votação. Nesse processo se a gente não se mobiliza a gente não consegue. (Entrevista/2014).

Ao término de 2008 realizou-se o 1º Encontro Estadual da UNMP no Amazonas momento em que foi consolidada sua criação. Nesse mesmo encontro o grupo de mulheres oriundas da ocupação Portelinha resolveram constituir-se como pessoa jurídica e para tanto, com o intuito de homenagear as mulheres da Comunidade do Pau Rosa que trabalhavam com a venda de sachês de Orquídeas na cidade, decidiram pela mudança de nome, passando de Movimento de Mulheres Vitória Régia para Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas.

Interessa-nos pontuar que nesse 1º Encontro Estadual estiveram presentes figuras marcantes da luta por moradia no Brasil a saber: Donizete Fernandes de Oliveirado Movimento de Moradia do Estado de São Paulo e Alcir Ferreira Matos, conhecido como Matos do Mundo, líder do movimento de moradia no Estado do Pará.

Em 2009 após ouvirem em um noticiário o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, as mulheres do Movimento Orquídeas, lideradas por Cristiane Telles decidiram inscrever e organizar as famílias oriundas da antiga ocupação que encontravam-se morando nas calçadas do bairro, para participarem daquele Programa. É o que relata a própria liderança:

Eu, Cristiane, que sou líder do Movimento Orquídeas escutei no rádio junto com meu marido o lançamento deste Programa pelo Presidente Lula[...] e decidimos que iríamos trazer aquele programa pra Manaus. Nós vamos pegar, vamos nos organizar e aquele povo que está na área de risco, em cima dos igarapés vão ter suas casas.” (entrevista/ 2014)

O Programa Minha Casa, Minha Vida, foi regulamentado através da Lei 11.977 de 11 de junho de 2009 e encontrava-se alojado dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que tinha por intuito promover o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país. Suas prioridades se estendiam à investimento em áreas voltadas para o saneamento, a habitação, o transporte, a energia e os recursos hídricos.

O PMCMV surge, inicialmente, como uma estratégia do governo para combater uma crise econômica no âmbito internacional. Sua proposta social assenta-se na produção habitacional para famílias em situação de vulnerabilidade, tendo por base o aporte financeiro provenientes do Orçamento Geral da União – OGU.

Sob a versão atualizada do Programa Crédito Solidário²⁹ com financiamento para mutirões autogestionários, o PMCMV prevê em sua estrutura o atendimento de famílias tanto do grupo mais vulnerável da sociedade, quanto aquelas que podem ser beneficiadas com as linhas de crédito oferecidas pelo mercado imobiliário. É o que revela o quadro a seguir:

Faixa de Renda Familiar	Número de unidades
0 a 3 sm	400 mil
3 a 4 sm	200 mil
4 a 5 sm	100 mil
5 a 6 sm	100 mil
6 a 10 sm	200 mil

Quadro 1 – Unidades habitacionais de acordo com a faixa de renda

Fonte: Folder de apresentação do PMCMV

De acordo com a legislação que rege o PMCMV³⁰ é previsto que o financiamento pode advir do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS ou do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, podendo seu processo construtivo ser executado pelo poder público, pelas construtoras do mercado imobiliário ou pelas organizações da sociedade civil.

Apesar de lançar no mercado imobiliário uma vultosa quantidade de recursos para projetos habitacionais que levassem em consideração as populações mais vulneráveis, as normas estabelecidas acabaram por gerar outros problemas referentes à apropriação do solo urbano. Bonduki (2013,s.p) faz a seguinte consideração:

A inundação de recursos para a habitação, assim como o aumento do crédito imobiliário, sem que tivesse sido prevista uma política fundiária para combater a valorização imobiliária, acabaram por gerar um forte processo de especulação imobiliária, desviando os subsídios para os proprietários da terra e gerando exclusão social, pois os inquilinos de baixa renda não conseguem mais pagar os aluguéis e são expulsos para localizações mais periféricas que [...] acaba por gerar

²⁹ Crédito Solidário é um programa de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, criado pelo Conselho Curador – CCFDS, conforme Resolução 93/2004 e regulamentado pelo Ministério das Cidades nas disposições da Instrução Normativa 39 de 28 de dezembro de 2005 e suas posteriores alterações.

³⁰ Lei 11977 de 27 de julho de 2009.

outro problemas urbanos, como o agravamento da mobilidade urbana e a extensão exagerada dos perímetros urbanos.

Para os fins desse estudo nos deteremos sobre a linha de produção destinada a sociedade civil conhecida como PMCMV – Entidades. A inserção de movimentos sociais no processo de gestão do Programa é resultado da luta e articulação dos movimentos de moradia que historicamente se posicionam em favor da população em situação de vulnerabilidade e risco social. É o que revela uma das mulheres participantes do Projeto Residencial Multifamiliar Orquídeas, executado pelo Movimento Orquídeas. Vejamos:

Esse Programa veio pra nos ajudar porque no meu caso que eu sou uma pessoa que não tenho saber, não tenho estudo, eu morava lá no buraco[...]. No meu caso que ganhava salário mínimo e hoje não ganho nada. Eu sou uma mãe solteira que criei duas filhas sozinhas, não tinha condição de ter uma casa[...] mas vouter agora porque o Orquídeas vai me beneficiar com essa casa (Maria José da Rocha, entrevista/2015).

Pereira (2009) deixa claro que política pública envolve todas as políticas (entre as quais a econômica), que requerem a participação ativa do Estado sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de procedimentos e metas voltados para a satisfação das necessidades sociais, confirmando a concepção de Gramsci de que a política pública resulta da ação do Estado e das classes sociais, a partir da correlação de forças existentes.

Para Gramsci (1999) a relação entre Estado e sociedade civil são próprias do capitalismo, sendo o Estado aquele que atua de acordo com a correlação de forças que se espraia no bloco histórico, ora atendendo os interesses das classes dominantes, ora os das classes subalternas.

O valor de cada unidade equivale a R\$ 62.000,00, que deverão ser pagos em, no máximo, 120 parcelas de R\$ 80,00, totalizando R\$ 9.600,00, sendo o restante subsidiado pelo Governo Federal de acordo com a Resolução 200 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

No PMCMV – Entidades o valor das unidades varia de acordo com a região e a quantidade populacional do município onde ocorrerá a construção. Em Manaus, as organizações podem desenvolver projetos que tenham em sua previsão a construção de, no máximo, 500 unidades habitacionais, conforme consta no Quadro 2 a seguir.

	Limite de UH por empreendimento	Limite de UH executadas simultaneamente por EO e/ou contíguas
Até 20.000 habitantes	50	100
De 20.000 até 50.000 habitantes	150	300
De 50.000 até 100.000 habitantes	300	600
Acima de 100.000 habitantes	500	1000

Quadro 2 – Número de unidades habitacionais a serem produzidas
 Fonte: Caixa Econômica Federal – Manual MCMV Entidades

Para que as entidades possam apresentar e desenvolver projetos deste porte, elas devem participar de um processo de seleção e habilitação junto ao Ministério das Cidades, tendo como agente intermediador a Caixa Econômica Federal, que também atua como agente financiador.

No Amazonas, em 2014, encontravam-se habilitadas 32 entidades da sociedade civil das quais 14 pertencem a UNMP/ AM e destas, 09 encontram-se com trâmite para apresentação junto à Caixa Econômica Federal - CEF de projeto habitacional, 02 já assinaram contrato e estão em fase de construção (Movimento Orquídeas- Manaus e Mulheres que Fazem – Presidente Figueiredo) e 01 encontra-se no aguardo da assinatura para o início das obras que é a Associação Indígena Saterémawé do Aningá no município de Boa Vista do Ramos, primeira entidade indígena a assinar contrato pelo PMCMV em atendimento aos povos tradicionais³¹.

Fato relevante é que das 12 entidades da UNMP/AM presentes na gestão de projetos habitacionais 09 são lideradas por mulheres, marcando definitivamente, a presença das mulheres na luta por moradia no Estado do Amazonas. Isso reflete o fato de que “por vivenciarem de forma tão direta a falta ou insuficiência das políticas, dos serviços e dos equipamentos urbanos, as mulheres se organizam e estão em maioria no interior das associações comunitárias, entidades e movimentos de luta por moradia e pela reforma urbana” (FNURU, 2005, p.1).

Indiscutivelmente, as mulheres sempre empreenderam lutas sociais importantes que apesar de não terem emergido de uma consciência efetivamente feminista, já a colocam na arena política, por sua manifestação, posicionamento e disputa de poder. Conforme Castells (1999, p.223-224) “as mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva – partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em bases para a ação coletiva. Elas conferiram ao processo de construção da identidade

³¹ Informações adquiridas no site do Ministério das Cidades, 2015.

coletiva a marca de múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino”.

Farah (1999,p.68) assinala que,

A constituição das mulheres como sujeito político se dá através de sua mobilização em torno de questões ligadas à esfera da reprodução[...]. É seu papel tradicional na esfera doméstica que legitima sua participação no espaço público[...]. Através de sua participação nos movimentos sociais urbanos, as mulheres denunciam a omissão do poder público e o caráter perverso das políticas públicas em áreas como habitação, saneamento, saúde, educação, transporte.

Interessa pontuar que as entidades que tiverem como proposta o desenvolvimento de projeto habitacional com os povos tradicionais não necessitam submeter-se ao processo de habilitação, porém deve ter, no mínimo, 03 anos de atuação com aqueles povos. Nesse sentido, deve-se acrescentar ao grupo de entidades que fazem parte da UNMP/AM a Organização Indígena TorüDüüngü, que agrega famílias indígenas na área urbana da cidade de Manaus e que encontra-se com processo junto à CEF para a construção de 500 unidades habitacionais para índios citadinos moradores em Manaus.

No caso do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MMMO sua lideranças começaram este processo elaborando os projetos e fazendo o cadastramento das famílias, sem tomar conhecimento da necessidade do processo de habilitação. Somente após a escolha do terreno, elaboração de projetos de engenharia, arquitetônico e social e sua ida para Brasília com o intuito de entregar os projetos aos coordenadores da UNMP que foram informadas que só poderiam apresentar projetos aquelas entidades que estivessem constituídas legalmente e estivessem habilitadas no Ministério das Cidades. A liderança do MMMO relembra desta situação nos seguintes termos:

Chegando lá fomos entender que não era daquele jeito, tinha que primeiro habilitar a entidade. Isso já era setembro de 2009. Passamos os meses [...], elaborando projetos, vendo terreno e em setembro fomos a Brasília e não era daquela forma, o procedimento era outro. Tinha que habilitar a entidade e a habilitação já tinha ocorrido e no Amazonas nenhuma entidade se habilitou[...]. E voltamos pra Manaus sem nada, porque não tinha mais projeto, já que não éramos habilitados. (Cristiane Telles, entrevista/ 2014).

Ocorre que após a ida do Movimento Orquídeas a Brasília, ocorreu um intenso debate sobre a reabertura do processo de habilitação, haja vista que além do Orquídeas outras entidades também pleiteavam a inserção no processo de gestão. Nesse processo foi de fundamental importância o papel de Donizete da UNMP e dos líderes do MNLM

que vivenciaram intenso conflito para garantir a reabertura do processo ainda naquele ano, 30 dias após a reunião em Brasília.

Após a reabertura do processo de habilitação por parte do Ministério das Cidades, o Movimento Orquídeas conseguiu organizar-se documentalmente para garantir sua habilitação em novembro de 2009 e, posteriormente, apresentar projeto de construção de unidades habitacionais.

De 2009 até a assinatura do contrato que garantia a compra do terreno, muitas adversidades foram se apresentando a essas mulheres. A falta de credibilidade, o preconceito, à discriminação pelo fato de serem oriundas de famílias vulneráveis, sem instrução, principalmente pela sua condição de mulher. Parecia vir à tona padrões patriarcais já estabelecidos historicamente na medida em que a obediência ao homem e domínio masculino sobre o feminino era algo inquestionável.

Na França do século XVIII, elas são excluídas da sucessão do trono. Não podem deter feudos nem a suserania sobre um território e sobre os homens. São relegadas ao espaço da casa, como sendo “feitas para o amor e para o repouso do guerreiro”. A política como uma coisa séria demais não poderia ser deixada a mercê das mulheres, pois “elas a perverteriam” (PERROT, 2005, p.337).

A política é vista como um espaço predominantemente masculino, na qual mulheres não são reconhecidas como indivíduos, situação que vai se aprofundar com o desenvolvimento das ciências naturais e médicas. De acordo com Perrot (2005,p.337),

As mulheres são, mais do que nunca, marcadas por seu corpo, ancoradas em uma feminilidade limitadora. Destinadas à reprodução, elas são o útero vazio que recebe a semente. O excesso de seu sangue as torna doentes e até mesmo histéricas [...] descobre-se que elas têm nervos especialmente irritáveis, um cérebro menos bem organizado. O espaço público não é para elas.

Note-se que até mesmo dentro dos movimentos sociais o fortalecimento dos papéis e relações instituídos socialmente baseados no controle, na opressão, no domínio de um gênero sobre o outro. Trata-se da instituição de normas, regras e condutas impostas a fim de legitimar os estereótipos de gênero.

Ocorre que o discurso das mulheres tem mudado significativamente nas últimas décadas e isso tem contribuído para marcar sua presença no espaço público, sobretudo, nas questões do mundo urbano. De acordo com Gouveia (2007, s.p)

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens

não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas.

Todas as conquistas e avanços decorrentes da luta e da organização feminista nas últimas décadas, sobretudo durante períodos significativos do século XX que resultaram na reconstrução do espaço da cidadania feminina e de seu papel na sociedade como um fato incontestável. Isso não significa, entretanto, que o modelo baseado no antagonismo entre espaço público (homens) e espaço privado (mulheres) tenha sido vencido, porém representa a possibilidade de seu reconhecimento enquanto sujeito político.

Retomando as nossas discussões sobre a gestão habitacional convém explicitar que alguns desafios precisaram ser vencidos pelo Movimento Orquídeas para garantir a assinatura do contrato para execução do Projeto Loteamento Residencial Multifamiliar Orquídeas I, II e III, conforme relata uma das coordenadoras do Movimento Orquídeas ao tratar das dificuldades iniciais, a saber:

O Implurb de Manaus fez de tudo pra dar certo aquele terreno mas de fato era muito arenoso, tinha um igarapé perto e sairia muito caro construir as casas [...] ficávamos indo e vindo na Caixa, no Implurb [...] e sofrendo muito[...]. Nós não tínhamos engenheiro, era voluntário e o moço não acreditava e fazia então mal feito e demorado o projeto pra nós[...] Depois de muito sofrimento conseguimos firmar o novo terreno, conseguimos concluir o projeto de engenharia[...]. Muito difícil porque ninguém acreditava em nós, nenhuma empresa de construção acreditava, quando a gente ia buscar parcerias, alguém pra construir as casas por empreitada ninguém acreditava. Hoje todos acreditam, todos querem conversar conosco, muitas empresas grandes querem conversar. (Cristiane Telles, entrevista/2015)

Os desafios impostos ao Movimento Orquídeas refletem a necessidade de entendermos que apesar de existir todo um aparato de planejamento, regulação do uso e ocupação do solo, legislação de zoneamento, planos diretores entre outros instrumentos, eles só dialogam com aquele pedaço da cidade formal. Sobre isso Rolnik (2003, p. 225) assinala que,

Todo este aparato que regula a construção da cidade, só enxerga e só dialoga com este pedaço, na verdade ele se destina para este pedaço, para este mercado, para estes atores, os melhores lugares da cidade, os lugares infra-estruturados, os lugares adequados [...]. É muito importante termos consciência disto. O projeto e a aliança que ganhou o Governo Federal, não ganhou o poder do país. Ganhar o poder real do país é uma construção. Temos que entender que existe um processo de construção com limitações absolutamente claras.

O primeiro refere-se ao descrédito vivenciado pelos Movimentos Sociais que desenvolviam projetos de habitação. Afinal, adentrava-se num mundo de domínio do mercado imobiliário e das grandes empresas da construção civil, enfrentando as relações de poder que se impõe na sociedade. Para Foucault (2014, p.101)

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E o poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las[...]. O poder não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

Um outro grande desafio enfrentado diz respeito ao despreparo das instituições públicas no trato de projetos a serem desenvolvidos pelos movimentos de moradia, especialmente a Caixa Econômica Federal- CEF e a Prefeitura Municipal de Manaus- PMM . O corpo técnico que deveria dar suporte necessário ao processo de construção dos projetos de engenharia e social, obrigatórios para a assinatura do contrato, não tinham conhecimento de como proceder no caso de empreendimentos de habitação de interesse social desenvolvidos por entidades da sociedade civil. Somente após a assinatura do projeto do Movimento Orquídeas é que essas instituições criaram dentro de seus organogramas, alguma estrutura (setor, departamento, gerência) que viesse ao encontro das necessidades dos movimentos sociais no que refere-se a assistência técnica.

Foi assim que, em agosto de 2013, o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MMMO tornou-se o primeiro movimento social a assinar o primeiro contrato pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades da Região Norte e o 2º do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo.

Movimentos sociais urbanos são espaços privilegiados das mulheres como sujeitos coletivos, pois foram elas que historicamente tem construído a história das lutas urbanas no mundo. Gohn(2010,p. 93) assinala que

Quer como grupo de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres tem constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto destas ações une categorias sociais e cria sujeitos sociais coletivos que produzem movimentos sociais.

O Projeto Loteamento Residencial Orquídeas Módulos I, II e III localiza-se na zona norte da cidade de Manaus, especificamente no bairro de Santa Etelvina, dentro da área de expansão designado pela Prefeitura de Manaus na revisão do Plano Diretor de 2013.



Foto 1 – Terreno do Projeto Loteamento Orquídeas Módulos I, II e III
Fonte: Acervo do MIMO - 2014

O projeto atende 600 famílias com unidades habitacionais divididos em 03 módulos de 200 unidades. A área do empreendimento compreende, além da área destinada a construção das casas, uma área de conservação ambiental e 03 áreas de interesse em comum (uma quadra poliesportiva, uma praça com playground e um centro social). Atualmente o Projeto encontra-se na fase de construção efetiva das casas, haja vista que a parte referente à terraplanagem e tubulação interna da área já foi realizada.

Apesar de todos os entraves e dificuldades as mulheres do MIMO afirmam que não se acabrunharam, ao contrário, com o apoio de vários atores sociais como as lideranças de outros movimentos, técnicos sociais, intelectuais das universidades, foram construindo um projeto de habitação que não visa somente a construção das casas, mas também a formação de pessoas no campo dos direitos, da participação política e social em meio a atos e mobilizações em favor da afirmação do sujeito mulher.

2.3 – Moradia não é sonho, é direito: persistência e militância

Na década de 80 o processo de redemocratização pelo qual passava o país reacende a discussão sobre a reforma urbana, que foi interrompido pelo Golpe Militar em 64. Tratava-se de reacender o debate em torno da segregação sócio- espacial,

degradação ambiental e um elevado e crescente *déficit* habitacional. Ferreira (s.d/ p.1) destaca que,

A ideia de reformar o urbano parte do diagnóstico de que na produção das cidades prevalece a lógica do capital que faz das cidades, objeto de ganhos ilícitos proporcionados pela especulação imobiliária. Nossas cidades são o resultado de um modelo de desenvolvimento que produz concentração de riquezas, desigualdades e segregação sócio-espaciais.

É neste cenário que emerge o Movimento Nacional da Reforma Urbana – MNRU, reunindo um grupo articulado de entidades da sociedade civil para a coleta de assinaturas eu seria remetida à Emenda Popular da Reforma Urbana. Com a promulgação da Constituição Federal a luta do MNRU passou a ser pela regulamentação daquilo que estava previsto nos artigos 182 e 183³² do texto Constitucional, passando a designar-se como Fórum da Reforma Urbana – FNRU. Estar-se-ia diante de,

Uma coalizão de entidades dos movimentos sociais urbanos, organizações não governamentais, entidades de representação profissional, instituições de pesquisa, entidades de representação estudantil, representação dos fóruns regionais de reforma urbana e outras, cuja atuação está centrada na luta pela construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas e pela garantia do direito à cidade a todos e todas” (FNRU, 2005, p.2)

Sua organização está ligada diretamente ao processo de redemocratização desencadeado no Brasil que fez emergir novos sujeitos coletivos a partir de importantes estruturas de mobilização popular que reivindicavam mudanças substanciais nas instituições e nos rumos do país. Deve-se reconhecer a importância da participação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e dos grupos ligados à Teologia da Libertação.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento do Estado de direito democrático, inicia-se uma fase de instituição de uma nova cultura política no país, com a emergência de novos instrumentos e mecanismos de gestão democrática. Essa nova perspectiva representou para a garantia dos direitos sociais e para as políticas públicas um grande avanço, haja vista que até aquele momento o Estado não reconhecia os movimentos sociais como uma extensão da cidadania e com poder de participação.

³² Artigos que definem a função social da propriedade e da cidade e a introdução de mecanismos de gestão democrática para as cidades.

Com o novo texto Constitucional e o reconhecimento das políticas sociais como direito extrapola-se a esfera dos direitos individuais (civis e políticos) e abarca-se os direitos sociais como direitos coletivos, tendendo à universalidade com a emergência de novos sujeitos de direitos e novas garantias. Pereira (2008, p. 105) destaca que

Esses direitos, porém, não se coadunam com o ideário liberal e, por isso, requerem reformulações desse ideário e de suas práticas, no próprio seio do capitalismo. Tal dissonância reside no fato de tais direitos não se colocarem contra o Estado, mas, diferentemente dos direitos individuais, exigirem a participação cívica desde na vida da sociedade[...]. Neste conjunto de direitos, incluem-se, além do trabalho, a saúde, a educação, a habitação, a assistência social que por sua natureza coletiva, requerem do Estado obrigatoria atuação e garantia.

Além da universalização dos direitos sociais o texto Constitucional impulsionou a construção de instrumentos de democracia direta como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, somados aos mecanismos da democracia participativa como os conselhos, as conferências, as mesas de negociação com os movimentos sociais, as ouvidorias. Moroni (2009, p.112) lembra que,

As modalidades tradicionais do direito de participação política – como o direito de votar e ser votado, a filiação partidária etc. – não são suficientes para a cidadania de hoje. Há necessidade de se criar novas modalidades de participação política, isto é, novas formas de exercer o direito fundamental do ser humano de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

É nessa contextura que emergem no cenário das discussões temas como descentralização, democratização do Estado, fortalecimento da sociedade civil e, principalmente a participação. Nos debates atuais o tema da participação apresenta-se dentro das concepções da democracia participativa e evoca a participação dos indivíduos nos processos decisórios e de deliberação das políticas públicas, sem descartar a validade dos mecanismos de representação, apontando, pois, para sua complementaridade com formas ampliadas de participação nos processos decisórios e de deliberação.

Adota-se o modelo de Estado Democrático de Direito e com ele admite-se a combinação de formas de democracia representativa com formas da democracia participativa, denominada por Benevides (1991) como democracia semi indireta. Para esta autora,

A democratização em nosso país depende, nesse sentido, das possibilidades de mudança nos costumes – e nas ‘mentalidades’ – em uma sociedade tão marcada pela experiência do mando e do favor, da

exclusão e do privilégio. A expectativa de mudança existe e se manifesta na exigência dos direitos e de cidadania ativa; o que se traduz, também, em exigências por maior participação política – na qual se inclui a institucionalização dos mecanismos de democracia semi indireta. (BENEVIDES, 1991,p.194)

Esses espaços de participação além de contribuírem com o novo formato de construção das políticas públicas também impulsionam o fortalecimento e articulação de novos sujeitos políticos coletivos que reivindicam reconhecimento, direitos, redistribuição de riquezas e de poder, como é o caso das mulheres. Fraser em seus estudos sobre justiça social destaca que,

São necessárias pelo menos duas condições para que a paridade participativa seja possível. Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e ‘voz’ dos participantes. [...]. A segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social (FRASER, 2002, p. 13).

Diante da abertura de novos canais de participação as mulheres do Movimento Orquídeas perceberam a necessidade de garantir sua presença nos espaços de negociação que se impuseram nesse novo cenário, sendo um desses espaços o Fórum Amazonense da Reforma Urbana- FARU, do qual são partícipes desde o ano de 2007 quando ainda era apenas o movimento de mulheres que acompanhava as ocupações.

Deve-se reconhecer que “as mulheres sempre estiveram presentes na organização política da sociedade[...]. As mulheres da Amazônia sempre exerceram um papel importante na região, quer seja como trabalhadoras agricultoras, extrativistas e pescadoras, quer seja como organizadoras de comunidade” (TORRES, 2011, p.265).

A luta organizativa das mulheres do Movimento Orquídeas consiste em garantir a propositura de ações e estratégias que levem em consideração o corte de gênero no contexto das cidades para todos e todas, pautando o debate interno e externo, no diálogo com os governos e demais segmentos sociais por intermédio do Conselho das Cidades onde tem assento, assim como nas Conferências das Cidades que, de acordo com Maricato, Junior (2006,s/p.),

Apresentam-se como um espaço público de representação dos principais sujeitos coletivos envolvidos com a problemática urbana brasileira, mostrando capacidade para discutir e estabelecer pactos em torno das políticas de desenvolvimento urbano, incluindo as políticas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade.

Em Manaus, a atuação do Movimento Orquídeas junto ao FARU já rendeu muitos frutos, sendo as ações mais expressivas a realização da Conferência Municipal das Cidades convocada pelos movimentos sociais pelo fato de a Prefeitura Municipal de Manaus não ter convocado a referida Conferência no ano de 2013, a mobilização contra a Discriminização dos Movimentos Sociais, participação ativa na revisão do Plano Diretor de Manaus com inclusão de propostas significativas no escopo do Plano Diretor voltado em plenária.



Figura 2 –3ª Conferência das Cidades de Manaus - COMANAUS
Fonte: Acervo UNMP/ AM – 2013

No contexto de nosso objeto de estudo podemos dizer que foi na realização das Conferências³³ das Mulheres e das Cidades, realizadas em suas diversas instâncias (nacional, estadual e municipal), que as mulheres trouxeram para o eixo da discussão questões referentes às suas demandas, especialmente aquelas ligadas ao direito à propriedade e à moradia.

Enquanto a primeira direciona-se para a garantia da inclusão da equidade de gênero na configuração das políticas sociais, a segunda garante o corte de gênero nas políticas de habitação, saneamento básico, mobilidade urbana, acessibilidade, dentre outras questões, através de programas e projetos como o Minha Casa, Minha Vida que garante às mulheres o direito à propriedade independente da outorga do homem, bem

³³As Conferências são espaços mais amplos de deliberação sobre determinada política pública, que reúne sujeitos políticos que não estejam necessariamente nos Conselhos e onde, Governo e sociedade civil, participam de forma paritária. Anterior às conferências nacionais são realizadas as conferências municipais e estaduais.

como seu atendimento prioritário como condicionalidade para a concessão de acesso ao programa.

Estas conquistas só foram possíveis em razão da atuação e luta dos vários grupos feministas e de mulheres que, organizadas e participantes dos espaços de pactuação como os Fóruns, Conferências e Conselhos, trilharam um caminho rumo aos avanços que hoje presenciamos. Cristiane Telles, líder do Movimento Orquídeas em entrevista deixou claro que,

A importância da participação da sociedade organizada nos Conselhos e nos Fóruns é fundamental porque fortalece a democracia, fortalece aquele que de fato vive no seu dia -a- dia as dificuldades de uma vida urbana. E a gente pode estar fazendo o controle social, fazendo o controle da aplicação dos recursos, da qualidade dos programas, sugerindo, contribuindo, trazendo a visão daquele que vive aquela política pública. Então ela é fundamental e a gente deve defender, pois não é somente uma conquista brasileira, é uma conquista histórica do movimento (entrevista/2015).

Embora ainda não tenhamos um Estado eminentemente republicano não podemos deixar de reconhecer que, no atual Governo abriu-se um espaço para as mesas de negociação e a configuração de novos canais de interlocução com a sociedade civil, como as conferências e os conselhos que fortalecem a luta pela autonomia das mulheres na sociedade.

Com o início de um novo Governo, em 2003, duas propostas consideradas históricas na luta pelo Movimento da Reforma Urbana são concretizadas: a criação do Ministério das Cidades e a realização das Conferências das Cidades em suas diversas instâncias (municipal, estadual e nacional) como parte de um amplo processo democrático-participativo de discussão acerca das políticas urbanas (habitação, saneamento e mobilidade).

Nesse contexto conceitos como protagonismo, empoderamento, controle e participação social assumem posição de destaque nos discursos governamentais e dos movimentos sociais. Para Dulci (2003,p.44),

A questão da sustentação social é decisiva. É claro que, independentemente de os governos quererem ou não, a sociedade civil tem suas propostas. Ela participa, reivindica, ocupa espaço. No caso brasileiro, a sociedade civil ocupou um espaço tremendo na resistência e na afirmação de um movimento contra- hegemônico. Interessa ao novo governo brasileiro que a participação da sociedade civil não só continue sendo tudo aquilo que já é, mas seja muito maior, mais ampla, mais profunda, mais diversificada. Se não for dessa forma, teremos muito mais dificuldades para fazer a mudança.

Torres (2015)³⁴ aponta que “reconhecer o sujeito é reconhecer a luta popular, a luta coletiva, que é instituída historicamente. Trata-se de outra dimensão do Estado e esta luta faz parte do Estado, não é a sociedade civil pra cá e o Estado pra lá [...]. É a sociedade civil se colocando dentro do Governo com pauta própria, com pauta protagônica”.

O Estado que sempre foi visto como entregue à lógica capitalista passa a ser capturado pela lógica da negociação, da pactuação com os movimentos sociais que sempre foram vistos como existentes fora dele, sendo quase improvável que se pensasse numa relação amistosa entre eles. Trata-se agora, como sugere Boaventura Santos (2010, s.p.)³⁵ de ver o Estado como *novíssimo movimento social*, a saber:

Fundamentalmente é uma metáfora que uso para distinguir os velhos movimentos sociais, os sindicatos, dos novos movimentos que surgiram como o das mulheres, os ecológicos e dos direitos humanos. Digo que agora há um novíssimo movimento social que é o próprio Estado. Vimos os movimentos sempre fora do Estado, e esquecemos um pouco dele.[...] Tem que ser assim, complexo, porque o Estado é hoje uma relação social contraditória. Nós estamos numa altura em que apontamos o Estado como capitalista e como tal não podemos intervir nas suas lutas. Há hoje grupos sociais, os anarquistas, sobretudo, que continuam a pensar assim. Penso que não é isso que está em jogo. O Estado é uma relação contraditória e uma relação que pode ser apropriada pelas classes populares, se não totalmente, pelo menos, parcialmente. É isso que está ocorrendo no continente latino-americano.

E continua afirmando que

O Estado é um interesse sectorial *sui generis* cuja especificidade consiste em assegurar as regras do jogo entre interesses sectoriais. Enquanto sujeito político, o Estado passa a caracterizar-se mais pela sua emergência do que pela sua coerência. Daí o ser adequado concebê-lo como novíssimo movimento social (SANTOS, 2008,p.365)

O Brasil encontra-se na 5ª Conferência Nacional das Cidades e muitas conquistas foram alcançadas na luta pela Reforma Urbana a qual tem como principal ator propositivo os movimentos sociais. Gohn (2010, p. 41) considera que a presença dos movimentos sociais é uma realidade na história política do país, mas é cheia de ciclos, com fluxos e refluxos. Conforme esta autora, “o importante a destacar é esse campo de

³⁴Palestra proferida no Fórum Social Mundial da Biodiversidade, 2015

³⁵ Entrevista concedida para Instituto HumanitasUnisinos – IHU Online, em 27 de janeiro de 2010, após palestra no Fórum Social Mundial

força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas”.

Apesar de todos os avanços, as discussões sobre a transversalidade de gênero nas políticas públicas ainda é um grande dilema a ser vencido, apesar de serem as mulheres que mais sofrem com a falta de moradia ou com a sua condição inadequada, com a falta de água, de saneamento adequado, com a precariedade da oferta ou total ausência dos equipamentos sociais. É, outrossim, em razão destes problemas que elas estão mais presentes nas entidades de luta por moradia e pela reforma urbana.

Por ocasião da realização das Conferências o FNRU construiu um elenco de propostas a serem apresentadas na 2ª Conferência Nacional das Cidades, uma agenda propositiva conhecida como Plataforma Feminista para a Reforma Urbana. Essa Plataforma foi resultado da Oficina Nacional “Construindo uma agenda feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades”, realizada no dia 14 de julho de 2005 na cidade de São Paulo.

Os maiores avanços resultantes da 2ª Conferência Nacional das Cidades concentram-se na temática da Participação e Controle Social que garantiu aprovar a igualdade de representação política entre homens e mulheres no Conselho Nacional das Cidades – CONCIDADES, buscando dar maior visibilidade à problemática das mulheres nas cidades e o fortalecimento da atuação feminina no campo da reforma urbana³⁶. Maricato e Junior (2006,s/p) assinalam que

A análise das organizações sociais que compõem o ConCidades indica que os principais sujeitos coletivos relacionados às políticas urbanas se representam[...] abrangendo um amplo leque de identidades, padrões de ação coletiva e segmentos sociais, além do próprio setor governamental[...]. É preciso ter clareza que a representação social está vinculada aos segmentos sociais com capacidade de organização nacional e presença na cena pública, e que conseguiram de alguma forma legitimidade na temática urbana.

Com relação à composição do Conselho Nacional das Cidades pudemos perceber um crescimento da representatividade feminina, porém sendo ainda uma minoria nos assentos destinados à sociedade civil, Isto revela que a desigualdade verificada entre homens e mulheres em espaços de pactuação e poder é ainda bem patente, o que torna mais árdua a tarefa de dar visibilidade à demanda feminina.

Com o estabelecimento do espaço público para os homens e o privado para as mulheres, (uma das mais fortes expressões da dominação masculina) ocorreu o

³⁶ Item 12 das Resoluções da 2ª Conferência Nacional das Cidades.

fortalecimento dos papéis e relações instituídos socialmente baseadas no controle, na opressão, no domínio de um gênero sobre o outro, a partir da determinação de funções, atividades, normas, regras e condutas impostas a fim de legitimar os estereótipos sexuais.

Ocorre que esse espaço foi elaborado, pensado e construído levando-se em consideração a perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros, destacando as relações de poder que se instituem nas relações de gênero. Torres (2005,p.26) afirma que

As relações de gênero são transvestidas de relações de poder. A ameaça do outro e da possibilidade de perda de espaço e de hegemonia levaram os homens a construir os fundamentos para as desigualdades legitimando, dessa forma, as diferenças entre eles. A desigualdade entre os gêneros não é uma condição das sociedades, é um determinante social e um produto cultural possível de mudança.

No Conselho Nacional das Cidades a dificuldade em pautar as questões de gênero são visíveis, haja vista ser um espaço preponderantemente masculino conforme demonstra o quadro a seguir:

Representantes da sociedade civil	Homens	Mulheres
Movimentos Populares	22	17
Empresários	07	03
Trabalhadores	12	02
Entidades Profissionais	07	03
ONGs	05	03
Total	53	28

Quadro 3 – Quantitativo de homens e mulheres representantes da sociedade civil presentes no Conselho Nacional das Cidades.

Fonte: Ministério das Cidades, 2015

Ao analisar a composição do quadro de Conselheiros no ConCidades para o biênio 2004- 2005, Maricato e Junior (2006,s/p) assim se posicionam:

Percebe-se a predominância masculina no Conselho das Cidades, em todos os segmentos sociais, apesar das grandes diferenças entre estes. Mas cabe registrar a mudança ocorrida da I para a II Conferência das Cidades, decorrentes, em grande medida das discussões envolvendo a adoção de critérios de gênero na composição desse espaço. Assim[...], podemos perceber que as mulheres ocupavam apenas 15,5% das 71 vagas titulares do ConCidades na gestão 2004-2005 e passam a representar 22,6% na gestão 2006-2007.

Sobre a atuação das mulheres no Conselho das Cidades, Cristiane Telles, conselheira nacional das cidades e líder do Movimento Orquídeas faz a seguinte consideração:

No Conselho Nacional das Cidades [...], temos poucas mulheres que vão a frente para, no microfone, fazerem as defesas, fazerem os discursos, fazerem demonstrar esse protagonismo que vem da base e infelizmente, geralmente são os homens que o fazem. Elas abrem mão ou se acomodam ou se acuciam[...] é uma realidade que eu constato e divido que precisa que as mulheres de fato na hora da exposição não deem espaço para os homens pelo simples fato de serem homens, é muito machista o movimento de moradia, as mulheres fazem a frente mas na hora de se posicionar são os homens que tomam a frente, são eles que aparecem (Entrevista, 2014).

É latente as conquistas e avanços da luta feminina no Brasil, porém o que culturalmente foi imputado às mulheres no que refere-se a participação no espaço público ainda é muito visível. Perrot (2005,p.186) ao analisar a ação política do operariado considera que “são forças desiguais, e resultados obtidos também desiguais, pois a mulher como militante tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem os seus porta-vozes”.

Torres (2010,p.242) assinala que,

É preciso que as mulheres despertem para a consciência de sua força e do poder que elas têm enquanto coletividade. Deve-se ter claro que essa identificação de papéis sociais ditos femininos está calcada num processo psicologizante, mediante o qual o indivíduo assimila um aspecto, uma característica, um atributo de outra pessoa e se transforma, totalmente ou em parte, conforme o modelo desta.

Em Manaus, as mulheres do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MMO continuam empunhando a bandeira do direito à cidade para todos e todas, garantindo a transversalidade de gênero nas políticas públicas. Para isso, elas utilizam-se de estratégias diversas que vão desde a participação nos espaços de negociação como integrante do Fórum Amazonense da Reforma Urbana – FARU, até como Conselheira dos Conselhos Estadual e Nacional das Cidades.

Ao tratar desses espaços, Rolnik (2003, p.228) considera que eles são:

Muito diferente de uma audiência pública, onde quem está apresentando fala, fala, e outros dão palpite qualquer e fica por isto mesmo. Nós estamos falando de processo de votação de emendas, nós estamos falando de processo de discussão e deliberação de políticas com muita responsabilidade[...]. Está é uma proposta de discussão pública com as cidades e com os cidadãos, imaginando que ela será enriquecida, será sem dúvida nenhuma melhorada[...]com tantas

cabeças discutindo, pensando à luz das questões específicas de cada cidade.



Foto 3 – Participação do Movimento de Mulheres Orquídeas na 5ª Conferência Nacional das Cidades
Fonte: Acervo MMMO – 2014

No que concerne ao direito à moradia elas tem se constituído como um sujeito coletivo propositivo rumo à construção de uma política habitacional que tenha como preocupação as demandas das mulheres. Observe-se que “em toda a parte onde se revela a vontade de ser ao mesmo tempo memória e projeto, cultura e atividade, o sujeito está presente, ao passo que está ausente em toda parte onde a emoção é recalcada, o passado é ocultado, a disciplina é reforçada, tanto a da razão como a da lei”(TOURAINÉ, 1998,p.352).

Este espírito questionador e resistente do sujeito é a mola-mestra dos movimentos sociais que têm como foco principal a incumbência de despertar esse sujeito para, racionalmente, construíra luta de forma consciente, “substituindo uma visão de sujeito histórico redutor da realidade pela emergência de um sujeito coletivo, difuso, não hierarquizado, crítico e combatente” (GONH,2004,p. 29), estimulando a produção de novas subjetividades ou opostas aquelas impostas pela racionalidade.

Ao nos debruçarmos sobre o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO e sua atuação na luta por moradia em Manaus percebemos que este movimento constitui-se como sujeito coletivo, jogando um papel diferente daquele sugerido pela racionalidade. Trata-se de um coletivo feminino que sai da pura reivindicação da

necessidade humana (habitação) para um papel de chefia e liderança num espaço político de esfera pública em que a respeitabilidade e a confiança, sempre foram características conferidas aos homens, representando, pois, um passo à frente na medida em que ocorre o reconhecimento deste sujeito do feminino.



Figura 4 – Protesto em frente à residência do Prefeito de Manaus em 01/05/2014
Fonte: Acervo MMMO/2014

Sua presença marcante enquanto ator combativo e propositivo na luta pela produção de um espaço urbano que contemple as classes subalternizadas da população, tem dado às mulheres condições efetivas de serem sujeitos e protagonistas da política de moradia, tornando-se um coletivo capaz de propor e gerir políticas públicas no âmbito da habitação como é o caso do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas que administra um projeto do Programa Minha Casa, Minha Vida em Manaus.

CAPÍTULO III – MOVIMENTO ORQUIDEAS: EXPRESSÃO POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO FEMININA

*Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades.
Lembraí-vos de que as grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.*
(Charles Chaplin)

3.1 – Caracterização dos sujeitos: as mulheres

As conquistas e avanços decorrentes da luta e da organização feminista nas últimas décadas, sobretudo durante períodos significativos do século XX resultou na reconstrução do espaço da cidadania feminina e de seu papel na sociedade como um fato inconteste.

Dados oficiais³⁷ apontam que a população feminina no Brasil supera a masculina, totalizando 97.342.162 do universo de 190.732.694 habitantes. No nível de escolarização a diferença é visível, pois percebe-se uma evolução que vai de 12,5 % no ano de 2000 para 19,2% em 2010, enquanto os homens saem de 9,9% em 2000 para 11,5% em 2010 (IBGE,2010).

Outro dado importante diz respeito a taxa de crescimento do nível de ocupação das mulheres. Estes dados apresentam uma evolução mais efetiva do que a masculina na medida em que saltam de 61,1% para 63,3% em um mesmo período avaliado, enquanto que a taxa masculina tem uma evolução menor de 35,4% para 43,9% no mesmo período.

As mulheres organizaram-se no espaço público, especialmente a partir da década de 70, trazendo a tona questões supostamente neutras e submersas no mundo privado. Sua participação nas mobilizações sociais desde o sufrágismo tornou-se uma prática ininterrupta nas sociedades, fato que impulsionou o seu reconhecimento como cidadã e sujeito de direitos.

Não obstante e, embora a participação feminina nas lutas urbanas constitua-se num fato recorrente na História, pouco ou nenhum destaque a ela foi conferido. Sharpe (1992,p.40) afirma que “assim como os negros e os judeus, as mulheres foram sub-representadas durante décadas”. Ele chama atenção ainda para o fato de que,

³⁷ Censo 2010 - IBGE

Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezenove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões da elite.

Mantê-las invisível garantiria a manutenção da ordem moral das coisas. Ao evidenciá-las, estariam se posicionando contra todos os padrões já definidos e consolidados historicamente e colocaria em “xeque” a importância da “história dos homens” em função da “história das mulheres”. Perrot (1992, p.146) analisando as lutas empreendidas por mulheres na França do século XIX afirma que, “como iniciadoras de motins, elas encontram-se presentes na maioria das mobilizações populares na primeira metade do século”.

A ação coletiva empreendida nessas mobilizações contribuíram significativamente para a construção de uma nova identidade coletiva, pois o simples fato de revelar-se como sujeito que manifesta-se, posiciona-se e disputa poderes já coloca em questão os papéis atribuídos às mulheres durante o decorrer da História, questionando a quem interessa ter controle sobre eles. Scott (1991,p.19) afirma que para aqueles que tratam dos estudos de gênero interessa ,

Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história, pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu com homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos.

Nos movimentos sociais a inserção das mulheres ocorreu de forma muito particular. No Brasil a partir da década de 70, ocorreu a efervescência de novos sujeitos e atores sociais em meio a novos temas de luta que foram se concretizando no processo de organização de diferentes grupos da sociedade civil, entre eles o movimento de mulheres e os movimentos ligados a questão urbana, sendo o movimento de luta por moradia um de seus destaques. Delgado e Soares (1995,p.78) chamam a atenção para o fato de que,

As mulheres – novas atrizes – ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres

até então anuladas e silenciosas emergiram como mulheres inteiras, múltiplas, reivindicativas[...]. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches, criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio.

As mulheres começaram se organizando a partir de suas necessidades mais imediatas, ligadas ao seu papel de esposa e mãe, daí estarem envolvidas em movimentos que demandavam escolas adequadas, centros de saúde, água corrente, transporte, moradia, legalização de terrenos e outros problemas ligados diretamente à infraestrutura urbana, sendo grande o destaque para o movimento contra a alta do custo de vida e de luta por creche. Para Lobo (1995, p.87) “o cotidiano é, pois, o espaço de reconhecimento dessas mulheres, suas falas se constroem a partir dessa experiência”.

Ferreira (2007,p.43) afirma que

Quando os movimentos sociais adentram no espaço público, abrindo debates sobre a questão da equidade e da justiça social, e apontam para a perspectiva de novas relações entre o Estado, economia e sociedade, reconhecendo diferenças e conflitos sociais, passam a ser portadores de um conjunto de valores e significados de representações de cidadania.

Para as mulheres mais do que a simples ação, a participação nos movimentos sociais remetem para novas relações entre homens e mulheres e entre as mulheres e o Estado. Representa a conquista de novos espaços de cidadania e de reconhecimento como sujeitos coletivos, com grande potencial de liderança e capacidade organizativa, conforme registra uma das mulheres participantes do Movimento Orquídeas ao afirmar que,

O preconceito é o ponto principal que a mulher sofre, é em termo de tomar, ter as primeiras atitudes. Eu acho que hoje o Orquídeas além dele ser o pioneiro em tudo as mulheres vieram para mostrar que nós podemos fazer algo importante. Hoje elas já estão tomando seus espaços e conseguindo mesmo reaver a sociedade em termo de que não é somente os homens que tem capacidade, todos nós temos[...]. Na cidade, o preconceito é muito grande, não só em relação a moradia, mas em relação a todos os espaços da sociedade, político, no trabalho. Hoje em dia os homens ainda estão tomando conta, mas graças a Deus as mulheres estão tomando seus espaços (Janete Lima da Silva, entrevista/2014).

No Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas- MMMO a centralidade das ações são as mulheres, prioritariamente. Os critérios adotados para o acesso e

elegibilidade ao Programa Minha Casa, Minha Vida são aqueles previstos em legislação específica³⁸ que determina em seu artigo 3º o atendimento prioritário de:

III- prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

IV – prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;

V – prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Além destes, a Entidade Organizadora poderá acrescentar até três critérios que deverão ser definidos em Assembleia Geral com o total de famílias potencialmente signatárias. De acordo com o Projeto Técnico Social apresentado à Caixa Econômica Federal, o Movimento Orquídeas firma os seguintes critérios: 1. Famílias chefiadas por homens com a guarda dos filhos; 2. Famílias em situação de adensamento familiar³⁹; 3. Famílias que frequentem regularmente as reuniões ordinárias e extraordinárias da entidade;

Dentro desse quadro de critérios a serem atendidos pelo Movimento Orquídeas deve-se acrescentar ainda o percentual de 3% para atendimento de idosos e pessoas com deficiência, que devem ter as casas construídas seguindo as normas previstas em legislação específica sobre acessibilidade.

Apresentamos, a seguir, o perfil socioeconômico das famílias signatárias de direitos à moradia incluídas pelo Movimento Orquídeas na política de habitação.

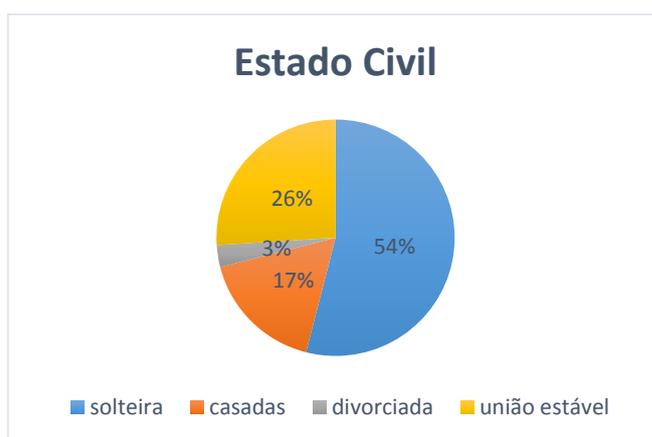


Gráfico 1 – Estado civil
Fonte: Pesquisa de campo/2014

³⁸ Lei 11.977 de julho de 2009 que prevê e rege o PMCMV.

³⁹ Entende-se por adensamento familiar as unidades habitacionais onde coabitam mais de um núcleo familiar.

Os dados apontam um fato que tornou-se relativamente crescente no Brasil: as mulheres solteiras que assumem a responsabilidade pela manutenção da família. Do total, 54% que são solteiras, todas tem sob suas responsabilidades o sustento de filhos, mães, irmãs ou outro familiar. Estar-se-á diante de um quadro de mulheres chefes de família⁴⁰ no Brasil.

Sobre o crescimento vertiginoso de mulheres chefes de família no Brasil, Leite (1997, p. 724-725) faz a seguinte consideração:

Sempre existiram viúvos e viúvas, mães solteiras e mulheres separadas ou abandonadas por seus maridos que assumem, por inteiro, o encargo de sua progenitora. Mas, o crescimento dos anos 60 nos países industrializados produziu um impacto sobre a configuração das famílias. Como a maioria dos casais desunidos tem filhos, os lares dirigidos por um só genitor sofreram um aumento considerável e uma intensa visibilidade

Segundo dados da ONU Mulheres (2011) se em 2002 elas comandavam 25,5% do total de residências do país, em 2009 eram responsáveis por mais de 35%. No Amazonas verifica-se a existência de 77% de mulheres chefes de família, ocupando o 3º lugar entre todos os Estados da Região Norte (PNAD,2011), conforme demonstra Tabela 1 a seguir:

Unid. da Federação	Proporção de mulheres chefes de família	
	2002	2009
Pará	72,2	77,0
Tocantins	72,4	76,0
Amazonas	64,0	75,0
Roraima	*	73,9
Amapá	*	73,5
Acre	69,5	69,3
Rondônia	65,9	69,1

Quadro 4 – Mulheres Chefes de Família por Unidades da Federação de 2002 a 2009

Fonte: PNAD, ONU Mulheres

*Informação não apresentada porque o coeficiente de variação da amostra, referente à estimativa de pessoas é superior a 10%.

⁴⁰Como chefes de família deve-se considerar os domicílios onde ocorrem a ausência masculina e a manutenção da família pelo gênero feminino. Pode, também, ser considerada chefia feminina aqueles domicílios que possuem a presença masculina, mas a sua manutenção é feita pela mulher.

É interessante destacar que dos sete Estados da Região Norte, o Amazonas foi o que apresentou o maior percentual de evolução desse quadro, enquanto no Acre teremos um pequeno decréscimo no número de mulheres chefes de família.

Pelo fato de boa parte da chefia feminina ser constituída pela ausência do cônjuge/companheiro, estas famílias acabam enfrentando maiores dificuldades, sendo a fragilidade econômico- social uma das mais marcantes. Recai, então, sobre a mulher todo o peso e a responsabilidade pela provisão da educação e o sustento de todos, tornando-se o arrimo e o porto seguro de seus dependentes.

Uma das signatárias de moradia pelo Movimento Orquídeas, ao se referir sobre a experiência de ser chefe de família, assim descreve a situação:

Pra criar minhas duas filhas foi muito difícil. Eu morava numa bocada no Mauazinho [...] eu deixava a Laura e saía pra trabalhar. Pedia ajuda para os vizinhos olharem ela pra mim. Eu saía as 14h e chegava as 02h. As vezes ela ia comigo varrer aquele calçadão da Bola da Suframa o dia todo e não tinha direito nem a comida só aquele dinheirinho [...]. O pai dela nunca me ajudou em nada, foi tudo com meu suor, com a minha luta[...]. Eu lavava roupa para os outros, eu passava, eu ia fazer faxina, eu sempre trabalhei pra criar minhas duas filhas (Maria José da Rocha,entrevista/2014).

Diniz (1999) chama a atenção para o fato de que o contexto socioeconômico tem contribuído para aprofundar as dificuldades vivenciadas pelas mulheres para conciliar os encargos sociais e familiares, corroborando o pensamento de Demo (2005,p.70) quando afirma que “quando a vida se torna mais dura, é mais dura para as mulheres como regra, já que com todas as agruras dessa sociedade capitalista e machista, é muito mais complicada a sobrevivência para as mulheres que vivem sozinhas”.

O aumento do número de mulheres chefes de família tem contribuído para crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, porém, com salários menores àqueles pagos aos trabalhadores do sexo masculino. Essa realidade traduz-se em inserções cada vez mais frágeis de relações de trabalho e na aferição de salários cada vez mais baixos.

De acordo com os dados coletados em pesquisa de campo constatamos os seguintes resultados relativos à participação da mulher no mercado de trabalho, a saber:

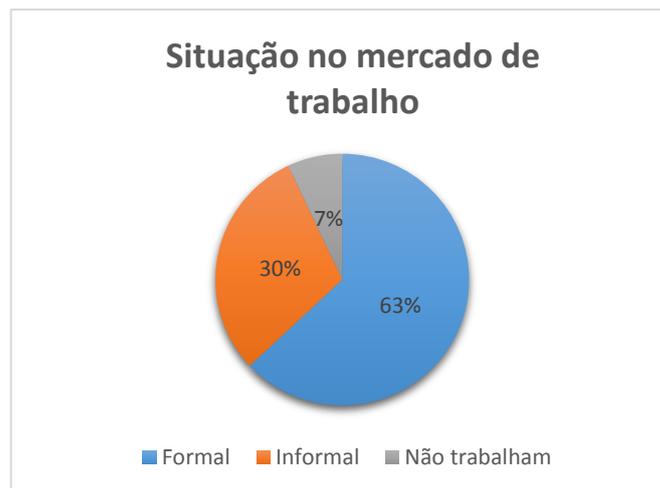


Gráfico 2 – Situação no mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo – 2014

Da amostra pesquisada constatamos uma participação considerável de mulheres no mercado informal de trabalho, haja vista a necessidade de garantir o sustento de seus familiares. Ao adentrar o mercado de trabalho a mulher assume dupla jornada de trabalho, sobrecarregada com mais atribuições para si própria. Além de mãe, dona de casa e trabalhadora, passa também a ser a provedora do lar. Laís Abramo (2012, s/p), assinala que,

Implica superar a visão habitual de que as mulheres, principais responsáveis pelos cuidados com a casa e a família devido à divisão sexual do trabalho vigente na nossa sociedade, não estão em condições de empregar-se a fundo no mercado de trabalho e, portanto, não podem ser consideradas mão-de-obra permanente e estável, e continuam sendo vistas como um segmento não essencial e secundário do mercado de trabalho.

Hirata (2002,p.277) ao tratar sobre a divisão sexual do trabalho afirma que “a exploração por meio do trabalho[...] e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica[...] aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres”.

Scherer (2009,p. 146) destaca que

É possível dizer que os baixos rendimentos femininos devem-se ao fato de que, as mulheres, estão inseridas em trabalhos com baixo reconhecimento salarial e sem ou quase nenhuma cobertura social e trabalhista, como é o caso das trabalhadoras domésticas que em sua maioria trabalham sem carteira assinada.

Do quantitativo de mulheres que compuseram a amostra deste estudo apenas duas não recebiam o valor proveniente do Programa Bolsa Família, número este que

equivale a 6,6% do total pesquisado, fato que demonstra a importância deste recurso na composição dos valores disponíveis para usufruto da família mensalmente.

As mulheres são sujeitos centrais nos programas de transferência de renda do país, tais como o Bolsa Família. Isto conforme. Farah (2004, p. 55),

Baseia-se no argumento de que esta garantirá maior eficiência às políticas de combate à pobreza: a atenção privilegiada às mulheres – seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre – terá impacto na sociedade como um todo.

Deve-se questionar, com efeito, que não basta só a centralidade feminina nas políticas de transferência de renda, torna-se necessário que a luta feminista efetive-se no sentido de garantir que o Estado aponte alternativas no contexto das políticas públicas que levem à emancipação das mulheres e não apenas reforce o seu papel biológico no campo do patriarcado como os de mãe, cuidadora, etc. Carlotto e Mariano (2010,p. 3) assinalam que,

A centralidade na mulher-mãe reforça estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de boa cuidadora no âmbito privado/doméstico. É o que se espera dela, que seja uma ‘boa mulher’, merecendo ser castigada quando não cumpre o que lhe é destinado socialmente.

Ao reconhecer que nestes programas recai sobre a mulher mais responsabilidades e obrigações, Rosa (2009,p.), posiciona-se da seguinte forma:

Os estudos feministas observaram que [...]se por um lado, a necessidade de contar com elas como mães e esposas induz o Estado a formular projetos conservadores dos padrões patriarcais, por outro, a necessidade das mesmas como força de trabalho – ainda que explorável, barata e manipulável – cria oportunidades para que elas se insiram no mercado de trabalho, adquiram um relativo padrão de autonomia financeira e, eventualmente, questionem sua condição de subordinação.

Na linha de produção do Programa Minha Casa, Minha Vida, direcionado para as entidades da sociedade civil o valor máximo de composição da renda familiar para aquelas que desejam participar dos projetos habitacionais é de R\$ 1.600,00⁴¹, daí não apresentarmos dados referentes a renda média mensal das famílias pesquisadas.

⁴¹ Limite de renda familiar definida pela legislação específica do PMCMV.



Figura 5 – Mulheres signatárias de direitos do Movimento Orquídeas em visita ao terreno.

Fonte: Acervo MMMO/ 2014.

Observe-se que as famílias que são chefiadas por mulheres encontram-se nas camadas mais vulneráveis da sociedade, refletindo então em piores condições de moradia, baixos níveis de escolaridade e em trabalhos mais precarizados.

Sobre as condições de moradia das mulheres do Movimento Orquídeas apresentamos os seguintes dados:

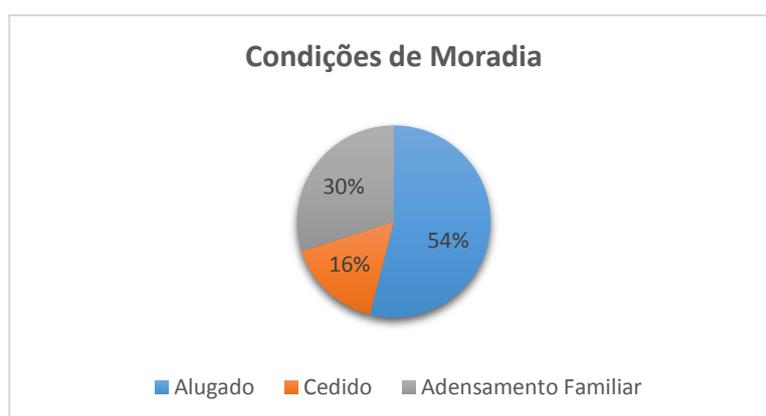


Gráfico 3 – Condições de Moradia

Fonte: Pesquisa de Campo – 2014

Note-se que a maior parte das famílias encontra-se residindo em condições de aluguel e em situação de adensamento familiar, havendo ainda alguns casos de cedência

por parte de familiares. Bonduki (s.d./p.89) ao tratar da situação da moradia no Brasil considera que,

Ao associar-se à carência de infraestrutura com a renda da população, encontram-se cerca de 6 milhões de unidades pertencentes a famílias com renda até três salários mínimos[...]. Isso mostra que essa parcela da população quando mora, mora mal. Certamente, concentra-se em áreas urbanas controladas pelo mercado informal, desprovidas de qualidade urbanística e de equipamentos, o que reafirma a importância de políticas abrangentes e bem planejadas.

Maricato (2000,s/p) também se posiciona sobre essa situação afirmando que,

Existe um mercado altamente especulativo de um lado e a segregação, exclusão ou apartheid territorial que remete grande parte da população para fora das cidades ou para as favelas [...]. Devido a esse problema o Estado não tem controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano em toda a sua extensão.

Francisca Leite, signatária do Movimento Orquídeas ao tratar sobre suas atuais condições de moradia revela que,

De aluguel a gente vive que nem macaco: pulando de galho em galho. Uma hora eu estou aqui, outra hora eu estou ali. Com meu salário não tenho como pagar aluguel em um local melhor. Então tenho que ficar com o que eu tenho condições de pagar e quando não dá mais eu tenho que sair. Desde que entrei no Orquídeas já mudei de endereço umas centenas de vezes, mas sempre informo para as meninas do Serviço Social. Estou torcendo pra eu receber logo a minha casa, porque vou estar pagando em algo que é meu e não dos outros (entrevista, 2014).

É em função das suas atuais condições de moradia que ela vê a necessidade da organização das famílias para a efetivação do seu direito de acesso à moradia ao afirmar que,

Aqui no Orquídeas eu aprendi que só a gente junto é que a gente vai conseguir. Sozinho ninguém ia conseguir comprar uma casa pela Caixa Econômica, ainda mais eu que nem tenho carteira assinada. A gente participa das mobilizações, das passeatas, das palestras, das reuniões e tudo isso vai ajudando a gente a entender que somente juntos é que a gente vai ter acesso a casa própria (Francisca Leite, entrevista/2014).

Reconhece-se que a inclusão do corte de gênero nas políticas de habitação, saneamento básico, mobilidade urbana e acessibilidade é resultado da luta de vários grupos feministas e de mulheres que, organizadas, trilharam um caminho de conquistas. A conquista do direito à moradia e à cidade saudável é uma conquista renhida, há muito tempo aguardada pelas mulheres brasileiras.

Não há conquistas de política pública sem a atuação dos movimentos sociais, que são os grandes responsáveis por forçar o Estado a atender os objetivos das classes subalternas. Bourdieu(2001,p.19) afirma que,

A história social ensina que não existe política social sem movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que ‘civilizou’ a economia de mercado[...]. Os movimentos sociais criam ou recriam formas de ação originais, em seus fins e seus meios, de forte conteúdo simbólico. Orientam-se para objetivos precisos, concretos e importantes para a vida social[...]. Exaltam a solidariedade [...]além de se esforçarem para exercê-la tanto por sua ação como pela forma de organização de que são dotados.

Para Pereira (2009) a política pública envolve todas as políticas (entre as quais a econômica), que requerem a participação ativa do Estado sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de procedimentos e metas voltados para a satisfação das necessidades sociais.

O termo público aqui adotado trata exclusivamente da coisa pública. Derivado do latim *res* (coisa) e *publica* (de todos), pode ser traduzida como aquilo que é de todos e para todos, regidos por um mesmo direito, sendo provida pelo Estado e controlada pelos cidadãos. Inclui demandas, escolhas e decisões privadas com o estabelecimento de relações de poder e dominação. Para Pereira (2011,p.174),

Política pública expressa, assim a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos [...]. Por ser *pública* (e não propriamente *estatal* ou *coletiva* e muito menos *privada*), ela, assim como todas as suas espécies (aí incluída a política social), tem dimensão e escopo que ultrapassam os limites do Estado, dos coletivos ou corporações sociais e, obviamente, do indivíduo isolado.

Quanto ao uso do termo política social pode-se afirmar que, atualmente, o mesmo tem sido utilizado de forma genérica e sem a precisão teórico - conceitual necessária para a sua compreensão, em virtude, da dificuldade em encontrar um conceito único que dê conta de sua complexidade. Ao analisar o posicionamento do inglês Richard Titmuss, Pereira (2008,p.165) afirma que,

Conceituar e definir política social implica reconhecer que existe paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais colocados a disposição desse processo [...] e que é preciso eleger um deles [...]. Ele queria também lembrar que não há política neutra, nem mesmo o social, o que coloca, de pronto, a necessidade de se eleger a perspectiva teórica pela qual a compreensão da política social deverá se pautar.

Tal afirmação reforça a ideia de que no trato das políticas públicas, em especial a política social, não podemos perder de vista as relações de disputa por recursos e oportunidades que se estabelecem entre os diversos agentes e forças, revelando-se como uma constante arena de conflitos de interesses antagônicos.

Um dos agentes desta disputa são os movimentos sociais. Agentes inovadores, que organizam a ação coletiva com a perspectiva de formar sujeitos coletivos através de processos de sociabilidade e participação para que assim possam fomentar as mudanças sociais. São partes do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Para Touraine (1989, p.35) os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva que “falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda com apelo à modernidade ou a liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios”.

O surgimento e organização de novos sujeitos sociais que emergiram a partir do movimento de democratização do Estado, especialmente, no período que antecedeu a promulgação da Constituição de 1988 e que se fortaleceu a partir de 2003 é uma das grandes conquistas dessa nova fase da participação popular no Estado, fazendo vir à tona temas como descentralização, democratização do Estado, fortalecimento da sociedade civil e, principalmente, a participação. Raichelis (2000, p.5) aponta que,

Este movimento põe em discussão não apenas o padrão histórico que tem caracterizado a realização das políticas sociais em nosso país – seletivo, fragmentado, excludente e setorizado – mas também a necessidade de democratização dos processos decisórios responsáveis pela definição de prioridades e modos de gestão de políticas e programas sociais.

E continua afirmando

Vai ganhando força a ideia de que os espaços de construção e gestão das políticas sociais devem ser alargados para abrigar a presença ativa de novos sujeitos sociais. A perspectiva era não apenas participar da definição e do controle social das políticas públicas, mas também da partilha do poder estatal, interferindo nas decisões sobre prioridades, conteúdos e direção política que deveriam assumir (RAICHELIS, 2008, p.22).

Esses espaços de participação além de contribuírem com o novo formato de construção das políticas públicas também impulsionam o fortalecimento e articulação de novos sujeitos políticos coletivos que reivindicam reconhecimento, direitos, redistribuição de riquezas e de poder, como é o caso das mulheres.

3.2 - Organização e formação das mulheres

Construir casas não é apenas levantar paredes pois elas não são só abrigo, elas constituem-se num espaço complexo onde se desenvolve grande parte dos aspectos da vida dos indivíduos. Neste espaço as mulheres são cidadãs, trabalhadoras, consumidoras, contribuintes, provedoras, mães e amantes.

Em Manaus as camadas mais vulneráveis da população encontram-se submetidas às péssimas condições de moradia, aglomerando-se em áreas desprovidas de infraestrutura, saneamento básico e equipamentos sociais, tornando o acesso à habitação como um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo Estado. Brant (2014, p.21) assinala que,

No Brasil, as iniciativas políticas no campo da habitação de interesse social, na última metade do século XX, caracterizaram-se pela descontinuidade e, sobretudo, foram implementadas sem ancoragem em políticas de desenvolvimento urbano. Elas pouco atenderam as populações urbanas de baixa renda, revelando-se inócuas frente à expansão das periferias das grandes cidades com seus assentamentos informais e o crescimento descontrolado de suas favelas e cortiços.

Como resultado da mobilização e pressão dos movimentos de moradia de todo o Brasil a política habitacional tomou novos rumos ao ser assumida como direito de todos, na Constituição Federal de 1988. Gohn (2010,p. 41) afirma que a atuação dos movimentos sociais na dinâmica da sociedade sempre foi uma constante, sendo o movimento de luta por moradia um dos mais organizados no Brasil.

Foram esses movimentos, junto com todos aqueles que lutavam pela Reforma Urbana que desempenharam um importante papel na busca de soluções para os principais problemas que afetavam o espaço urbano, com especial destaque para as questões habitacionais.

Ao referir-se a esses movimentos, Sader (2001,p.10) afirma que eles produziram um novo sujeito coletivo, definido a partir de seu reconhecimento no interior dos movimentos sociais como um indivíduo coletivo e descentralizado. Para este autor, os sujeitos coletivos “passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas”.

Santos (2008,p. 22) ao discutir os sujeitos coletivos reitera o posicionamento de Sader ao afirmar que,

O sujeito coletivo vai surgindo na dinâmica dos movimentos sociais, entre as pessoas que vão se descobrindo umas às outras, a partir de uma identidade própria, de histórias semelhantes, de problemas e

esperanças comuns. Pessoas que têm valores semelhantes e um destino comum, o que possibilita a elaboração de um projeto de futuro para mudar a realidade circundante, com base nas práticas desenvolvidas durante a mobilização.

No Movimento Orquídeas a perspectiva do trabalho de formação das famílias concentra-se no eixo conceitual do sujeito coletivo, na medida em que as mulheres são empoderadas em seu papel protagônico dentro da sociedade, em cujo protagonismo assenta-se a possibilidade de construção das políticas públicas.

A organização e a mobilização constituem-se nas ações desenvolvidas pelo Movimento Orquídeas seja enquanto movimento de luta por moradia, seja como entidade da sociedade civil que desenvolve institucionalmente projeto habitacional. Ao tratar sobre a participação das famílias no processo de mobilização e formação das entidades, a representante da União Nacional por Moradia Popular – UNMP⁴², chama a atenção para o fato de que,

As pessoas participam se elas percebem [...] que aquela ação que ela está fazendo vale a pena, tem resultado concreto, melhora a qualidade de vida dela[...]. Então se ela participa de um evento, de uma atividade, de um processo que traz pra vida dela elementos que ela não tinha antes, ela verá que aquilo vale a pena. Ela não vai participar se for só atividades pra cumprir tabela, pra ser um evento esporádico que não vai trazer nada de mudança para a vida dela (Evaniza Rodrigues, entrevista, 2014)

Dulci (2005,s/p) ao tratar sobre participação pontua que “expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos”.

No processo de mobilização e organização é pertinente e necessário que os movimentos sociais promovam uma ambiência que favoreça a construção identitária do grupo, o pertencimento de classes, aquilo que Gramsci (1982) denomina de processo socioeducativo dentro da cultura. É necessário sim que sejam erguidas faixas e bandeiras, gritando palavras de ordem, posto que contribuem para a construção do sentimento de pertencimento, de identificação com o grupo, conforme relata uma das signatárias do Movimento Orquídeas:

Quando a gente está no Orquídeas parece que a gente é tudo igual, temos os mesmos problemas, as mesmas dificuldades. Antes eu achava que ir pra rua fazer passeata, paralisação,

⁴² Entrevista concedida à equipe do Curso de Formação de Técnicos Sociais organizado pelo Ministério das Cidades, em 2014.

mobilização não era legal. Hoje eu sei que essa é uma das formas da gente conseguir o que a gente tá precisando. E aí é todo mundo junto, eu, os meus futuros vizinhos, pessoas de outras entidades que vão estar lá. Todos parecem até do mesmo grupo. Quando eu estou nas atividades do Orquídeas parece que eu sou realmente de um grupo. Lá a gente é respeitado, ouvido(entrevista, 2014).

Observemos que a sensação de pertencimento fortalece uma relação de identidade com as perspectivas do grupo. Para Bauman (2005, p.21-22), “a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre as alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais”.

Castells (1999, p. 43) aponta que na construção da identidade o conflito é um realidade constante, entendendo que toda construção de identidade implica em disputas de poder pois é,

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

A participação social proporciona a abertura de um espaço de reflexões e questionamentos que leva as pessoas a pensarem no mundo não mais como algo dado e definitivo, mas ao contrário, aberto à visualização de um diálogo entre múltiplas interpretações do mundo.

Além das estratégias comumente utilizadas de mobilização e organização, a direção do Movimento Orquídeas, em comum acordo com a equipe de técnicos sociais, utiliza-se das ações previstas no Trabalho Técnico Social como mais uma estratégia para mobilizar e organizar as famílias partícipes. Para Faleiros (2005,p.76) as estratégias dar-se-ão “pelo arranjo de recursos, de vantagens e patrimônios pessoais, seja pela efetivação de direitos, de novas relações ou pelo uso de informações”.



Figura 6: Mobilização do Dia Nacional de Luta pela Moradia em 08 de abril de 2014
Fonte: Acervo MMMO /2014

O Trabalho Técnico Social – TTS é um trabalho social que deve ser, obrigatoriamente, desenvolvido junto às famílias que participam e participarão dos projetos habitacionais que tenham como objeto de atuação as habitações de interesse social, conforme dispõe a legislação específica⁴³ do Ministério das Cidades que assim o define:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p. 5).

O trabalho social no Brasil foi incluído como parte integrante de projetos de habitação de interesse social a partir de 1999 dentro do Programa Habitar Brasil. Com a criação do Ministério das Cidades- MCIDADES , em 2003, o trabalho social tomou novo rumo e passou a ser o componente básico da Política Nacional de Habitação, tornando-se obrigatório a todos os programas do Governo Federal que concedam recursos a fundo perdido e aqueles obtidos através de empréstimos e concessões a estados e municípios.

No Amazonas, a atuação de profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais, enquanto técnicos sociais da área habitacional é uma realidade muito recente. As primeiras experiências de atuação em projetos habitacionais estão relacionados as

⁴³ Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

ações dos Projetos Sociais do Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, e do projeto habitacional *Viver Melhor*, a partir de 2003.

Com o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, pelo Governo Federal, em 2009, e a obrigatoriedade de execução do trabalho social em todos os projetos de habitação de interesse social, a atuação dos técnicos sociais, em especial dos assistentes sociais se faz mais amíúde. Abriu-se, desta forma, um importante campo de atuação para os assistentes sociais que devem apropriar-se deste espaço de forma comprometida e competente.

Anterior a essa legislação, Carvalho e Iamamoto (1983) destacam que os atendimentos e programas de habitação voltados à população de baixa renda eram entendidos como ações emergenciais e não como parte da política habitacional destinando-se nos casos de atendimento emergencial e à remoção de favelas para áreas e conjuntos localizados nas periferias, desprovidos de serviços públicos.

Atualmente o Trabalho Técnico Social tem na participação dos signatários do Movimento Orquídeas uma de suas principais premissas, pois promove uma melhor adequação das intervenções às necessidades e as demandas dos grupos envolvidos, contribuindo com o comprometimento dos signatários e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Deve –se reconhecer que a atuação de assistente sociais no contexto dos movimentos sociais supõe grandes desafios, sobretudo, porque esses profissionais não possuem experiência nesta área que é nova enquanto campo do exercício profissional. Uma das assistentes sociais que trabalha no MMMO afirma que,

De início eu me senti assustada porque eu não tinha noção e nem percepção de quanto o Orquídeas já tinha um espaço garantido dentro da sociedade. Ao mesmo tempo em que me assustei eu também vi a responsabilidade que tinha junto com as famílias, junto com o movimento social em si[...]. As vezes quando nós chegamos aos movimentos a gente não entende o sentido dessa militância, então quando eu cheguei no Orquídeas eu não tinha muito em mim, aliás, eu não tinha nada de militância. (Laura Rocha, entrevista/ 2014)

Ao referir-se sobre o conhecimento dos sujeitos e suas aspirações, Iamamoto (2009,p.77) afirma que “ uma das condições do exercício democrático é captar os reais interesses e necessidades das classes subalternas, sentir com ela suas paixões, para que se possa efetuar a crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada no papel da filosofia da práxis”.

Para Cristiane Telles, uma das lideranças do Movimento Orquídeas, a equipe de assistente sociais que atuam com as famílias no projeto habitacional “é uma equipe técnica preparada tecnicamente e com predisposição para a militância, que entende a filosofia, a ideologia que defendemos e que acreditamos, e sobretudo que vivemos” (entrevista,2014). Esta fala reforça a primazia do trabalho do assistente social nos projetos sociais, sendo, pois, necessário aliar competência técnica e militância neste trabalho singularizante.

No Movimento Orquídeas a realização do TTS encontra-se sob a responsabilidade de quatro assistentes sociais que devem desenvolver suas ações tendo como eixo norteador o apoio à organização popular, a participação e às suas diversas formas de reivindicação a partir de 03 áreas fundamentais, a saber: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda.

Atualmente, está sendo desenvolvido um projeto de formação de líderes que encontra-se na fase de realização de oficinas de sensibilização com o objetivo de formar novas lideranças, novos sujeitos coletivos que irão conduzir a organização do empreendimento após a entrega das unidades habitacionais pela Direção do MMMO. Um dos participantes da Oficina assim se posiciona:

Essa oficina foi bem legal. A gente teve muita importância. Pudemos colocar tudo aquilo que a gente quer perto da nossa casa. Eu nunca pensei que alguém pudesse achar que eu poderia ser uma liderança. Me senti importante. Fiquei muito feliz. Quero logo é que comece o curso (entrevista/ 2015).

Desse projeto participam representantes dos três módulos do conjunto habitacional Orquídeas que demonstraram interesse na formação. Tal ação propicia o fortalecimento do papel emancipatório dos movimentos sociais com vistas a construir uma sociedade democrática a partir da luta por um projeto político que prepare novos homens e novas mulheres para uma nova sociedade.

Certamente, a intencionalidade da ação não se limita somente em preparar as lideranças para organizarem-se a partir das demandas advindas diretamente do empreendimento, mas principalmente, para empreenderem a luta pelo direito à cidade. Rolnik (2003,p.225) assevera que,

O direito à cidade, não é o direito a um teto ou a um buraco. O direito à cidade é muito mais amplo. A afirmação do direito à cidade significa dizer: não queremos mais cidades partidas, não queremos mais cidades onde a maioria vive em uma não-cidade, não queremos mais cidades cuja função mais importante é funcionar a terra, o solo urbano, a vista, os recursos territoriais da cidade como mercadoria,

como fonte de lucro[...]. Este tem sido o modelo da cidade partida, da cidade excludente.

Lefebvre (2001, p. 113) afirma que “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais são capazes de iniciativas revolucionárias e podem se encarregar das, de levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará obra”.



Figura 7: Oficina de formação de lideranças realizada em fevereiro de 2014.
Fonte: Acervo MMMO – 2014

Ao tratar sobre o entendimento da categoria participação envolvendo o trabalho dos técnicos, Brant (2014)⁴⁴ faz a seguinte consideração:

Primeiro de tudo eu preciso acreditar que o povo pode participar, que a população de renda baixa, morando em favela ou na periferia pode participar, tem potencial, sabe o que quer, tem um histórico acumulado de aprendizados de vida urbana [...]. Os técnicos precisam acreditar que a participação é importante, precisam acreditar que a fala dos moradores e beneficiários de programas de interesse social é muito importante e tem muito saber acumulado pois construíram um saber sobre a vida urbana, sobre a sua moradia, sobre o próprio modo de acontecer aquela moradia (entrevista, 2014)

A valorização de homens e mulheres como sujeitos de experiências, de saberes e de direitos deve tornar-se um exercício constante. Importante, neste aspecto, é que os técnicos compreendem que o povo não é tábula rasa, peripatético ou “massa de manobra”, ao contrário as pessoas pertencentes às classes subalternas são sujeitos que

⁴⁴Entrevista concedida de Maria do Carmo Brandt à equipe do Curso de Formação de Técnicos Sociais organizado pelo Ministério das Cidades em 2014.

sabem fazer a leitura de mundo e da realidade, conforme reitera Gohn (2008, p.45) ao afirmar que

Os sujeitos dos movimentos sociais sabem fazer leitura de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por demanda socioeconômica ou cultural relativa ao não reconhecimento no plano dos valores ou da moral. Infelizmente, no Brasil atual, pouquíssimos movimentos sociais podem ser colocados nesta categoria, de atuação com autonomia.

Para o acompanhamento e avaliação físico-financeira da execução dos projetos serão constituídas as seguintes comissões: Comissão de Acompanhamento da Obra – CAO e a Comissão de Representantes – CRE. Cada comissão é composta por três pessoas, sendo duas representantes das famílias signatárias do direito à moradia e uma representante da direção da entidade que são acompanhadas pela equipe de técnicos sociais que realizam o trabalho de formação e monitoramento das ações a serem desenvolvidas pelas próprias comissões.

A Comissão de Acompanhamento da Obra – CAO é responsável por acompanhar o andamento da construção, por isso, cumpre um calendário de visitas mensais que tem como propósito monitorar os serviços, o uso e a qualidade dos materiais utilizados, além do quantitativo e o tempo das obras já executadas. Assim, na realização das Assembleias mensais a CAO tem a tarefa de informar às outras famílias sobre as suas observações feitas na obra naquele período.

A Comissão de Representantes – CRE é responsável pelo fluxo financeiro da obra, possuindo uma conta bancária para onde são direcionados todos os recursos do projeto advindos da Caixa Econômica que é o agente operador do PMCMV. Pessoas desta comissão realizam o pagamento de todos os profissionais contratados pelo MMO que trabalham diretamente com o projeto habitacional, incluindo o corpo técnico social, engenheiro, advogado e almoxarife, além da empresa parceira ou mão de obra utilizada diretamente nos serviços diários da construção. A prestação de contas com os outros participantes do projeto também é uma responsabilidade desta comissão que regularmente realiza essa ação após cada repasse de recurso que é feita periodicamente.

A participação é, sem sombra de dúvidas, uma das significativas mudanças ocorridas na Constituição Federal de 1988, a qual ocorre em todas as instâncias de efetivação das políticas sociais, indo desde o seu planejamento até sua avaliação e

monitoramento, criando-se a possibilidade do surgimento e organização de novos sujeitos sociais. Para Raichelis (2008, p. 22) com isso,

Vai ganhando força a ideia de que os espaços de construção e gestão das políticas sociais devem ser alargados para abrigar a presença ativa de novos sujeitos sociais. A perspectiva era não apenas participar da definição e do controle social das políticas públicas, mas também da partilha do poder estatal, interferindo nas decisões sobre prioridades, conteúdos e direção política que deveriam assumir.



Figura 9: Visita ao local de construção pela Comissão de Acompanhamento da Obra
Fonte: Acervo MMMO - 2014

O trabalho social que está sendo realizado no Projeto Loteamento Residencial Orquídeas comporta as ações direcionadas às 600 famílias, bem como para a população que vive dentro dos limites do território onde encontra-se a construção do empreendimento. Evaniza Rodrigues, líder da União Nacional por Moradia Popular assegura que:

Esse território já existe e já tem relações, já tem uma história. Entender que história é essa, entender como esse território se conecta com outros territórios[...]. No caso de empreendimentos novos, o empreendimento não pode aterrissar como se fosse um disco voador naquele bairro, ou seja, descolado daquela realidade porque as pessoas vão frequentar os mesmos espaços, elas vão transitar entre o conjunto e o espaço externo do conjunto[...] e isso vai fazer com que a gente perceba como a população já se organiza naquele território(entrevista/ 2014)

Esse território passa por um processo de ressignificação diferente do aspecto geográfico que relacionava-o apenas com o espaço físico. Trata-se, outrossim, de um território de pertença, repositório de memórias, de sentimentos e afetividades. Incorpora

disputa de poder e a produção de bens econômicos, sendo, pois, palco de conflitos sociais. Gohn (2010,p.29) assinala que “classe social, raça, etnia, grupos religiosos, recursos e infraestrutura passam a ser indicadores para a análise de um território e seus conflitos”.

Em nosso objeto de estudo as famílias partícipes encontram-se organizadas em 03 grupos de 200 famílias que se reúnem mensalmente para a realização de Assembleia Geral Ordinária. O propósito consiste em estabelecer o fortalecimento dos vínculos de afetividade e pertencimento ao grupo, além de ser um espaço de discussão e tomada de decisões quanto a procedimentos e processos do projeto habitacional.

Reunião Mensal 2014	Quantidade		
	Módulo I	Módulo 2	Módulo 3
Agosto	173	182	193
Setembro	185	188	182
Outubro	187	190	189
Novembro	193	187	186

Quadro 5 - Participação das famílias nas assembleias mensais do MMMO
Fonte: Acervo documental do MMMO – 2014

A atuação do movimento social frente ao processo de mobilização deve estar em constante retroalimentação. Gohn (2008,p.61) dá especial relevância ao “grau de organicidade, capacidade de proposta, capacidade de mobilizar por meio de convocações, discurso político, grau de autonomia e taxa de afiliação” em virtude de garantirem a manutenção da identidade do grupo. De acordo com Maria Rocha (66 anos), signatária de direito pertencente ao MMMO,

Quando a gente vem pra reunião mensal a gente encontra aquelas pessoas que vão ser nossos vizinhos. Isso é legal. Além do que nossa participação é um dos critérios para permanência no projeto, senão como é que as pessoas vão saber como andam as obras, sobre as dificuldades de pagamento pro pessoal que tá construindo. É muito bom a gente vir (entrevista, 2014).

Evaniza Rodrigues, líder da UNMP chama a atenção para o fato de que,

A mobilização é um processo de aquisição de direitos. A moradia aparece como porta de entrada a uma série de direitos. Então esse caminho que vai sendo feito vai sendo construído a partir do momento que as pessoas são chamadas a participar do rumo da comunidade, do bairro e da cidade onde ela mora é necessário. A partir daí todos os atores que incidem nesse processo precisam participar. Não estamos falando só a participação da população, estamos falando de espaços legítimos reconhecidos onde se faz a pactuação das intervenções que vão ser realizadas. (entrevista/2014)

Os princípios do MMMO passam pelo compromisso de fortalecimento da luta feminina pela garantia da inclusão de demandas das mulheres nas políticas públicas que, além da prioridade de seu atendimento como titular do domicílio, tem outras questões colocadas no centro das discussões e formação das famílias como a saúde da mulher, o enfrentamento à violência doméstica e os direitos das empregadas domésticas.

As ações desenvolvidas pelas assistentes sociais e líderes do MMMO tornam-se primordiais para possibilitar que as mulheres produzam as mudanças necessárias na posição que ocupam na sociedade, bem como na condução das relações familiares e comunitárias. De acordo com Perrot (2005,p.337), durante muito tempo a mulher foi relegada, exclusivamente ao espaço da casa, como sendo “feitas para o amor e para o repouso do guerreiro[...]. A política como uma coisa séria demais não poderia ser deixada a mercê das mulheres, pois elas a perverteriam”.

Contrapondo-se a esse pensamento Torres (2005, p.32) ao analisar a organização das mulheres no Distrito Industrial de Manaus afirma que,

A política é uma esfera social fervilhante, é uma prática concreta[...]. Não é um estado de espírito ou uma abstração[...]. É no âmbito da organização do operariado do Distrito Industrial de Manaus que as mulheres ganharam visibilidade como movimento de massa[...]. O espírito de valentia, combatividade e enfrentamento da contradição capital/trabalho por parte das operárias amazonenses, depõe contra a imagem da mulher submissa e despolitizada.

Afirme-se que a inclusão do corte de gênero nas discussões ocorre em todas as ações desenvolvidas pelo MMMO. Atualmente, elas têm iniciado uma campanha a favor da institucionalização do direito de prioridade no atendimento em projetos de habitação de interesse social às mulheres vítimas de violência, que forem atendidas pelo serviço de proteção às vítimas existentes na cidade de Manaus.



Figura 9: Audiência Pública sobre o Combate a Violência contra a Mulher em 04 de dezembro de 2013

Fonte: Acervo – MMMO 2013

A violência doméstica é a forma mais cruel de se expressar a relação desigual que se estabelece entre homens e mulheres. Bentes (2014, p. 150) afirma que “sua existência denuncia a existência de uma sociedade conivente com essa prática, que causa danos físicos e emocionais nas vítimas”.

Cada vez mais empoderados, fortalecidos enquanto interlocutores, especialmente as mulheres, essa comunidade vai ter voz ativa, vai ter capacidade de pressão, de negociação, de enfrentamento das mais adversas realidades, buscando trazer para aquele território e não somente para aquele conjunto, outras políticas públicas. Cumpre-se, assim, o reconhecimento de ser a territorialização o lócus de afirmação do sujeito coletivo, um espaço de pertença, de afetividade e de realização de direitos.

3.2 - Trajetória de vida e militância de Francisca Leite

A presença das mulheres nas experiências de lutas e resistência das classes subalternizadas sempre foi um fato incontestável, embora a história ocidental de cariz androcêntrico tenha evidenciado só seus papéis de mãe e esposa, com pouco destaque para sua atuação na esfera pública.

Na luta por moradia as mulheres sempre estiveram na linha de frente. Sua determinação em obter melhores condições de moradia e, conseqüentemente, melhores

condições de vida, desafia qualquer limitação biológica ou socioeconômica a que supostamente esteja submetida. Elas desbravam, desafiam estruturas de poder, constroem, negociam e planejam suas ações e estratégias para conquistarem seus direitos com destemor e galhardia (TORRES, 2005). Pinto (1992,p.131) chama a atenção para o fato de que a entrada das mulheres nos movimentos sociais,

Pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública. A adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança.

Note-se que as relações de poder encontram-se imbricadas nas relações entre as pessoas, tornando-se “uma atividade do dia a dia que os indivíduos desenvolvem no interregno das relações sociais como uma prática positiva. É exercido por homens e mulheres dentro do tecido social e prolifera criando relações pessoais, interpessoais, coletivas e hierárquicas” (TORRES, 2014, p.23).

Nas diversas estratégias encontradas para viabilizar o acesso à moradia muitos desafios vão sendo enfrentados. Muitos são os teóricos e estudiosos que apontam a coragem feminina como fundamental no enfrentamento dos desafios. Conforme Torres (2005), as mulheres amazônidas rasgaram o véu da submissão no chão de fábrica, desfiando o poder constituído. Esta situação contradiz o discurso oficial que sempre associou às mulheres a ideia de passividade, fragilidade e submissão.

É dentro desse universo que a história das mulheres, historicamente, deixada em segundo plano, torna-se visível nos dias atuais. A luta pela sua constituição enquanto sujeito atuante nos espaços de decisão e poder é resultado da organização delas ao longo de quase dois séculos. Elas constroem a si próprias como sujeitos coletivos na extensão do conflitos, protagonizando grandes embates no curso da história.

É este protagonismo que visualizamos na história de Francisca Leite, figura representativa de todas as mulheres que atuam na luta por moradia em Manaus, junto ao Movimento Orquídeas.

Francisca da Silva Leite ,50anos, é mãe de oito filhos e nasceu em Sapucaia, distrito rural do município de Parintins, interior do estado do Amazonas. É a filha mais velha de uma família composta de mais dez irmãos que deslocou-se para a cidade grande em busca de melhores condições de vida.



Figura 10 – Militante Francisca dos Santos Leite
Fonte: Acervo - MMMO

Sua trajetória de vida é o espelho fiel de uma realidade de opressão e vilipêndio vivida pelas meninas que vêm do interior para morar com parentes com a finalidade de estudar. Vejamos :

Vim pra Manaus aos 8 anos, quando meu padrinho me trouxe pra me colocar pra estudar. Quando cheguei aqui além de não estudar, eles me maltratavam. Meus pais, que ficaram lá no interior, foram avisados através de um primo o que estava acontecendo comigo, aí vieram embora. Veio todo mundo, eles e meus irmãos. Aqui nós ficamos morando de favor, na casa de um, na casa do outro, porque meus pais não tinham casa. Ficamos assim por uns dois anos. Meu pai era peixeiro, vendia peixe na cabeça. Lá no interior ele era pescador. Nós passamos muita necessidade (entrevista/2014)

Na Amazônia a prática da vinda de mulheres (crianças e adolescentes) para o convívio de famílias nos centros urbanos em busca troca de mulheres sempre foi comum, sendo sua naturalização o fato impeditivo para a compreensão dessa prática, seja por parte das vítimas, seja por parte dos autores. Torres e Oliveira (2012,p.42-43) chamam a atenção para o fato de que,

Essas práticas nunca foram consideradas tráfico de meninas porque se escondem debaixo do véu do compadrio, da relações de parentesco por afetividade que são construídas no âmbito da esfera privada, do espaço escondido, invisível[...]. Por mais que as pessoas conheçam esses casos jamais vão relacioná-los com o tráfico. Por consequência, deixam de denunciar. E, o pior, contribuem para neutralizá-las, como se fizessem parte das relações sociais e das práticas culturais.

Com o passar dos anos, seus pais conseguiram um emprego como caseiros⁴⁵ em um sítio na área rural de Manaus, onde ela permaneceu de 9 aos 14 anos. A partir daí seus pais decidiram mudar sua residência para a área urbana da cidade, deslocando-se para o bairro da Redenção. Nesse ínterim, nossa protagonista já encontrava-se em um relacionamento conjugal de onde nasceram seus dois primeiros filhos, vindo um deles a óbito aos seis meses de vida. Em sua fala ela retrata o estado em que ficou com a perda de seu filho, a saber:

Quando perdi meu filho eu era muito nova. Fiquei desnorreada, desorientada, não sabia o que fazer. Isso afastou meu companheiro e nós terminamos a nossa relação. Ele voltou pra estrada, ele sempre morou no sítio. Eu dei meu filho mais velho pra minha mãe criar e fui morar sozinha. (entrevista/2014)

Ser mãe na fase da adolescência, sem preparo adequado para enfrentar precocemente a vida adulta da vida, tem sido apontado como um problema no âmbito populacional. De acordo com dados do Fundo de População das Nações Unidas mais de 95% dos nascimentos de filhos de mães adolescente ocorre em países em desenvolvimento. Destes 50% se concentram em sete países, sendo o Brasil um deles.

Ao tratar sobre esta questão, Scherer (2009, p.155), faz a seguinte consideração:

Dados sobre o comportamento sexual da população brasileira de 1999 mostram que a iniciação sexual dos jovens vem acontecendo cada vez mais cedo. O Ministério da Saúde informa que 50% das adolescentes de 15 a 19 anos, na sua grande maioria[...], tem pelo menos um filho. Entre 1993 a 1998 houve um aumento de 31% de gravidez entre meninas de 10 a 14 anos[...]. No Censo de 1991, 8,7% das mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos afirmaram ter tido filho nos 12 meses anteriores à pesquisa.

A autora chama a atenção para o fato de que a situação na região Norte é ainda mais preocupante, “onde 14,2% das mulheres de 15 a 19 anos já tiveram filhos. Na cidade de Manaus especialmente o índice de adolescentes grávidas é considerado alto” (SCHERER, 2009,p.156).

Após a separação, Francisca, já aos 17 anos, envolveu-se com um novo relacionamento que lhe renderam 17 anos de convivência familiar e mais cinco filhos. De acordo com ela própria, “foram 17 anos em que vivi bem. Tinha casa, minhas coisas. Ele cuidava de mim, dos nossos filhos, não me faltava nada. Eu nem precisava trabalhar, mas acabou”.

⁴⁵ Caseiro é a denominação comumente utilizada para os trabalhadores que cuidam dos serviços de limpeza e conservação de sítios na área rural.

É cada vez mais crescente de mulheres que constituíram suas relações conjugais pelo regime de união estável. Dados do Censo 2010 apontam que mais de um terço da população brasileira vive em uniões informais, sem a devida formalização seja no religioso, seja no civil, em contrapartida o número de divórcios aumentou cerca de 20% na última década.

Desde a separação Francisca passou a responsabiliza-se sozinha pelos seus filhos, tornando-se chefe de família e total responsável pelo sustento do domicílio, fenômeno crescente na sociedade brasileira. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 o aumento do número de famílias sob a responsabilidade exclusiva de mulheres saltou de 22,2% em 2000 para 37,3 em 2010.

Para alguns autores como TOLEDO (2011) e SCHERER (2009) as famílias chefiadas por mulheres tem sua maior incidência nas camadas mais vulneráveis, incidindo uma relação direta com a pobreza que tem nos indicadores de renda, escolaridade e condições de vida seus piores índices.

Para garantir o sustento de sua família as mulheres têm que se submeter a trabalhos mal remunerados, na maioria das vezes, no setor terciário e doméstico, fato que não foi diferente com nossa protagonista. Ammann (2013, p. 63) afirma que,

Uma das ocupações brasileiras que tradicionalmente absorvem grande contingente de trabalhadores é a prestação indireta de serviços às famílias. Em 2007 o Brasil registrou 23,7 milhões de pessoas com 10 ou mais anos de idade nessa categoria[...]. É uma ocupação ainda prioritariamente feminina, nela incluídas: cozinheiras, arrumadeiras, copeiras, camareiras, governantas, damas de companhia, acompanhantes, depiladoras e auxiliares de limpeza.

A inserção das mulheres nos sérvios indiretos facilita a não adesão à legislação trabalhista e à organização sindical, sendo muito comum a presença da informalidade, fato que torna precarizado este tipo de trabalho já que passa por fora das leis trabalhistas e da proteção social destes trabalhadores

Aquelas que se encontram no mercado de trabalho formal apresentam rendimentos inferiores aos dos homens. Para Bentes (2014, p. 86) “em 2010 o rendimento nominal médio mensal dos homens era de R\$ 958,27, enquanto o das mulheres era de R\$ 547,02, representando 57,08 % do rendimento masculino”. Para garantir o sustento de sua família, Francisca recorreu ao seu saber no âmbito das prendas domésticas que aprendeu com sua mãe, conforme ele própria nos informa:

Quando eu fiquei sem emprego, sem nada na vida, me vi sem casa, eu comecei a fazer artesanato. Eu nunca esqueço o nome dessa pessoa, a Dra. Marise Mendes ela me colocou naquele bolsa escola e eu peguei

o dinheiro daquilo e comprei tudo de material pra fazer sandália. E todas as minha filhas sabem fazer. Eu sabia e ensinava pra elas porque eu precisava que a produção andasse mais rápido. Então eu passava em todos os comércios do bairro e deixava minhas sandálias pra serem vendidas, no final de semana eu passava recolhendo o dinheiro da venda, pra eu poder sobreviver, pagar minhas contas. Além disso, eu fazia faxina na casa dos outros, eu era diarista. (entrevista/ 2014)

Um dos fatos mais marcantes da vida de nossa protagonista refere-se à situação de violência doméstica a qual foi submetida por seu companheiro em um de seus relacionamentos. De acordo com suas próprias palavras,

Foram os piores anos da minha vida. Vivi quase nove anos de terror. Quando ele chegava em casa bêbado e drogado ele me prendia no quarto e me batia. Eu deixei de trabalhar (eu era diarista), porque meu rosto ficava todo deformado, meu olho ficava roxo o tempo todo[...]. Ele apagava o cigarro na minha barriga, era uma dor horrível, mas eu não podia gritar ou falar nada porque ele dizia que ia matar meus filhos. Um dia depois de mais uma noite de agressão ele puxou uma faca pra mim, me ameaçando[...] e quando ele largou eu peguei e dei uma facada nele. Foi a primeira vez que reagi as agressões. Ele foi embora, voltou uma semana depois pra pegar uma televisão. Daí ele esperou eu sair com meus filhos pra casa da minha mãe e pôs fogo na minha casa. Perdi tudo. (entrevista/ 2014)

Durante anos a temática da violência contra a mulher foi encapsulada, invisibilizada nas alcovas. Atualmente, ela é compreendida como um grave problema social que não deve ser resolvido entre quatro paredes, tornando-se uma das mais tenazes forma de violação dos direitos humanos. Bentes (2014,p.150), ao tratar dos dados quantitativos relacionados aos casos de violência contra a mulher em Manaus, aponta que “no período de 2000 a 2010, foram registradas 100.921 ocorrências, mantendo uma tendência sempre ascendente ano a ano”.

Observe-se que devido a relação de poder e dominação que se impõe no relacionamento familiar, o agressor detém sobre quem é agredido, a força física e o poder econômico, motivo pela qual passa a submeter as mulheres às mais diversas formas de violência. Nas sociedades eminentemente machistas como a brasileira há um poder criminoso que vem do homem sobre a mulher que se interpõe num processo de dominação. Para Arendt (1994,p.32),

O poder, ao que tudo indica, é um instrumento de dominação[...]. Lembramo-nos imediatamente do que Sartre disse a respeito da violência quando em Jouvanel que ‘um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos outros um instrumento de sua vontade, o que lhe dá um ‘prazer incomparável.

Cavalcanti (2012,p.29) em seus estudos sobre violência doméstica ressalta o fato de que,

Uma simples divergência de opinião ou uma discussão de menor importância se transformam em agressões verbais e físicas, capazes de consequências danosas para toda a família. Nesses conflitos, a palavra, o diálogo e a argumentação dão lugar aos maus tratos, utilizados cotidianamente como forma de solucioná-los.

Francisca Leite, mãe de 08 filhos naturais e 01 adotivo, 06 netos e 01 bisneta, já vivenciou situações de extremo desespero no que refere-se a segurança de seus filhos, haja vista o estado de risco social onde reside potencialmente capaz de atingir fortemente crianças e adolescentes. Observe-se o desespero desta mulher avó quando soube que sua neta de 13 anos tinha sofrido abuso sexual. Vejamos:

Meus filhos já sofreram muito, passaram muita necessidade. Quando soube que a Luana tinha sofrido abuso sexual fiquei desesperada. No exame do IML deu que ele não tinha consumado o fato, mas depois de três meses ela apareceu grávida e ele disse que não era dele e eu não tinha como provar que ele tinha feito aquilo com a minha filha. Só depois do exame de DNA é que consegui provar que ele tinha abusado dela e que a menina era filha dele. No início eu não queria aceitar aquela gravidez, aquela criança, mas eu não tinha outra opção (entrevista/2014)

O abuso sexual tornou-se um fato grave e recorrente em Manaus. Conforme expõe Bentes (2014, p.144) quando aponta os seguintes dados:

De 2001 para 2002, observa-se que o número de crianças e adolescentes abusados sexualmente aumentou de forma significativa, passando de 64 para 334 casos novos, num crescimento acima de 500%. Em 2003, o aumento do número de casos persiste [...]. E em 2004, persistindo a tendência de aumento, 596 crianças foram vítimas de abuso sexual em Manaus.

Os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade frequente que pode ocorrer em famílias de todas as classes sociais, porém, sua incidência é mais acentuada na famílias de classes subalternas. As precárias condições de sobrevivência, a baixa remuneração, as moradias inadequadas ou em condições de adensamento familiar são fatores que contribuem para a exposição de crianças e adolescentes em situações que colocam em risco sua integridade e seu desenvolvimento social.

Fernandez (2012,p.45) afirma que “ a violência perpassa o tecido social, sendo produto das profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas[...].Fomenta ou gera a violência contra pessoas em situação de risco pessoal e social, particularmente, a

violência sexual contra crianças e adolescentes que vivem nas ruas e em condições precárias da vida”.

Outro fato marcante na vida de nossa entrevistada foi a luta e a perda do filho para o mundo da drogas. Francisca teve o filho envolvido em uma série de delitos que culminaram com o seu assassinato em 2014. Indagada sobre esta situação ela faz o seguinte relato:

Quando perdi o Lucas, com 20 anos, me doeu muito, doeu demais. Pensei que não fosse aguentar mais essa porrada da vida. Ele podia ser o que fosse na rua mas comigo, em casa, era diferente. Ele era o único que conversava comigo, me dava beijo, me abraçava. Ninguém nunca vai saber a dor que a gente sente enquanto não passar por isso. As pessoas ficam falando mas ninguém sabe o que eu passei pra livrar ele desse mundo. Elas só vão se importar quando acontecer com alguém da família delas (entrevista/2014)

É fato incontestável que os casos de violência contra jovens no Brasil cresceu assustadoramente, sejam eles suas vítimas ou seus executores, representando uma expressão da questão social latente que precisa ser alvo de políticas públicas sérias e comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

Há a tendência em relacionar pobreza com violência como se fosse uma relação de causa e consequência. É interessante esclarecer que o fato de ser pobre não leva automaticamente à violência, porém, o cenário que se estabelece de desemprego, desigualdade social, explosão demográfica com a expulsão das populações mais pobres para as áreas mais afastadas dos centros urbanos com pouco ou nenhuma oferta de serviços públicos, contribui para esse quadro.

Waiselfisz (2011, s.p) aponta que “é na faixa jovem dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem sua máxima expressão, principalmente na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens. As taxas mais elevadas, acima de 60 homicídios em 100 mil jovens, encontram-se dos 19 aos 23 anos de idade”.

A situação de desemprego, pobreza, condições precárias de moradia e exposição ao mundo da violência provocam efeitos negativos, haja vista que não contribuem para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Castel (2005,p.8) acredita que os indivíduos experimentam uma sensação de insegurança social . Para ele,

As sociedades modernas são construídas sobre o terreno da insegurança, porque são sociedades de indivíduos que não encontram, nem em si mesmos, nem em seu entorno imediato, a capacidade de assegurar sua proteção. Se é verdade que essas sociedades estão

ligadas à promoção do indivíduo, elas também promovem sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo que o valorizam [...]. O sentimento da insegurança não é exatamente proporcional aos perigos reais que ameaçam a população. É antes o feito de um desnível entre uma expectativa socialmente construída de proteções e capacidades efetivas de uma determinada sociedade de colocá-la em prática. A insegurança, em suma, é em grande parte o reverso da medalha numa sociedade de segurança.

A moradia torna-se nesse universo um espaço que vai além da construção física. Torna-se um espaço de segurança que garante o acesso aos serviços e equipamento sociais. Rolnik (2011,p. 37) considera que,

A moradia como complemento essencial ao direito ao padrão de vida adequado para todos os seres humanos. Então não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, a saúde.

Ao tratar sobre a sua inserção no processo das ocupações irregulares Francisca faz o seguinte relato:

Eu comecei a participar das invasões com a minha mãe quando a gente veio morar na Redenção. Ela ia pra lá e eu ia com ela junto com meus irmãos. Fizemos a Redenção e depois fizemos o bairro da Paz [...]. Quando eu fiquei sem casa, junto com meus filhos eu fui obrigada a procurar um espaço pra morar, pra colocar meus filhos e aí minha única alternativa foi ir para as invasões. Foi numa dessas que eu conheci o pessoal do Orquídeas (entrevista/2014)

Note-se que Francisca é daquelas mulheres que, como diz a música de Geraldo Vandré “quem sabe faz a hora não espera acontecer”. É lutadora, aguerrida, sempre empunhando a bandeira da moradia até os dias atuais.

De acordo com dados oficiais⁴⁶ o *déficit* habitacional no Brasil em 2012 chega a 5,792 milhões, merecendo destaque os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Maranhão que comportam os índices de 1.320 milhões, 510 mil, 444 mil e 404 mil respectivamente. Para a composição do *déficit* habitacional somam-se os dados referentes a quantidade de domicílios precários, coabitação familiar⁴⁷, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo em aluguéis urbanos⁴⁸.

As ocupações irregulares surgem então como estratégia de moradia para as classes subalternas. Para Rolnik (2003,p. 224-225) “ a população construiu cidades com

⁴⁶ IBGE, PNAD – 2011.

⁴⁷ Entende-se como coabitação familiar os domicílios que comportam mais de uma unidade familiar.

⁴⁸ Compreende aqueles aluguéis urbanos onde coabitam três ou mais moradores por dormitório.

seus próprios meios, os seus próprios recursos, ocupando, apropriando-se de pedaços da cidade, construindo sozinhos suas casas com os recursos disponíveis nos espaços que lhes foram deixados para que isso pudesse acontecer”.

Bonduki (s.d, p. 74) ao tratar sobre a produção institucional de casas próprias com recursos do Sistema Financeiro da Habitação – SFH no período do já extinto Banco Nacional de Habitação - BNH tece a seguinte reflexão:

Ocorreu um intenso processo de urbanização informal e selvagem, onde a grande maioria da população, sem qualquer apoio governamental, não teve alternativa senão auto-emprender, em etapas, a casa própria em assentamentos urbanos precários, como loteamentos clandestinos e irregulares, vilas, favelas e alagados, em geral distantes das áreas urbanizadas e mal servidos de infraestrutura e equipamentos sociais.

Em continuidade ao seu relato Francisca Leite aponta que seu envolvimento com o Movimento Orquídeas, ainda nas ocupações, possibilitou a ela visualizar a moradia como um direito e não apenas como um sonho que não tinha nenhuma possibilidade de ser realizado. De acordo com suas próprias palavras,

O Orquídeas pra mim foi superação, foi conhecimento, aprendizado porque eu aprendi que a gente tem o direito, que lutando a gente consegue aquilo que a gente quer[...]. Quando eu lembro que a gente saiu da ocupação com 120 famílias e não sabia o que fazer com elas mas a gente nunca deixou de colocar nelas a esperança, mesmo sem saber o que ia fazer. E hoje depois de quase 06 anos, o Orquídeas pra mim está sendo como se eu tivesse lutado pra ter um filho, pra engravidar e não tivesse conseguido. Ai chegou o momento certo e eu acertei e consegui. Então estava esperando isso com muita emoção, com muita ansiedade. E eu digo pra você que quando eu fui comprar o primeiro equipamento de proteção para obra é como se eu tivesse comprando as primeiras roupinhas pro meu filho que estava nascendo. Aquilo não era mais um sonho, um pedaço de papel, era realidade. As nossas casas estavam sendo construídas (entrevista/2014)

Os movimentos sociais rompem com a ideia de uma consciência individual e através da organização trazem para o cenário novos atores “que passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se, a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas” (CRUZ, 2011, p.194).

Note-se que os fatos que marcam a vida de nossa protagonista refletem as diversas formas de vulnerabilidade a qual encontram-se expostas milhares de mulheres no Brasil e apesar de tantas dificuldades, diferenças e discriminação, são elas as atrizes principais que através da organização e mobilização constroem a história da luta urbana no Brasil. Uma história que é construída com pequenos pedaços como as de Francisca de uma vida tecida em meio à labuta, aos sofrimentos, de saafios e muita dor. Trata-se de

um processo capaz de dar voz e visibilidade à história das mulheres da nossa querida cidade de Manaus.

Se é verdade que a vida de Francisca Leite foi entrecortada por situações de dor, tristezas e percalços, também é verdade que ela se reconstruiu, se refazendo em “meio à barbárie e à perversidade das sociedades”(TORRES, 2005,p.282). Hoje como uma das líderes do Movimento Orquídeas ela representa a possibilidade de ascensão das mulheres enquanto sujeitos de direitos a partir da atuação no coletivo. Sua entrada no mundo público representou a possibilidade de reconstruir seus sonhos, suas utopias, reescrevendo sua história junto com outras mulheres que entendem-se protagonistas do direito à habitação na cidade de Manaus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Há tempo para amar, pesquisar, publicar...
Tempo para perdoar, inventar, recomeçar, ler, imaginar, sonhar.
Só não há tempo a perder.
(Ana Carolina)*

Em um cenário histórico marcado pela invisibilidade, discriminação e subalternização feminina, a luta e a organização das mulheres traz para o centro das grandes discussões a necessidade de construir políticas públicas que comportem no seu conteúdo o corte de gênero, representando definitivamente o uso e a ampliação do espaço público para as mulheres e suas demandas coletivas.

A organização histórica que reuniu mulheres de todo o mundo nas Conferências Mundiais de Mulheres não foram conquistas que aconteceram sem adversidades e desafios, ao contrário, a luta e a política de gênero se desenvolveu em meio às sanções da dominação masculina e do poder patriarcal, às vezes, até com perdas de vidas.

No âmbito da análise desta pesquisa é importante destacarmos a participação das mulheres na luta urbana, com especial relevo à atuação do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas na luta pelo direito à moradia na cidade de Manaus. A luta das mulheres do MMMO mostra que mesmo com todas as adversidades com as quais elas se deparam existe a possibilidade de se constituírem políticas públicas que levem em consideração as demandas femininas.

Ao término deste estudo chegamos a conclusão de que estamos no início de nossa pesquisa, tamanho é o desafio em desvendar a luta organizativa dos movimentos sociais. Neste processo investigativo surgiram novas provocações, confirmando que o conhecimento é um eterno ir a ser, uma construção inacabada. Não existe conhecimento acabado, definitivo, mas possibilidades de conhecimento, visões diversas e divergentes sobre um mesmo objeto.

Ficou claro em nossa pesquisa que a participação das mulheres como sujeito coletivo sempre foi invisibilizada na História, porém, esta situação está sendo corrigida por vários estudiosos das relações de gênero como Perrot (2012); Scott (1991); Torres (2005); Fraser (2006)., dentre outros.

No Brasil, a configuração da organização feminina possibilitou o reconhecimento legal das mulheres, porém efetivamente, esse reconhecimento ainda

não foi devidamente acolhido tanto pelo Estado quanto pela sociedade em geral, haja vista que ainda enfrentam os resquícios de uma sociedade patriarcal que definem os papéis sociais de homens e mulheres a partir de sua condição biológica. Garantir a efetividade da lei somente poderá ocorrer se forem revistos preceitos, normas e valores que construíram historicamente os laços de subserviência e subalternidade das mulheres frente aos homens.

Neste contexto e apoiando-se na luta das mulheres pelo direito à cidade e, conseqüentemente, pelo direito à uma moradia digna, esta pesquisa buscou analisar o Programa Minha Casa, Minha Vida a partir do corte de gênero, num franco diálogo com os movimentos sociais, enquanto sujeitos coletivos, com o Estado e com autores que discutem a cidade. No processo de protagonismo participativo que toma maior impulso a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, os movimentos sociais apropriaram-se da gestão do Programa Minha Casa, Minha Vida para concretizar antigas reivindicações, momento em que os movimentos de mulheres e feministas aglutinam forças para garantir o reconhecimento de suas especificidades de gênero no referido Programa.

A garantia de prioridade no atendimento às mulheres chefe de família e o direito de sua titularidade independente da outorga masculina representam um grande avanço na luta pelo corte de gênero na política habitacional. Convém, porém, lembrar que apesar da grandiosidade do programa e do volume de recursos a ele destinados, questões estratégicas como a regularização fundiária e o direito ao acesso e ao uso do solo urbano pelas classes subalternas ainda podem ser considerados impeditivos de grande porte no acesso dos movimentos sociais ao referido Programa, fato que recai diretamente no acesso das mulheres à sua moradia.

No que se refere à visão que as mulheres signatárias de direitos à moradia possuem sobre a atuação do Movimento Orquídeas e a luta pelo direito à moradia digna ficou patente que para elas, sua inserção no Movimento possibilitou novos olhares sobre sua condição de mulher, levando-as à compreensão de que na sociedade em que vivem no tempo atual, só com a luta e a organização pode-se almejar melhores condições de vida para ela e seus filhos.

Ficou patente, também, o fato de que o caminho percorrido até aqui pelo Movimento Orquídeas foi cheio de percalços, de idas e vindas, com avanços e recuos no processo da luta, mas o movimento é vitorioso. Seu reconhecimento é incontestável no seio das lutas urbanas com marcante presença feminina contribuindo, para desqualificar

o discurso que reforça a imagem de uma mulher submissa, frágil e sem condições de assumir os rumos de sua história.

Na nossa condição de mulher é extremamente gratificante escrever sobre a história de luta de outras mulheres, compartilhar essa experiência através da pesquisa, da produção do conhecimento e do contato com a realidade. Ser uma das vozes que, por intermédio da pesquisa e da produção do conhecimento, tenha-me sido possível traduzir num trabalho prazeroso que tornou-se uma honra para mim

Ser interlocutora de pequenos fragmentos da vida de Francisca Leite que é mãe, trabalhadora, mas antes de tudo, líder de um dos movimentos de moradia mais influentes da cidade de Manaus representa trazer à público trechos de vida que a sociedade teima em manter na obscuridade, no silêncio das casas, dos dormitórios e que representa uma das maiores formas de vilipêndio sofrido pelas mulheres nas sociedades ocidentais, especialmente, no Brasil.

Momentos distintos e antagônicos me acompanharam na construção desse processo de pesquisa um misto de sensações de angústia, cansaço, encontros e desencontros, dúvidas, incertezas, mas sobretudo de extrema felicidade pelos resultados alcançados, pelos contatos estabelecidos e pelas descobertas realizadas. Sinto-me gratificada ao concluir essa produção na certeza de que as dúvidas iniciais foram dirimidas, abrindo o caminho para o surgimento de novas pesquisas sobre o protagonismo emancipatório dos movimentos sociais em nossa cidade de Manaus, quiçá no Amazonas e no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **Perspectiva de Gênero e Raça nas Políticas Públicas**. Série Mercado de Trabalho. [s.l.]: IPEA, n. 25, nov. 2004. Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br>> . Acesso em março de 2012.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A Agenda Social da ONU contra a desrazão “pós-moderna”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – ANPOCS, ano 11, n.30, p. 63-82, fev. 1996.

_____. **Relações Internacionais e Temas Sociais – A Década das Conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

AMMANN, Safira Bezerra. **Expressões da pobreza no Brasil: análise a partir das desigualdades regionais**. São Paulo: Cortez, 2013.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. RJ. Vozes. 1994.

BARTERD, Leila Linhares, HERMAN, Jacqueline. **As mulheres e os direitos civis: traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero**. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999.

BASTOS, Maxwel Monteiro. Espaços de formação do profissional em educação: saberes e movimento em rede. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTES, Norma. **Manaus: realidade e contrastes sociais**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer; FAPEAM, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **O futuro das políticas sociais m Governo Lula**. Revista Katalysis. Florianópolis. Vol.10, nº1, p.13-14, jan-jun, 2007.<disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a02.pdf>> Acesso em 01 de janeiro de 2015.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A Cidadania Ativa. Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. São Paulo: Ática S.A, 1991.

BONDUKI, Nabil. **Falta de visão gera contradições nas cidades e exclusão**. Revista Carta Capital. [s.l.], maio, 2013. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br>>. Acesso em jan.2015.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. [s.ed.]. [s.d.]. Disponível em <<http://www.usjt.br>> Acesso em jan.2015.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos. Por um movimento social europeu.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. A participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas e projetos: potenciais e desafios. In: FAHEL, Merrilo; NEVES, Jorge Alexandre B. **Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

BRASIL. **Memória 2003-2006.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <http://200.130.7.4.spmu/docs/livro_memoria_site.pdf> Acesso em jan. 2015.

_____. **Discurso da Ministra Nilcéia Freire na Cerimônia de Abertura da II Conferência Nacional de Política para as Mulheres.** 2007. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres. 2007. Disponível em <http://http://www.mulheres.gov.br/assuntos/pnpm/discurso-nilcea-iicnpm.pdf> Acesso em dez.2015.

_____. **Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257 de julho de 2001.** 3ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. **Programa Minha Casa, Minha Vida. Lei 11.977 de julho de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm> Acesso em dez.2014.

_____. **Decreto Presidencial.** 2004. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres/regimento_1_conferencia_politicas_para_mulheres.pdf> Acesso em jan.2015

_____. **Portaria 21.** Ministério das Cidades. 2014.

CAMURÇA, Silvia. Considerações sobre um novo contrato social: os sujeitos e o espaço de sua construção. In: GOMIDE, Denise. **Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos.** São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.

CARLOTO, Maria Cássia; MARIANO, Silvana Aparecida. **As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero.** 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/programa.htm>> Acesso em:dez. 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Trabalho social na habitação, conceitos básicos e novas diretrizes do Ministério das Cidades.** Curso de capacitação : trabalho social em programas de habitação de interesse social. Brasília: MCidades/SNH ; [Florianópolis] : NUTE/UFSC, 2014.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHRISTO, Carlos Alberto. **Marcas de Batom.** Revista Caros Amigos, ano V, nº 54, p.16-17, setembro,2001. Disponível em <http://segundo.wordpress.com/2010/11/21/marcas-de-batom-parte-i/>. Acesso em dez.2014.

CORREA, Sonia. Agenda para o Futuro – Lógica do passado e fundamentalismos obscurecem o debate. In: **CNDM. Beijing 1995 – O século XXI começa na IV Conferência Mundial da Mulher.** Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, p. 27-34, 1995.

DELGADO, Maria Berenice; SOARES, Vera. 1995. O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito.** Marco Zero/ ILDES-FES/Labor, São Paulo

DEMO, Pedro. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005

DINIZ, Gláucia. Mulher, Trabalho e saúde mental. In: CODO, Wanderley (Org.). **O trabalho enlouquece: Um encontro entre a clínica e o trabalho.** Petrópolis, RJ:Vozes, 2004. p. 105-134

DULCI, Luiz. Governabilidade ampliada e participação social no Governo Lula. In: GOMIDE, Denise (Org.). **Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos.** São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2005.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas na esfera local de governo.**Revista O&S, nº 14, jan-abril, 1999

_____. **Políticas públicas e gênero.** Trabalho apresentado a Feira e Congresso Internacional de Cidades – URBIS. São Paulo, 2003.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância Violada. Políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Amazonas.** Manaus: EDUA, 2012.

FERREIRA, Mary. **As Caetanas vão à luta. Feminismo e políticas públicas no Maranhão.** São Luís: EDUFMA; Grupo Mulheres da Ilha, 2007.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade.** Trabalho

apresentado ao 2º Fórum de Sociologia Justiça Social e Democratização, Buenos Aires, 2012.

_____. **Plataforma Feminista da Reforma Urbana: do que estamos falando?**[s.ed.], [s.d]. Disponível em <<http://www.forumreformaurbana.org.br>> Acesso em jan.2015.

FNRU. **Plataforma Feminista da Reforma Urbana: do que estamos falando?** Disponível em <<http://www.forumreformaurbana.org.br>>. Acesso em dez.2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque.1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: por uma concepção integrada de justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOSEVAN, Flávia. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2008.

_____. **Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**.Tradução de Júlio Assis Simões.Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Estudos Feministas, nº 15, Florianópolis, maio-agosto,2007.

_____. **A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação**. Trad. por TAVARES, Teresa. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº63, outubro de 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. 2013.

GRAÇA, Eliana Magalhães, MALAGUTI, Mireli, VIEIRA, Célia Maria Farias. **Orçamento e gênero: a luta pela igualdade**. Brasília: CFEMEA, s.d. Disponível em <sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos/CFEMEA/orcamentoe genero.pdf> Acesso em jan.2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Habitação**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 03. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta Continuada a Distância, p. 247-259, 2000.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Emponderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais**. Revista Saúde e Sociedade, v.13. n° 2, p.20-31, maio-agosto, 2004. Disponível em www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7113/8586 Acesso em 10 de dez.2014

_____. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Trabalho apresentado a 33ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2008.

GOUVEIA, Taciana. **Mulheres sujeitos ocultos das/nas cidades?**. 2005. Disponível em <http://www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em dez.2014.

HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing**. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HERLAIN, Luiz. **História das Cidades em uma visão popular**. Rio de Janeiro: L.Hedições, 2010.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: BOITEMPO, 2002

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília:CFESS/ABEPSS,2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>. Acesso em: dez. de 2011.

LAGO, Luciana Correa do. **Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços**. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, n° 5, junho. 2011. Disponível em <http://www.emetropolis.net> Acesso em 15 de jan.2015

LAUSCHNER, Mirella Cristina Xavier Gomes. **Gestão do Programa Minha Casa, Minha Vida pela entidade Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na política pública de moradia em Manaus**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço

Social e Sustentabilidade na Amazônia), Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Traduzido por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais: a situação jurídica dos pais e mães solteiras, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LOBO, T. Políticas sociais no Brasil: descentralização para mais eficiência e equidade. In: Velloso, J.P.R.; Albuquerque, R. C.; Knoop, J., coord. **Políticas sociais no Brasil: descentralização, eficiência e equidade**. Rio de Janeiro, Inae/Ilde, 1995.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 121-192, 2000.

_____; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade**. Revista Teoria e Debate. São Paulo, nº66, abr-jun, 2006. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br>>. Acesso em fev. 2015.

MORIÉRE, Laisy. A desconstrução de papéis como fator propulsor da participação política das mulheres in: GODINHO, Tatau; VENTURI, Gustavo. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Edições SESC. SP, 2013.

MORONI, José Antonio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (Org.) **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; CICONELLO, A. **Participação social no governo Lula. Avançamos?** Cadernos Abong, 2005. Disponível em <http://www2.abong.org.br/final/download/3_moroni.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2015.

NAÇÕES UNIDAS, Organização das. **Declaración y Plataforma de Accion de Beijing com La Declaracion Polpitica y el Documento Final “ Beijing + 5”**. Beijing : Organização das Nações Unidas. 1995.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920 – 1967: A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Valer Editora, 2003.

ONU - **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. 1979. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/>>. Acesso em jan.2015

_____. **Agenda Habitat**.1997. Disponível em <<http://ajonu.org>>. Acesso em dez.2014.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete (Orgs) et.al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____.**Política Social. Temas e Questões**.3ªed. São Paulo: Cortez,2011.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005

PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, p. 265 – 309, 2013.

PINTO. Céli Regina Jardim Pinto. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA. Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 127-150.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. **Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. Revista Estudos Feministas, p.33-51, janeiro – abril, 2012.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000 Disponível em <www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf>. Acesso em 09 de dezembro de 2014.

_____.**O Controle Social Democrático na Gestão e Orçamento Público 20 Anos Depois**. In: Seminário Nacional O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito. 2008, Brasília. **Anais**. Disponível em: <www.cfess.org.br/.../livrosite_seminariocontrolesocialCFESS-CRESS> Acesso em 18 de dez. 2014.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **A cidade como direito**. Trabalho apresentado ao IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Rio Grande do Sul, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Estatuto das Cidades e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política urbana democrático-participativa**. Revista Katálysis, nº 2, p. 223-234, jul-dez, 2003.

_____. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo.** Disponível em < raquelrolnik.files.wordpress.com>. Acesso em jan.2015.

ROSA, Renata Adriana. **Entre o feminismo e o familismo: o sujeito feminino nas políticas de Assistência Social.** Dissertação de mestrado do departamento de Ciências Sociais, PUC/MG, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFIOTTI, Heleieth. **O Poder do Macho.** São Paulo: Editora Moderna Ltda.1998.

SANCHES, Greiciane de Oliveira. Proteção internacional da mulher, o discrimen necessário: a equidade de gênero como força-tarefa das Nações Unidas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11592>. Acesso em jan 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo para uma nova cultura política.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Fórum Social Mundial desafiado por novas perspectivas.** [s.l], InstitutoHumanitasUnisinos – IHU Online, em 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/29453>>. Acesso em 23 de dez.2014.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. **Exclusão Social e Lutas por Moradia na cidade de Manaus.** Revista Ser Social. nº 3. p.135-161. 1998. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/14>. Acesso em jan.2015.

_____. **O Fórum Social Mundial desafiado por novas perspectivas.** [s.l], InstitutoHumanitasUnisinos – IHU Online, em 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/29453>>. Acesso em 23 de dez.2014.

SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. Apontamentos para uma agenda de democratização da política municipal de desenvolvimento urbano. In: JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Orgs.). **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de agentes sociais e conselheiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles: IPPUR/ UFRJ, p. 32-41, 2011.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos.** São Paulo: Unesp 2008.

SAULE JR, Nelson. O direito a moradia como responsabilidade do Estado brasileiro. In: SAULE JR, Nelson (Coord). **Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis.** São Paulo: Editora Max Limonad; Instituto Pólis, 1999.

SCHERER, Elenise. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

SCHWARTZ, Rosana M.P.B. **Beijing muito mais que palavras: a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas e as Políticas Públicas no Brasil**. ANPUH. XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradutoras: Christina Rufino Dubat e Maria Betâni Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SELVIP. **Impulsionando la vía urbana em el alba de los pueblos por su liberacion**. Caracas: Fundacion Rosa Luxemburg, 2013.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. A Conquista do Espaço Público. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. In **Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. São Paulo, Polis, 1998.

TOLEDO, Laisa Regina Di Maio Campos. **Famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social : um estudo na perspectiva de gênero**. Trabalho apresentado a V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz, 2011.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

_____. **Humaitá: ecos de um povo**. Manaus: EDUA. 2007.

_____. A transfiguração do sujeito e o contemporâneo de dessubjetivação. In: TORRES, Iraildes Caldas; COSTA, Willas Dias (Org.). **A Construção da Homossexualidade: expressão do sujeito, protagonismo e ambiente escolar**. Manaus: EDUA, 2014.

_____. **Mulher, Gênero e Políticas Públicas no Brasil**. Manaus: [s.ed.]. [s.d].

_____; SANTOS, Fabiana Vinente dos. **Intersecção de gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011

_____. (Org.). **As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil**. Manaus: EDUA, 2010.

_____. **Movimentos Sociais na Amazônia: novas manifestações e configurações.** Palestra proferida no Fórum Mundial Social da Biodiversidade, Manaus, 2015.

_____. OLIVEIRA, Márcia Maria. **Tráfico de Mulheres na Amazônia.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático.** Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.

_____. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina.** Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VERARDO, Luigi. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais.** São Paulo: NESOLUSP, ITCP-USP, PW, 2005.

Waiselfisz, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência no Brasil 2011. Os jovens no Brasil.** São Paulo: Ministério da Justiça. Instituto Sangari, 2011.

ZANGELMI, Arnaldo José; SALES, Izabella Fátima Oliveira de. **Trabalhadores Rurais em Movimento: a construção de uma nova identidade no assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/MG).** Revista Extensão Rural, DEAER/PPGEXR 0 UFSM, AnoXVI, nº 17, Jan- Jun de 2009.

ANEXOS

1. Roteiro de entrevista dirigido ao representante da União Nacional Popular (UNMP)

II. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome: _____

Idade: _____

Estado Civil: _____ Escolaridade: _____

Cargo / Função: _____

A quanto tempo você participa da UNMP? _____

1. Você sempre foi militante do movimento de moradia? Já militou em outro movimento social? Qual? Relate um pouco dessa experiência.
2. Como se dá a luta da UNMP para construção de políticas públicas de habitação no Brasil?
3. Como ocorrem as ações da UNMP na questão da Moradia? Fale sobre esse processo.
4. Como se dá a articulação e a mobilização da UNMP?
5. Como você avalia a participação da UNMP para a efetivação do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades?
6. Relate um pouco da relação da UNMP com o poder público e com os demais movimentos nacionais dos movimentos de mulheres e feministas?
7. Como você vê a participação das mulheres na luta por moradia no Brasil?
8. De seu ponto de vista quais os motivos que levam as mulheres a envolver-se nos movimentos de luta por moradia?
9. Você conhece a atuação do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MMMO na cidade de Manaus? Como você descreveria essa atuação?
10. Você acredita que o envolvimento das mulheres na luta pelo direito a moradia pode contribuir com o reconhecimento de uma nova identidade para essas mulheres, que ultrapasse a daquela predestinada ao confinamento da vida doméstica/privada?
11. Sabe-se que as diretrizes para a formulação das políticas de habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade são discutidas e pontuadas principalmente na realização das Conferências, em especial, na Conferência Nacional das Cidades. Como você vê a atuação das mulheres nessa conferência?

2. Roteiro de entrevista dirigido a representantes do Fórum de Mulheres de Manaus

1. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:

Nome: _____ Idade: _____

Estado Civil: _____

Grau de escolaridade: _____

1. Qual instituição/ entidade você representa nesse Fórum? Quanto tempo é militante da causa das mulheres?
2. Quais os principais temas discutidos por esse Fórum?
3. Quantos movimentos participam assiduamente no Fórum? Quantos são vinculados a esse Fórum?
4. Como ocorre a articulação do fórum de mulheres com os movimentos sociais de mulheres?
5. Existe o debate sobre o Direito à Moradia para as mulheres de Manaus nesse Fórum?
6. Quais os desafios encontrados para esses debates? Relate sobre.
7. Como o Fórum visualiza a política pública de habitação na cidade de Manaus?
8. O Fórum participa das Conferências de Políticas para as Mulheres e das Conferências das Cidades?
9. Esse coletivo discute e define propostas para apresentação nos espaços de pactuação, como Conselhos e Conferências?
10. O Fórum participou das discussões para a revisão do Plano Diretor realizadas em 2013?
11. Quais os avanços que você visualiza advindas das Conferências das Cidades e das Mulheres em Manaus?
12. Quantos movimentos participam assiduamente no Fórum? Quantos são vinculados?

3. Roteiro de entrevista dirigido à liderança do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas

1. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:

Nome: _____ Idade: _____

Estado Civil: _____

Grau de escolaridade: _____

1. Quando você começou a atuar como militante do movimento de moradia?
2. Qual seu papel no Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas?
3. O Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MMMO desenvolve ações em que áreas?
4. Quais os motivos levaram você a desenvolver a militância associando a moradia com as demandas de gênero?
5. Como era a relação do Movimento Orquídeas quando estava acompanhando as ocupações com o poder público instituído (Estado, polícia)?
6. Com a entrada de um Governo popular o que mudou na relação com os movimentos sociais, especialmente, os de moradia? Houveram avanços, conquistas com esse novo modo de construir as políticas?
7. Como vocês dos movimentos de moradia entendem a realização das Conferências das Cidades?
8. Como Conselheira das Cidades e líder de um movimento de mulheres como você compreende a participação das mulheres nas Conferências das Cidades e na luta por moradia?